

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Administração Regional do Estado de Santa Catarina



Serviço Nacional de
Aprendizagem Rural

Relatório de Gestão

2014

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Dispõe sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 063/2010 da DN TCU 134/2013.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CR – Captação de Recursos
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRH – Desenvolvimento de Recursos Humanos
FPR – Formação Profissional Rural
IN – Instrução Normativa
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
OA – Outras Atividades
PE – Programas Especiais
PRI – Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PS – Promoção Social
RFB – Receita Federal do Brasil
SEO – Sistema de Elaboração Orçamentária
SIGEOR - Sistema de Gestão Orientado a Resultados
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada

RESUMO

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os elementos identificadores da unidade, bem como a análise do planejamento e da gestão orçamentária e financeira. Seu desenvolvimento contempla documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial. Organizado para permitir à visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão, contemplando somente a parte C do anexo II da Decisão Normativa nº 134, vez que o SENAR consta na lista das unidades jurisdicionadas que devem apresentar relatórios customizados. Os resultados demonstrados refletem a realidade da Gestão do SENAR Administração Regional de Santa Catarina no exercício de 2014.

A metodologia adotada neste relatório para as fórmulas de cálculo e o método de medição está centrada nos comparativos das metas quantitativas previstas no PAT e as ações efetivamente realizadas e ainda no comparativo das ações/atividades realizadas com o último exercício.

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	10
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	16
2.1. Planejamento Estratégico	16
2.1.1. <i>Objetivos Estratégicos</i>	18
2.1.2. <i>Metas e Indicadores de Desempenho</i>	21
2.2. PlanO ANUAL DE TRABALHO - PAT	22
2.2.1. <i>Principais Objetivos</i>	22
2.2.2. <i>Estratégias de Atuação</i>	22
2.3. Informações sobre as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos	24
2.3.1. <i>Formação Profissional Rural (FPR) e Programas Especiais (PE)</i>	24
2.3.2. <i>Promoção Social (PS) e Programas Especiais (PE)</i>	27
2.3.3. <i>Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH)</i>	28
2.3.4. <i>Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI)</i>	29
2.3.5. <i>Outras Atividades (OA)</i>	30
2.3.6. <i>Educação Formal e Rede e-Tec SENAR</i>	31
2.4. Demonstração da execução física e financeira dos objetivos estratégicos	31
2.5. Programas e Ações sob a Responsabilidade da UJ	32
2.5.1. <i>Programa 0101 – Qualificação profissional do trabalhador (Ação 8729)</i>	33
2.5.2. <i>Programa 0108 – Melhoria da qualidade de vida do trabalhador – PS</i>	42
2.5.3. <i>Programa 0750 – Apoio administrativo</i>	47
2.5.4. <i>Programa 0801 – Formação de gerentes e empregados</i>	51
2.5.5. <i>Programa 0253 – Serviço de comunicação de massa</i>	54
2.5.6. <i>Programa 0100 – Assistência ao trabalhador</i>	55
2.5.7. <i>Resumo da Execução Física das Ações Orçamentárias</i>	58
2.6. Demonstração da execução física e financeira das ações do exercício de referência	60
2.7. Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão	61
2.7.1. <i>Indicadores de Eficácia da Gestão</i>	61
2.7.2. <i>Indicadores de Eficiência da Gestão</i>	71
2.7.3. <i>Indicadores de Efetividade da Gestão</i>	74
2.7.4. <i>Indicadores de Qualidade da Gestão</i>	77
2.7.5. <i>Indicadores de Economicidade da Gestão</i>	78
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	80
3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE.	80
3.2. DEMONSTRAÇÃO DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS DA ENTIDADE. 83	
3.3. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	83
3.4. AVALIAÇÃO, PELOS PRÓPRIOS DIRIGENTES DA UNIDADE JURISDICIONADA, DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	84
3.5. RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES E MEMBROS DE CONSELHOS, INDICANDO O PERÍODO DE GESTÃO, A FUNÇÃO, O SEGMENTO, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE QUE REPRESENTA	85
3.6. Remuneração paga aos administradores	89
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	91
4.1. Demonstração das Receitas e das Despesas.	91
4.2. Demonstração e análise na execução orçamentária e financeira.	92
4.3. Informações sobre os dez maiores contratos firmados e os dez maiores favorecidos com despesas liquidadas no exercício, detalhados por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa, abrangendo o nome/razão social, CPF/CNPJ e valor total.....	96
4.3.1. <i>Relação das 10 (dez) empresas com maiores valores contratados pela entidade para execução de obras de engenharia, bem como os critérios para a escolha desses favorecidos</i>	97
4.4. Informações sobre as transferências concedidas na modalidade de termo de cooperação e/ou outro instrumento de repasse.	97
5. GESTÃO DE PESSOAS. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	101
5.1. Estrutura de pessoal da entidade, contemplando as seguintes perspectivas:	101
5.1.1. <i>Ações de Valorização do Servidor</i>	104
5.1.2. <i>Implicações na Terceirização de Mão de obra</i>	104
5.2. Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.....	104
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.	106
6.1. Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.....	106
6.2. Gestão do patrimônio imobiliário próprio e dos imóveis locados de terceiros.	106

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	108
7.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.	108
8. GESTÃO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	110
8.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.	110
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	112
9.1. Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU, com as justificativas no caso de não cumprimento.....	112
9.2. Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, com as justificativas no caso de não cumprimento.	112
10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	129
10.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10.	129
10.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou ainda prevista na Lei nº 6.404/76.	129
10.3. NOTAS EXPLICATIVAS.....	134
10.4. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ...	144
10.5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	146
10.5.1. <i>Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.</i>	146
11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	146
11.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	146
12. ANEXOS	147
12.1. PARECERES DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRATIVO	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do SENAR-AR/SC.....	14
Figura 2 – Mapa Estratégico do SENAR-AR/SC	18
Figura 3 – Objetivos Estratégicos do SENAR-AR/SC.	19
Figura 4 – Número de eventos realizados em 2014 e 2013.....	62
Figura 5 – Número total de participantes nos anos de 2014 e 2013	63
Figura 6 – Carga horária total executada no ano de 2014 e 2013.	64
Figura 7 – Total de turmas, participantes e carga horária executado em 2014 e 2013.....	65
Figura 8 – Eventos de FPR realizados por região em 2014 e 2013.....	67
Figura 9 – Eventos de FPR por linha de ação – 2014 e 2013.....	68
Figura 10 – Eventos de PS realizados por região – 2014 e 2013.	69
Figura 11 – Eventos de PS por área de atividade – 2014 e 2013.	70
Figura 12 – Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos em 2014 para a FPR e PS.	71
Figura 13 – Regiões de Supervisão.	73
Figura 14 – Avaliação de Concluintes – Pergunta: Como você avalia o que aprendeu nesse curso?	75
Figura 15 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “O que você achou do material utilizado neste curso?”	75
Figura 16 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “A duração do curso, para você foi:”	76
Figura 17 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “No geral, para você, este curso foi:”	77
Figura 18 – Eventos supervisionados em 2014, por região de supervisão.	78
Figura 19 – Comparativo da arrecadação líquida de 2013 e 2014.	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de ação e áreas ocupacionais da FPR.	12
Quadro 2 – Áreas e Atividades da PS.	13
Quadro 3 – Competências das Áreas Estratégicas.	15
Quadro 4 - Sete passos do planejamento estratégico.	16
Quadro 5 – Execução física e financeira dos objetivos estratégicos	31
Quadro 6 – Execução física dos objetivos estratégicos.....	32
Quadro 7 – Dados gerais do Programa 0101.....	33
Quadro 8 – Dados gerais da Ação 8729.....	34
Quadro 9 – Evento de destaque por linhas de ação da FPR.	34
Quadro 10 – Síntese da FPR em 2014, incluindo os programas especiais da FPR – Turmas, Público Previsto e Carga-horária (PAT 2014) x Turmas, Público Atendido e Carga-horária (executado em 2014).	35
Quadro 11 – Síntese da FPR – Público Previsto (PAT/2014) x Público Atendido.	36
Quadro 12 – Síntese de Outras Atividades Planejado (PAT/2014) x Realizado 2014.	36
Quadro 13 – Eventos executados – Programa Empreendedor Rural.....	38
Quadro 14 – Eventos executados – Programa Com Licença Vou a Luta - CLVL.....	38
Quadro 15 – Eventos executados em 2014 do Programa de Inclusão Digital Rural.	38
Quadro 16 – Eventos executados em 2014 – Programa Sindicato Forte.....	39
Quadro 17 – PRONATEC realizado pelo SENAR AR/SC em Santa Catarina no ano de 2014.	40
Quadro 18 – Eventos executados em 2014 – Programa Negócio Certo Rural.	40
Quadro 19 – Eventos executados em 2014 no Programa Produção de Leite de Qualidade - Leite Legal.....	41
Quadro 20 – Eventos executados em 2014 no Programa Jovem Aprendiz Cotista.....	42
Quadro 21 – Dados gerais do Programa 0108.....	42
Quadro 22 – Dados gerais da Ação 8788.....	42
Quadro 23 – Atividades de destaque em 2014 da PS, por área de atividade.....	43
Quadro 24 – Síntese da PS em 2014, incluindo os programas especiais da PS – Turmas, Público previsto e Carga-horária (PAT/2014) x Turmas, Público atendido e Carga-horária executada em 2014 por área de atividade.	44
Quadro 25 – Síntese da PS em 2014 – Público previsto (PAT/2014) x Público atendido por área de atividade.	44
Quadro 26 – Eventos executados em 2014 – Programa Útero é vida.	45
Quadro 27 – Evento executado em 2014 – Programa PSA.....	46
Quadro 28 – Evento executado em 2014 – Programa Sorrindo no Campo.....	47
Quadro 29 – Elaboração e/ou atualização de recursos Instrucionais Impressos - PS.....	47
Quadro 30 – Dados gerais do Programa 0750.....	47
Quadro 31 – Dados gerais da Ação 8701.....	48
Quadro 32 – Processos licitatórios Exercício 2014.....	49
Quadro 33 – Dados gerais da Ação 8777.....	49
Quadro 34 – Dados gerais da Ação 8711.....	50
Quadro 35 – Dados gerais do Programa 0801.....	51
Quadro 36 – Dados gerais da Ação 8718.....	52
Quadro 37 – Estrutura da capacitação de RH.....	53
Quadro 38 – Resumo da Capacitação de RH realizada em 2014 x planejado (PAT) 2014.....	53
Quadro 39 – Dados gerais do Programa 0253.....	54
Quadro 40 – Dados gerais da Ação 8719.....	54
Quadro 41 – Dados gerais do Programa 0100.....	55
Quadro 42 – Dados gerais da Ação 8703.....	56
Quadro 43 – Dados gerais da Ação 8705.....	56
Quadro 44 – Dados gerais da Ação 8706.....	57
Quadro 45 – Dados gerais da Ação 8707.....	58
Quadro 46 - Execução Física das Ações Orçamentárias Realizadas pela UJ.....	58
Quadro 47– Execução Física e Financeira (Códigos do PPA – MTE).....	60
Quadro 48 – Número total de eventos realizados (FPR, PS, DRH, OE).....	61
Quadro 49 – Número de participantes nos eventos (FPR, PS, DRH, OE).....	63
Quadro 50 – Carga horária total dos eventos (FPR, PS, DRH, OE).....	64
Quadro 51 – Resumo Geral de Eventos, Participantes e Carga Horária Realizados (FPR, PS, DRH, OE).....	65
Quadro 52 – Resumo das linhas de ação da FPR em 2014.	66
Quadro 53 – Resumo das áreas de atividade da PS em 2014.	66
Quadro 54 – Eventos de FPR realizados por região – 2014 e 2013.	67
Quadro 55 – Eventos de FPR por linha de ação – 2014 e 2013.	68
Quadro 56 – Eventos de PS realizados por região – 2014 e 2013.....	69
Quadro 57 – Eventos de PS por área de atividade – 2014 e 2013.....	70

Quadro 58 – Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos dos eventos em 2014.	71
Quadro 59 – Número de eventos realizados, por número de funcionários – 2014 e 2013.	72
Quadro 60 – Número de supervisões, por número de supervisores regionais – 2014 e 2013.	72
Quadro 61 – Número de eventos realizados, por número de municípios atendidos – 2014 e 2013.	72
Quadro 62 – Regiões de supervisão do SENAR AR/SC.	73
Quadro 63 – Área e participantes atendidos por região.	74
Quadro 64 – Número de supervisões em 2014, por região.	77
Quadro 65 – Eventos supervisionados – 2014 e 2013.	78
Quadro 66 – Despesa corrente por hora/aula e por aluno – 2013 e 2014.	79
Quadro 67 - Comparativo das Receitas e Despesas Totais 2014-2013 (valores em R\$ 1,00).	79
Quadro 68 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.	84
Quadro 69 – Programação Orçamentária das Receitas e Despesas 2014 (valores em R\$ 1,00).	91
Quadro 70 - Execução Orçamentária das Receitas nos anos de 2013 e 2014 (valores em R\$ 1,00).	93
Quadro 71 – Arrecadação líquida nos anos de 2013 e 2014 (valores em R\$ 1,00).	94
Quadro 72 – Demonstração da Despesa.	95
Quadro 73 – Execução da Despesa por modalidade de Licitação.	95
Quadro 74 - Despesas Correntes.	95
Quadro 75 - Despesas de Capital.	96
Quadro 76 – Dez maiores contratos firmados no exercício.	96
Quadro 77 – Dez maiores contratos com despesas liquidadas no exercício.	97
Quadro 78 - Transferências regulamentares de termos de cooperação e outros instrumentos análogos executados.	98
Quadro 79 - Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12.	101
Quadro 80 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da entidade – Situação em 31/12.	101
Quadro 81 – Quantidade de Empregados da entidade Faixa Etária – Situação em 31/12.	102
Quadro 82 - Quantidade de Empregados da unidade. Por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12.	102
Quadro 83 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos.	103
Quadro 84 – Composição do Quadro de Empregados Inativos e Pensionistas.	103
Quadro 85 – Terceirização de mão de obra – serv. limpeza, higiene e vigilância.	104
Quadro 86 - Composição do Quadro de Estagiários.	105
Quadro 87 - Frota de veículos próprios em 31.12.	106
Quadro 88 - Descrição de Imobiliários Vinculados à Sede.	106
Quadro 89 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	110
Quadro 90– Balanço Patrimonial.	129
Quadro 91 – Demonstração do Resultado do Exercício.	131
Quadro 92 – Demonstração das Mutações do Patrimônio.	132
Quadro 93 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.	133

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1. Identificação da Unidade – Relatório de Gestão Individual

Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/SC

CNPJ: 04.260.738/0001-49

Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo

Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego

Código SIAFI: 389044

Código CNAE: 8599-6/99 – Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

Endereço Postal: Rua Delminda Silveira, 200 – Bairro Agrônômica – CEP: 88025-500
Florianópolis-SC

Telefone /Fax Contato: (48) 3331-9700 / (48) 3333-0105

Endereço Eletrônico: www.senarsc@senar.com.br

Página na Internet: <http://www.senar.com.br>

1.2. Normas relacionadas à unidade

Norma de Criação:

- Lei nº 8.315/91, publicada no DOU no dia 24 de dezembro de 1991;
- Decreto nº 566/92, publicado no DOU no dia 11 de junho de 1992, alterado pelo Decreto nº 790 de 31 de março de 1993, publicada no DOU na mesma data.

Demais normas relacionadas à gestão e a estrutura da unidade:

- Regimento Interno

As competências do SENAR estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23 de março de 1994, com a última alteração em 05 de março de 2013, registrada sob o Nº 113588 – Cartório de 1º Ofício – Brasília – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

1.3. Finalidade e competências institucionais da unidade

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Integrante do chamado ‘Sistema S’, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural.

O SENAR-AR/SC, está vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e tem como missão realizar a educação profissional e a promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável no estado de Santa Catarina, com base nos princípios e diretrizes institucionais, as quais estão consolidadas

no documento norteador nacional, denominado Série Metodológica do SENAR, edição atualizada em 2013.

Para cumprir a sua missão institucional, o SENAR atua em duas vertentes prioritárias de trabalho, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), inseridas no contexto socioeconômico do meio rural, cujas competências estão estruturadas nos seguintes princípios:

- Organizar, administrar executar e supervisionar o ensino da Formação Profissional Rural e da Promoção Social da pessoas no meio rural;
- Com base nos princípios da livre economia de mercado, e das urgências sociais, aprimorar as estratégias educativas e difundir metodologia para ofertar ações adequadas de Formação Profissional Rural e Promoção Social ao seu público;
- Assessorar os governos estadual e municipal em assuntos relacionados à formação de profissionais rurais e atividades assemelhadas;
- Expandir parcerias e consolidar alianças públicas e privadas com o objetivo de cumprir sua a missão institucional;
- Estimular a pesquisa e garantir o acesso à inovação rural;
- Fortalecer e modernizar o sistema sindical;
- Aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho institucional;
- Promover a cidadania, a qualidade de vida e a inclusão social das pessoas do meio rural.

1.4. Setores da economia abrangidos pela atuação da entidade

As atividades do SENAR-AR/SC, conforme preconizado nas normas e diretrizes nacionais, estão divididas em vertentes diferenciadas de trabalho, assim definidas: FPR, PS e atividades correlacionadas, voltadas aos diversos setores da economia existentes no meio rural.

A FPR tem como objetivo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o desempenho mais eficiente de uma ocupação, sendo desenvolvida junto aos trabalhadores e produtores rurais. Nesse sentido, a estrutura ocupacional da instituição, que expressa as possibilidades de intervenção educativa, baseia-se nos diversos setores da economia existentes no meio rural que geram trabalho: o primário ou de produção, o secundário ou de transformação e o terciário, referente ao comércio e à prestação de serviços. Por sua vez, o conjunto de ocupações que compõe sua estrutura ocupacional parte das grandes linhas de ação dos setores da economia mencionados, as quais se desmembram em áreas ocupacionais, ou famílias de ocupações, e estas, em ocupações específicas.

A estrutura ocupacional está dividida em 8 linhas de ação, quais sejam: agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços, que se desmembram em áreas ocupacionais e ocupações, sendo uma ocupação (profissão) um conjunto articulado de tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos e/ou serviços que servem como base para o desenvolvimento de ações de FPR.

Tais ações são, por definição, um conjunto de atividades desenvolvidas de forma sistematizada junto à população rural, visando à capacitação para o desenvolvimento de uma ocupação. Cumpre salientar que, exceto a linha de ação denominada extrativismo, todas as demais são desenvolvidas na Administração Regional de Santa Catarina.

O Quadro 1 mostra a estrutura das linhas de ação e áreas ocupacionais da FPR.

Quadro 1 – Linhas de ação e áreas ocupacionais da FPR.

Relação entre os setores da economia, as linhas de ação e as áreas ocupacionais		
Setor da economia	Linha de ação	Áreas ocupacionais
Primário	Agricultura	- Grandes culturas anuais; - Grandes culturas semiperenes e perenes; - Olericultura; - Fruticultura; - Floricultura e plantas ornamentais; - Plantas medicinais e especiarias; - Produção de sementes e mudas; - Produção orgânica.
	Pecuária	- Pecuária de grande porte; - Pecuária de médio porte; - Pecuária de pequeno porte.
	Silvicultura	- Florestamento e reflorestamento.
	Aquicultura	- Criação de animais aquáticos; - Criação de vegetais aquáticos.
	Extrativismo	- Extrativismo vegetal; - Extrativismo animal.
Secundário	Agroindústria	- Beneficiamento e transformação primária de produtos de origem agrossilvipastoril.
Terciário	Atividades de apoio Agrossilvipastoril	- Mecanização agrícola; - Irrigação e drenagem; - Administração rural.
	Atividades relativas à prestação de serviços	- Construções rurais; - Montagem e reparo de máquinas agrícolas e motores; - Classificação, armazenagem e preservação de produtos de origem agrossilvipastoril; - Prestação de serviços nas áreas de saúde, vestuário, artigos domésticos, agropecuária e extrativismo; - Turismo rural.

FONTE: Doc. nº 2 – Série metodológica – SENAR/2008

Considerada como alavancadora da FPR, as atividades da Promoção Social (PS) constituem um “processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, vinculado à realidade do meio rural” e visa a “aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade das pessoas do meio rural.” (Série Metodológica, Doc. 4, Processo da Promoção Social, SENAR/2013, p. 15, 17).

As atividades passíveis de serem desenvolvidas pela instituição foram agrupadas em 7 Áreas de Atividades, assim definidas: Alimentação e nutrição; Apoio às comunidades rurais, Artesanato; Cultura; Educação; Esporte e lazer; Saúde.

O Quadro 2 mostra as áreas de atividades e atividades de PS.

Quadro 2 – Áreas e Atividades da PS.

Áreas de Atividades	Atividades
Alimentação e nutrição	Alimentação materno-infantil; Planejamento de cardápios com aproveitamento de alimentos seguros; Produção artesanal de alimentos; Saúde e alimentação.
Apoio às Comunidades Rurais	Serviços comunitários.
Artesanato	Artesanato de bordados Artesanato de chifres, ossos e cartilagens; Artesanato de crochê e tricô; Artesanato de fibras naturais; Artesanato de materiais recicláveis; Artesanato de metais; Artesanato de pedras; Artesanato de produtos aquáticos; Artesanato de rendas; Artesanato de sementes, cascas, folhas e flores; Artesanato de tricô; Artesanato em argila e congêneres; Artesanato em cera e congêneres; Artesanato em couro e pele; Artesanato em madeira; Artesanato em papel e papelão; Artesanato de tecidos; Decoupage; Macramê; Pintura; Tapeçaria; Tecelagem.
Cultura	Dança; Música; Literatura; Artes.
Educação	Alfabetização de jovens e adultos; Educação ambiental; Educação para o trabalho; Educação para o consumo; Educação para a inclusão; Educação para a organização comunitária.
Esporte e Lazer	Ginástica cooperativa / recreativa; Iniciação esportiva (jogos coletivos); Modalidades esportivas; Caminhada; Cavalgada; Passeio ciclístico; Atividades físicas para a terceira idade.
Saúde	Equoterapia; Doenças crônicas não transmissíveis; Doenças transmissíveis; Prevenção de acidentes; Saneamento básico no meio rural. Saúde materno-infantil; Saúde na terceira idade; Saúde reprodutiva; Saúde bucal;

FONTE: Série metodológica – Doc. Nº 3 – Processo da Promoção Social – SENAR 2013, página 47.

1.5. Organograma, Competências das Áreas Estratégicas

Organograma

No topo do organograma do SENAR-AR/SC encontra-se o Conselho Administrativo Estadual, órgão máximo no âmbito da Administração Regional de Santa Catarina, que é composto pelo Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC, que é seu presidente nato; 1 (um) representante da Administração Central do SENAR, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC, 1 (um) representante da Agroindústria e 1 (um) representante das Organizações das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC e igual número de suplentes.

Além do Conselho Administrativo temos o Conselho Fiscal, órgão colegiado de fiscalização dos atos administrativos da Administração Regional. É composto por 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes indicados pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC, pelo SENAR – Administração Central e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC.

Além do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, a instituição possui a Superintendência e três assessorias, conforme pode ser observado na Figura 1.

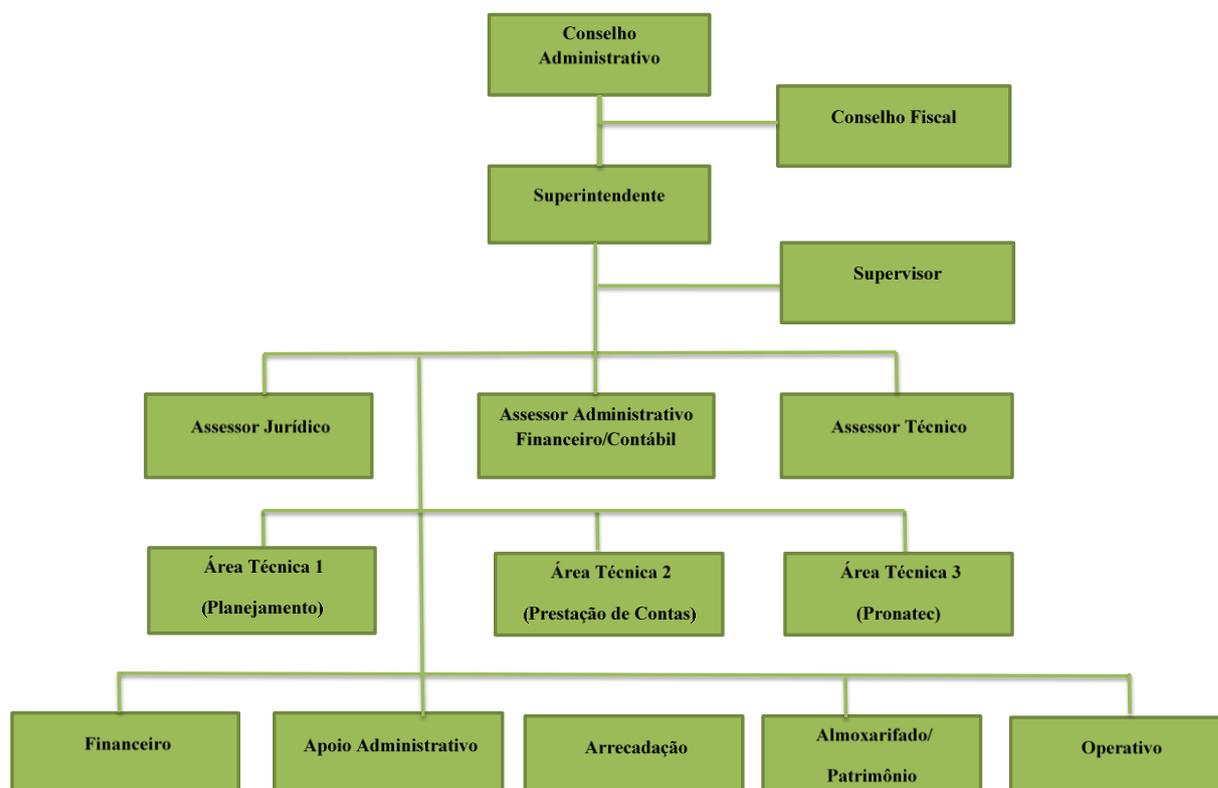


Figura 1 – Organograma do SENAR-AR/SC.

Quadro 3 – Competências das Áreas Estratégicas.

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
Conselho Administrativo	Ao Conselho Administrativo compete, dentre outras competências e atribuições, cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo, que se referem ao planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades.	Jose Zeferino Pedrozo	Presidente do Conselho Administrativo	09/07/2011
Conselho Fiscal	Ao Conselho Fiscal compete, basicamente, acompanhar, fiscalizar e auxiliar os assuntos afetos à execução financeira e orçamentária.	Rita Marisa Alves	Presidente do Conselho Fiscal	08/01/2014
Superintendência	À Superintendência compete, dentre outras competências e atribuições, organizar, administrar e executar no âmbito do Estado a missão institucional, praticando todos os atos formais de gestão, coordenação e controle administrativo.	Gilmar Antônio Zanluchi	Superintendente	01/06/2004
Assessoria Técnica	À Assessoria técnica compete: Coordenar e acompanhar os Projetos do SENAR que lhe forem delegados; Sugerir novos Projetos aos SENAR; Promover cursos de formação técnica e metodológica para técnicos e agentes da FPR e da PS do SENAR; Avaliar instrutores de programas; Realizar outras atividades relacionadas ao cargo a critério do superior imediato.	Olices Osmar Santini	Assessor Técnico	10/01/2011
		Alceo Romano Slomski	Assessor Técnico	01/12/2014
Assessoria Administrativa, Financeira e Contábil	À Assessoria Adm. Financeira e Contábil compete: Subsidiar o Conselho Administrativo e o Superintendente na formulação das políticas de administração de recursos materiais, humanos e financeiros e de captação de recursos; Planejar, coordenar, controlar e executar atividades de administração de bens patrimoniais, compra de materiais e contratação de serviços necessários ao funcionamento do SENAR-AR/SC; Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades dos sistemas contábil e financeiro e acompanhar financeiramente a execução orçamentária;	Gilson Angnes	Assessor Administrativo, Financeiro e Contábil	03/05/2002

	Planejar, controlar, e executar as atividades relativas a administração do pessoal do SENAR-AR/SC; Executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Superintendente.			
Assessoria Jurídica	À Assessoria Jurídica compete: Assessorar o Conselho Administrativo, o Presidente do Conselho Administrativo e o Superintendente, bem como orientar o SENAR-AR/SC sobre matéria jurídica em geral, pronunciando-se sobre assuntos jurídicos que lhe forem submetidos; Elaborar minutas de convênios, contratos e ajustes de interesse do SENAR-AR/SC e opinar sobre os aspectos jurídicos de tais instrumentos, bem como organizar e manter atualizado o registro desses documentos.	Clemerson Jose Argenton	Assessor Jurídico	08/02/1999

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do SENAR-AR/SC foi elaborado em 2014 e contempla objetivos estratégicos até o ano de 2020. Sua organização, contou com o apoio e expertise do SEBRAE/SC, através do consultor Luc Pinheiro, especialista em gestão estratégica de organizações sem fins de lucro. A metodologia utilizada é composta de sete passos, conforme quadro abaixo, dispostos em um ciclo contínuo e que busca conectar os níveis estratégico, tático e operacional da organização através do estabelecimento de ações, metas e indicadores.

Quadro 4 - Sete passos do planejamento estratégico.

PENSAR	Série de entrevistas individuais com o grupo estratégico essencial (presidente, conselheiros, superintendente, gestores) para definições de propósito (legado) e debate sobre temáticas importantes para a organização.
CONSOLIDAR	Produção do documento primário (estudo sobre o PAT vigente, análise de perspectivas e definição de legado) para discussão no grupo estratégico ampliado.
VALIDAR	Evento de validação (revisão de missão, definição do legado, objetivos estratégicos, definição do legado, atribuição de responsabilidades e estabelecimento de metas) do documento primário com o grupo estratégico ampliado.
PUBLICAR	Publicação do documento final do Mapa Estratégico para divulgação junto aos <i>stakeholders</i> (conselheiros, parceiros, colaboradores, governo e sociedade).
PREPARAR	Evento com responsáveis pela execução dos objetivos estratégicos para sensibilização e apoio na elaboração dos planos de trabalho.
EXECUTAR	Execução dos planos de trabalho pela equipe executiva e monitoramento estratégico através do Painel de Bordo.
ACOMPANHAR	Reuniões trimestrais de avaliação com grupo estratégico ampliando para correções de rumo.

O uso desta metodologia, tem como base os princípios do BSC – Balanced Scorecard, construído por Kaplan e Norton, as quais propiciam que a estratégia seja comunicada de forma clara; o foco e a energia de toda a organização estejam voltados para o cumprimento dos objetivos estratégicos; a diretoria possa acompanhar em tempo real a execução do plano estratégico, realizando correções imediatamente ao detectar desvios.

A elaboração do planejamento estratégico contou com a participação de conselheiros, gestores e colaboradores que foram ouvidos na condição de partícipes do desenvolvimento de uma visão para o SENAR-AR/SC. Por mais de quatro meses, em sucessivas reuniões e amplos debates os objetivos estratégicos foram tomando corpo e forma até se solidificarem num grande mapa que, sem dúvida, levará o SENAR-AR/SC à um novo patamar em gestão e resultados.

O mapa estratégico do SENAR-AR/SC representa a visão sobre o seu papel na profissionalização e assistência técnica ao produtor e trabalhador rural em Santa Catarina. Expressa um conjunto de objetivos, metas e ações que serão objeto de atenção de seus conselheiros, diretores e colaboradores durante os próximos 7 (sete) anos.

Os últimos anos demonstraram a capacidade do SENAR-AR/SC em atender as demandas do produtor e trabalhador rural, por meio de uma série de iniciativas bem sucedidas, porém, é necessário muito mais. Mais do que manter as ações atuais, é preciso levar o SENAR-AR/SC a um novo patamar na orientação e prestação de serviços no segmento rural.

Uma segunda estratégia foi fundamental para sustentar esta nova forma de atuar: a implantação do SIGEOR – Sistema de Gestão Orientado a Resultados, que é um sistema de acompanhamento de gestão, desenvolvido pelo SEBRAE e implantado em dezenas de organizações com sucesso.

Apresentamos a seguir de forma sucinta, os principais elementos do planejamento estratégico, iniciando pelo mapa estratégico, que é a representação gráfica do resultado para o produtor e trabalhador rural (missão), do legado (visão), perspectivas estratégicas e os 12 (doze) objetivos estratégicos:

Resultados Para o Produtor e Trabalhador Rural	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL	
Legado	SER REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL	
Perspectiva do Produtor e Trabalhador Rural	Tornar o SENAR conhecido e valorizado pelo produtor e trabalhador rural	
Perspectiva do Conselho Parceiros e Sociedade	Ampliar os programas das cadeias produtivas rurais com as integradoras	Ampliar os programas de saúde e educação para o produtor e trabalhador rural e suas famílias

4) CRIAR PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Para que o SENAR-AR/SC tenha sucesso na implementação deste planejamento estratégico, é vital que toda a equipe de suporte às ações previstas esteja comprometida com o alcance dos objetivos e metas a serem perseguidos. Esse processo envolve colaboradores, agentes e supervisores regionais e, também, a equipe de serviços terceirizados, como por exemplo, os instrutores.

5) DESENVOLVER SISTEMA DE RACIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO

A constituição de um conjunto de boas práticas nos processos internos, costumes, políticas e regulamentos é essencial para que o SENAR-AR/SC consiga desenvolver as ações necessárias para atingir o legado proposto.

6) IMPLANTAR SEDES REGIONAIS EM PARCERIA COM SINDICATOS CONVENIADOS

Para conseguir atingir o seu propósito, o SENAR-AR/SC estabeleceu a necessidade de estar mais próximo e presente nas atividades de seus clientes (produtor e trabalhador rural).

Com a criação dessas estruturas regionais teremos um instrumento para identificar, de forma mais apurada, os anseios, necessidades e frustrações dos produtores e trabalhadores rurais. Isso permitirá que o SENAR-AR/SC planeje as suas ações de formação profissional rural e promoção social de maneira mais qualificada, otimizando a aplicação de recursos.

7) IMPLANTAR ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ao estabelecer este objetivo estratégico o SENAR-AR/SC sinaliza para seus colaboradores, parceiros e clientes (produtor e trabalhador rural) que a elaboração de pesquisas, estudos e análises econômicas que tratam do desempenho do setor rural, são estratégicos para identificar problemas e propor soluções.

Além de objetivar produzir os seus próprios estudos, o SENAR-AR/SC sabe que existem instituições com expertise em pesquisas que podem auxiliar no desenvolvimento desta prioridade estratégica. As universidades, órgãos governamentais, fundações e institutos de pesquisa podem ser parceiros na produção de informações que beneficiem o produtor e trabalhador rural.

8) FIRMAR PARCERIAS COM PROPRIEDADES RURAIS MODELO

A disseminação de boas práticas é fundamental para garantir a sustentabilidade da propriedade rural catarinense. O objetivo é estabelecer parcerias com propriedades rurais que sejam referência no desenvolvimento de suas atividades e que, através de convênio, apoio e divulgação do SENAR-AR/SC, possam contribuir para a formação profissional de produtores e trabalhadores rurais, bem como servir de modelo em programas de aperfeiçoamento técnico na produção agropecuária.

Além disso, poderão servir de apoio para a disseminação de outros importantes programas nas áreas sociais e educativas.

9) IMPLANTAR PROGRAMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DOS CURSOS

A formação profissional é uma das razões de existir do SENAR-AR/SC e a maior parte de suas ações está ligada diretamente à educação e capacitação do produtor e trabalhador rural catarinense.

Para que a organização alcance o propósito aqui estabelecido - ser referência em formação profissional - faz-se necessário que as ferramentas de qualificação (cursos, conteúdos programáticos e metodológicos, material didático, instrutores, etc.) atendam a critérios que garantam a efetividade desses instrumentos educacionais.

10) AMPLIAR OS PROGRAMAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA O PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL E SUAS FAMÍLIAS

O SENAR-AR/SC já desenvolve importantes iniciativas voltadas para a educação e saúde do produtor e trabalhador rural. Os programas de Inclusão Digital, Aplicação de Agrotóxicos e Conservas de Frutas são alguns dos destaques dos treinamentos ofertados pela instituição. Já os programas Útero é Vida (Programa de Prevenção do Colo do Útero) e PSA (Programa de Prevenção do Câncer de Próstata do Homem Rural) são dois exemplos de projetos voltados para o bem estar desse público. Todos esses treinamentos e programas de saúde já atenderam a milhares de pessoas.

No entanto, o SENAR-AR/SC sabe que existe a necessidade de atingir um número maior de indivíduos e por conta disso priorizou “AMPLIAR OS PROGRAMAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA O PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL E SUAS FAMÍLIAS” nesse planejamento estratégico. Portanto, a ampliação do número de participantes nos programas atuais e a criação de novos programas de educação e saúde são essenciais para o sucesso deste objetivo estratégico.

11) AMPLIAR OS PROGRAMAS DAS CADEIAS PRODUTIVAS RURAIS COM AS INTEGRADORAS

Ao estabelecer este objetivo estratégico, o SENAR-AR/SC indica que pretende ampliar e replicar iniciativas de sucesso. Um exemplo é o Programa Leite Legal, que promove ações de formação profissional e técnica para que os produtores consigam atender a padrões de qualidade que permitam comercializar seus produtos com parceiros estratégicos, tais como grandes produtores e/ou cooperativas.

Promovendo boas práticas e garantindo qualidade dos produtos o SENAR-AR/SC pretende colaborar para que produtores rurais de outras culturas, tais como fumo, flores, pescados, entre outras, consigam gerar escala de produção e comercialização, garantindo a sustentabilidade de sua atividade. Destacamos ainda que o foco é no pequeno produtor rural, aquele que ainda carece de estrutura e qualificação técnica.

12) TORNAR O SENAR CONHECIDO E VALORIZADO PELO PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL

Embora o SENAR-AR/SC atue a anos na promoção de ações em benefício do produtor e trabalhador rural, acreditamos que nossa marca ainda não é lembrada de uma forma eficaz.

Criar instrumentos de divulgação de nossas ações através de nossos cursos, palestras, programas e parceiros, por meio de vídeo, cartilhas, folders e, em especial, dos instrutores e técnicos parceiros são algumas das ações que se fazem necessárias para alcançar este objetivo.

2.1.2. Metas e Indicadores de Desempenho

Conforme mencionado anteriormente no presente relatório, o SENAR-AR/SC inovou ao utilizar o SIGEOR como ferramenta de gestão estratégica para gerenciar as metas associadas aos objetivos estratégicos e os respectivos indicadores de desempenho.

Considerando que se trata da primeira vez que o planejamento estratégico é implantado e que foi elaborado ao longo do ano de 2014, a maioria das ações foram iniciadas em 2015, portanto, não tendo status de acompanhamento em 2014.

2.2. PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

Além do Planejamento Estratégico relativo ao período 2014/2020, é elaborado o Plano Anual de Trabalho e Proposta Orçamentária cuja aprovação é de competência do Conselho Administrativo. Esse documento é encaminhado anualmente à Administração Central do SENAR, que consolida as propostas de todas as Administrações Regionais.

O Plano Anual de Trabalho (PAT) é elaborado conforme recomendado na Série Metodológica do SENAR/2013, compatibilizando o diagnóstico externo que, reflete o retrato das características sociopolíticas e econômicas dos municípios e regiões do estado e, diagnóstico interno, que reflete a capacidade operacional da instituição. Desta forma, obtém-se o planejamento anual das ações a serem desenvolvidas na área finalística da Formação Profissional Rural (FPR), da Promoção Social (PS), de Outras Atividades (AO) e do Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH).

O planejamento do SENAR-AR/SC tem como foco os panoramas dos ambientes externo e interno à instituição, do ano em curso e do ano seguinte, materializado no PAT e PAT Reformulado, voltados para as necessidades da clientela do SENAR e do mercado de trabalho.

2.2.1. Principais Objetivos

O SENAR tem como principais objetivos realizar a educação profissional e a promoção social das pessoas do meio rural, com base nos princípios, diretrizes e padrão de qualidade institucionais.

O objetivo do SENAR-AR/SC é promover a formação e a promoção social do público-alvo, constituído de trabalhadores e produtores rurais e suas famílias, que são beneficiados com processos educativos vinculados à realidade do meio rural, visando o seu desenvolvimento como cidadão e trabalhador, numa perspectiva de crescimento e de bem-estar social, em relação às duas vertentes de trabalho - FPR e PS.

2.2.2. Estratégias de Atuação

Para alcançar seus objetivos institucionais, o SENAR-AR/SC utiliza como base os princípios, diretrizes e padrão de qualidade institucionais, utilizando as seguintes estratégias:

- Conceder apoio financeiro, técnico e administrativo para as ações de FPR e as atividades de PS, executadas no Estado de Santa Catarina;
- Promover a harmonização dos programas de aprendizagem rural, integrando-se à outros órgãos e entidades públicas e privadas que se dediquem à FPR e à PS;
- Formalizar convênios ou acordos de cooperação técnica com parcerias que participem na execução de ações e atividades;
- Articular-se com entidades do setor rural e agroindustrial para a execução dos eventos de FPR e PS;

- Promover a sistemática de mobilização da capacidade instalada em outras áreas, especialmente nos estabelecimentos de ensino e associações de classe de caráter cultural, visando evitar a duplicidade de investimentos na execução das ações de FPR e das atividades de PS;
- Promover e apoiar a formação e o aperfeiçoamento de pessoal especializado nas atividades integrantes do seu objetivo, bem como realizar o treinamento sistemático de seu pessoal técnico, administrativo e de apoio;
- Formular planos e programas anuais e plurianuais de trabalho;
- Estabelecer um sistema permanente de acompanhamento e avaliação da execução dos planos e programas, em seus diversos níveis, a fim de ser verificado o respectivo cumprimento, a correta avaliação dos recursos e a eficiência dos processos e métodos adotados;
- Estabelecer uma política de atuação que contemple a oferta de treinamentos de FPR e PS em caráter permanente;
- Organizar e executar pesquisas sobre aspectos vinculados à mão de obra e ao mercado de trabalho.

Para garantir o cumprimento das estratégias de ação adotadas pela Administração Regional, são adotadas constantemente estratégias de ordem gerencial e técnica:

Estratégias Gerenciais:

- Manutenção da política de aperfeiçoamento do Sistema de Gestão do SENAR (SIGES), melhorando a qualidade das informações da área fim do SENAR;
- Formação constante das entidades parceiras na utilização do SIGESnet Parceiros;
- Aperfeiçoamento do quadro técnico da instituição, através de treinamentos técnicos e operacionais;
- Divulgação institucional junto aos meios de comunicação;
- Implantação do Planejamento Estratégico do SENAR 2014/2010;
- Realização de reuniões mensais visando envolver e motivar os colaboradores nas metas do Planejamento Estratégico do SENAR 2014/2020.

Foram, ainda, implementadas as seguintes melhorias operacionais:

- a) Renovação da assinatura do Contrato Escola Microsoft, conferindo o direito à licença para executar softwares da Microsoft nos computadores do SENAR-AR/SC, entre os quais já estão sendo utilizados;
- b) Atualização dos módulos para o SIGES, quais sejam: SIGESnet Supervisão e SIGESnet Parceiros;
- c) Instalação de nova versão do TOTVS para aperfeiçoamento do sistema financeiro e melhoria no formato de integração de dados com o SIGES.
- d) Sistema de rastreamento dos veículos utilizados na supervisão regional.

Estratégias Técnicas:

- Desenvolver programas especiais concebidos na Administração Regional de SC, conforme necessidades identificadas pela Área Técnica e Supervisores Regionais, tais como o PSA; Saúde no Campo - Prevenindo Deficiências; JAC - Auxiliar Administrativo e Financeiro; Sorrindo no Campo;
- Produção de materiais instrucionais adequados;
- Manter programas de formação metodológica para prestadores de serviços de instrutoria da FPR e da PS;
- Realização de encontros/reuniões regionais com as entidades parceiras, visando o envolvimento nos objetivos traçados e os resultados e metas alcançadas;
- Realização de reuniões pedagógicas para a elaboração e revisão de planos instrucionais e recursos instrucionais;
- Operacionalização dos eventos de FPR e PS: O SENAR-AR/SC operacionaliza a atividade fim, como preconizado pela instituição em âmbito nacional, priorizando a realização de parcerias e visando a redução de custos. Assim, não houve investimentos em centros de treinamentos, pois as ações/atividades ocorrem no ambiente real de trabalho do público-alvo, aproveitando as instalações e os equipamentos existentes, o que favorece, também, a aplicação da metodologia adotada, essencialmente prática e baseada no “**aprender a fazer fazendo**”, aperfeiçoando as atividades agrossilvipastoris desenvolvidas pelas pessoas atendidas.

Quando uma ação/atividade necessita de espaço diferenciado, as entidades parceiras fornecem o local, aproveitando a estrutura de centros de treinamentos, escolas e associações existentes nas comunidades rurais. Levar os treinamentos até as comunidades é, portanto, uma estratégia que, além de reduzir custos, tem a finalidade de facilitar o acesso do público-alvo aos treinamentos, evitando problemas de deslocamento causados pela distância entre as propriedades e a sede dos municípios e pelas dificuldades de transporte no meio rural.

Ainda, quando se trata de treinamentos para a fabricação de produtos, grande parte da matéria-prima utilizada é encontrada nas propriedades rurais; desta forma, o SENAR-AR/SC não fornece todos os produtos utilizados como material instrucional, pois parte do material instrucional é disponibilizado como contrapartida pelos próprios participantes e por entidades parceiras.

Além da redução de despesas com materiais instrucionais e instalações, é utilizada a prestação de serviços de pessoas jurídicas, capacitadas na metodologia do SENAR para a execução dos treinamentos de FPR e PS.

2.3. INFORMAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.3.1. Formação Profissional Rural (FPR) e Programas Especiais (PE)

Ações Adotadas para a execução da FPR e Programas Especiais (PE)

Foram adotadas as seguintes estratégias para a execução das ações de FPR:

1. Planejar os eventos de FPR ofertados pelo próprio SENAR e demandados por empresas,

- cooperativas, trabalhadores e produtores rurais;
2. Firmar parcerias com entidades vinculadas ao setor rural, que participem na execução dos eventos de FPR;
 3. Implantar programas de FPR conforme necessidades;
 4. Executar os eventos de FPR, através de parceria para mobilização de turmas;
 5. Acompanhar e controlar a execução dos eventos de FPR através de ação supervisora gerencial e técnica da própria instituição;
 6. Avaliar a execução de programas com base na efetividade da FPR.

Riscos que podem interferir na execução das ações da FPR:

O processo de execução da FPR está sujeito à aspectos que podem interferir na sua execução, a saber:

1. Sazonalidade: A produção agropecuária depende de períodos apropriados para sua efetivação, o que pode provocar instabilidades temporárias entre a oferta e demanda de trabalho e, conseqüentemente na disponibilidade do público alvo;
2. Mercado: A relação entre oferta e demanda de produtos agropecuários interfere no preço do produto e no comportamento do setor produtivo;
3. Polivalência: As características do mercado de trabalho rural, como a própria sazonalidade, demandam a disponibilidade de trabalhadores que dominem mais de uma ocupação. Da mesma forma, na agricultura familiar as atividades envolvem o gerenciamento, a produção e a comercialização, requerendo várias ocupações;
4. Mobilidade geográfica: em consequência da sazonalidade, ocorre a circulação de trabalhadores de uma região para outra, principalmente em algumas culturas, tais como: na produção de frutas, cebola, alho e batata;
5. Distribuição geográfica: Nas regiões do Planalto Serrano, Planalto Norte e Meio Oeste, muitas comunidades rurais encontram-se distantes umas das outras e da sede do município, com vias em condições desfavoráveis, dificultando o acesso do público alvo;
6. Produção Familiar: a maioria das atividades das pequenas e médias propriedades são executadas por membros da família e eventualmente, alguns trabalhadores contratados, por isso os produtores rurais tem dificuldade em se ausentar da propriedade. Além disso, na pecuária, as atividades são permanentes e diárias;
7. Outros Fatores: Variações climáticas, políticas governamentais (disponibilidade de crédito agrícola, políticas de importação e exportação), entre outros;
8. Arrecadação: Queda na arrecadação ocorridas em função de desequilíbrios do setor produtivo.

Estratégias Adotadas para minimizar os riscos na execução da FPR:

Para minimizar os riscos inerentes à execução da FPR, foram adotadas as seguintes estratégias:

1. Planejar as ações da FPR com base nas demandas regionais;
2. As solicitações de ações da FPR são realizadas com um mês de antecedência, de modo que as entidades parceiras possam melhor adequar a oferta de cursos, levando em conta as questões sazonais;
3. Reformular o PAT, de modo a aproximar a previsão de eventos às condições regionais;
4. Realizar a FPR de empregados no próprio local de trabalho;

5. Realizar a FPR nas propriedades rurais, salões comunitários e outros locais próximos da moradia/trabalho dos produtores rurais e suas famílias;
6. Aumentar a oferta de ações de FPR com visitas de orientações técnicas e gerencias nas propriedades rurais;
7. Ofertar os treinamentos em etapas de curta duração para facilitar o acesso e permanência do público alvo;
8. Utilizar como sala de aula a estrutura física de entidades das comunidades, tais como escolas, associações, empresas e propriedades rurais, levando a formação nas imediações onde reside e trabalha o público alvo;
9. Utilizar a estrutura de entidades parceiras para sediar as bases regionais de supervisão;
10. Acompanhar e controlar a execução das ações de FPR, através de ação supervisora gerencial e técnica da própria instituição;
11. Capacitar os agentes da FPR (Supervisores, Mobilizadores e Instrutores) e integrantes da Área Técnica na metodologia do SENAR;
12. Utilizar o SIGES, sistema para gerenciamento dos eventos da FPR.

Contexto das decisões da gestão da FPR:

A tomada de decisões gerenciais e estratégicas para gestão da FPR, levou em conta os seguintes aspectos verificados nos cenários catarinense e nacional:

1. Políticas públicas econômicas e sociais;
2. Legislação para o Setor Rural;
3. Oferta e demanda do mercado de trabalho rural;
4. Avanços tecnológicos do processo produtivo agropecuário;
5. Sustentabilidade do estado e do país;
6. Sazonalidade da produção;
7. Distribuição e mobilidade geográfica;
8. Polivalência das atividades agropecuárias;
9. Estrutura fundiária do Estado de Santa Catarina;
10. Variações climáticas;
11. Arrecadação do SENAR-AR/SC.

Limitações que podem interferir na execução da FPR:

O processo de execução da FPR está sujeito às seguintes limitações que podem interferir na sua execução, bem como, a forma como são controladas, a saber:

1. Limite orçamentário, decorrente do montante arrecadado pelo SENAR-AR/SC. A adaptação a este fator limitante é controlada através do planejamento, que busca elencar as prioridades, compatibilizando as demandas à capacidade da instituição;
2. Sazonalidade. Para suprir esta limitação, a agenda é flexibilizada conforme a necessidade do público alvo;
3. Condições climáticas: Quando as condições climáticas dificultam a realização de evento, o

mesmo pode ser transferido para período mais favorável para os integrante da turma.

2.3.2. Promoção Social (PS) e Programas Especiais (PE)

Ações Adotadas para a execução da PS:

Foram adotadas as seguintes estratégias para a execução das ações de FPR:

1. Planejar os eventos de PS, que tenham caráter educativo e preventivo, ofertados pelo próprio SENAR e demandados por entidades do meio rural;
2. Firmar parcerias com entidades vinculadas ao setor rural, que participem na execução dos eventos de PS;
3. Executar os eventos de PS, através de parceria para mobilização de turmas;
4. Acompanhar e controlar a execução dos eventos de PS através de ação supervisora gerencial e técnica da própria instituição;
5. Avaliar a execução de programas com base na efetividade da PS.

Riscos que podem interferir na execução das ações da PS:

O processo de execução da PS está sujeito à fatores que podem interferir na sua execução, a saber:

1. Sazonalidade: A produção agropecuária depende de períodos apropriados para sua efetivação, o que pode provocar instabilidades temporárias entre a oferta e demanda de trabalho e, conseqüentemente na disponibilidade do público alvo;
2. Polivalência: As características do mercado de trabalho rural, como a própria sazonalidade, demandam a disponibilidade de trabalhadores que dominem mais de uma ocupação. Da mesma forma, na agricultura familiar as atividades envolvem o gerenciamento, a produção e a comercialização, requerendo várias ocupações;
3. Distribuição geográfica: Nas regiões do Planalto Serrano, Planalto Norte e Meio Oeste, muitas comunidades rurais encontram-se distantes umas das outras e da sede do município, com vias em condições desfavoráveis, dificultando o acesso do público alvo;
4. Produção Familiar: a maioria das atividades das pequenas e médias propriedades são executadas por membros da família e eventualmente, alguns trabalhadores contratados, por isso os produtores rurais tem dificuldade em se ausentar da propriedade. Além disso, na pecuária, as atividades são permanentes e diárias;
5. Outros Fatores: Variações climáticas, políticas governamentais (disponibilidade de crédito agrícola, políticas de importação e exportação), entre outros.

Estratégias Adotadas para minimizar os riscos na execução da PS:

Para minimizar os riscos inerentes à execução da PS, foram adotadas as seguintes estratégias:

1. Planejar as atividades de PS com base nas demandas regionais;
2. As solicitações de atividades da PS são realizadas com um mês de antecedência, de modo que as entidades parceiras possam melhor adequar a oferta de eventos, levando em conta as questões sazonais;
3. Reformular o PAT, de modo a aproximar a previsão de eventos às condições regionais;

4. Realizar as atividades da PS nas propriedades rurais, salões comunitários e outros locais próximos da moradia/trabalho dos produtores rurais e suas famílias;
5. Aumentar a oferta de atividades de PS voltadas à saúde e educação;
6. Manter supervisão distribuída por região, para acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de PS;
7. Capacitar os agentes da PS, Supervisores, Mobilizadores e Instrutores na Metodologia do SENAR;
8. Utilizar o SIGES, sistema para gerenciamento dos eventos da PS;

Contexto das decisões da gestão da PS:

A tomada de decisões gerenciais e estratégicas para gestão da PS, levou em conta os seguintes aspectos verificados nos cenários catarinense e nacional:

1. Políticas nacionais de desenvolvimento de ações sociais nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer;
2. Políticas nacionais de desenvolvimento econômico;
3. Políticas estaduais e municipais;
4. Políticas institucionais;
5. Recursos financeiros;
6. Sustentabilidade do estado e do país;
7. Sazonalidade da produção;
8. Distribuição e mobilidade geográfica;
9. Polivalência das atividades agropecuárias;
10. Estrutura fundiária do Estado de Santa Catarina;
11. Variações climáticas.

Limitações que podem interferir na execução da PS:

O processo de execução da PS está sujeito às seguintes limitações que podem interferir na sua execução, bem como, a forma como são controladas, a saber:

1. Limite orçamentário decorrente da aplicação de até 30% dos recursos da atividade fim nas atividades da PS. A adaptação a este fator limitante, de caráter permanente, é controlada através do planejamento, que busca elencar as prioridades, compatibilizando as demandas à capacidade da instituição,
2. Sazonalidade: Para suprir esta limitação, a agenda é flexibilizada conforme a necessidade do público alvo;
3. Condições climáticas: Quando as condições climáticas dificultam a realização de evento, o mesmo pode ser transferido para período mais favorável para os integrante da turma.

2.3.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH)

Ações Adotadas para a execução dos eventos de DRH:

Foram adotadas as seguintes estratégias para a execução dos eventos de DRH:

1. Promover a formação dos agentes da FPR e da PS (Supervisores, Mobilizadores e Instrutores) e da Área Técnica (DRH Externo), conforme oferta formativa da Administração Central e necessidades do SENAR-AR/SC;
2. Promover a capacitação dos colaboradores (DRH Interno), conforme necessidades identificadas pela Área Administrativa.

Riscos que podem interferir na execução dos eventos de DRH:

Os riscos no processo de execução dos eventos de DRH são praticamente nulos, e podem ser controlados através de planejamento coerente com a realidade de cada exercício.

Estratégias Adotadas para minimizar os riscos na execução dos eventos de DRH:

Para eliminar os riscos inerentes à execução dos eventos de DRH, embora sejam praticamente nulos, foram adotadas as seguintes estratégias visando a consecução dos objetivos traçados:

1. Planejar os eventos de DRH Internos, com base no levantamento de necessidades da Área Administrativa;
2. Planejar os eventos de DRH Externos, com base no levantamento de necessidades da Área Técnica,
3. Programar as turmas conforme o ingresso de novas pessoas que passem a atuar como RH Interno ou Externo;
4. Convidar o público alvo com antecedência, de modo que a programação prévia da agenda de trabalho possa favorecer a participação do público alvo dos eventos de DRH.

Contexto das decisões da gestão dos eventos de DRH:

A tomada de decisões gerenciais e estratégicas para gestão do DRH, levou em conta os seguintes aspectos:

1. Aumento nas demandas da FPR, PS e PE;
2. Implantação de novos eventos;
3. Inclusão de novos agentes da FPR, da PS e de colaboradores, motivada por novas demandas ou rotatividade de pessoal.

Limitações que podem interferir na execução dos eventos de DRH:

As limitações no processo de execução dos eventos de DRH, são praticamente nulas, e podem ser controladas mediante coerente planejamento prévio, elaborado pelas Áreas Técnica e Administrativa, visando a consecução dos objetivos institucionais.

2.3.4. Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI)

Ações Adotadas para a Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

Foram adotadas as seguintes estratégias para a Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

1. Elaborar Recursos Instrucionais conforme necessidades pedagógicas para os novos programas

implantados;

2. Elaborar Recursos Institucionais conforme a necessidade de cada exercício, tais como, Relatório de Atividades, vídeo institucional, folder, etc.

Riscos que podem interferir na Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

Os riscos no processo de produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI) é praticamente nulo, e podem ser controlados através do planejamento do trabalho a ser realizado pela Área Técnica, articulada com a Área Administrativa, para finalização dos materiais.

Estratégias Adotadas para minimizar os riscos da Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

Para minimizar os riscos inerentes à execução da PS, embora sejam praticamente nulos, foram adotadas as seguintes estratégias:

1. Confeccionar recursos instrucionais e institucionais mediante planejamento prévio, articulado entre as Áreas Técnica e Administrativa.

Contexto das decisões da Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

A tomada de decisões gerenciais e estratégicas para o processo de produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI), levou em conta os seguintes aspectos:

1. Manter o padrão de qualidade dos materiais produzidos, contribuindo com a qualidade na imagem da instituição.

Limitações que podem interferir na Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI):

As limitações no processo de produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI), são praticamente nulas, e podem ser controladas mediante coerente planejamento prévio, articulado entre as Áreas Técnica e Administrativa, visando a consecução dos objetivos institucionais.

2.3.5. Outras Atividades (OA)

Ações Adotadas para a execução de Outras Atividades:

Foram adotadas as seguintes estratégias para a execução das ações de Outras Atividades:

1. A participação do SENAR-AR/SC em feiras, exposições e dias de campo, realizados por entidades do meio rural;
2. A execução e viagens de estudos agropecuários para intercâmbio de conhecimentos.

Riscos que podem interferir na execução de Outras Atividades (OA):

O processo de execução de Outras Atividades (OA) está sujeito à baixa intensidade de riscos, relacionados basicamente aos seguintes fatores:

1. Sazonalidade da produção e;
2. Condições climáticas.

Estratégias Adotadas para minimizar os riscos na execução de Outras Atividades (OA):

Os riscos relativos à execução de Outras Atividades(OA), como dissemos, são pequenos, uma vez que tais eventos são organizados por entidades vinculadas a meio rural, normalmente, com grande antecedência e ampla divulgação ao público alvo. Além disso, os eventos são encaminhados ao SENAR, após estarem planejados nos seus respectivos municípios.

Contexto das decisões da gestão de Outras Atividades (OA):

A tomada de decisões gerenciais e estratégicas para a gestão de Outras Atividades (OA), levou em conta os seguintes aspectos:

1. As feiras, exposições, dias de campo, e outros, normalmente reúnem um grande público rural. A participação do SENAR-AR/SC nestes eventos, possibilita a divulgação da instituição ao público alvo, visando tornar amplamente conhecidos seus serviços educacionais;
2. O intercâmbio de produtores rurais é importante para motivar melhorias no processo gerencial, técnico, produtivo e de comercialização, a partir do modelo de qualidade das unidades visitadas;
3. O atendimento das demandas é limitado aos limites orçamentários para a execução de Outros Eventos, tendo em vista a prioridade da FPR e da PS.

Limitações que podem interferir na execução de Outras Atividades (OA):

As limitações no processo de execução de Outras Atividades (OA), são suficientemente controladas através de planejamento prévio. A demanda tem sido maior que a capacidade financeira da instituição, não havendo limitações na consecução das metas estabelecidas.

2.3.6. Educação Formal e Rede e-Tec SENAR

A Administração Regional de Santa Catarina atuará na educação formal a partir de 2015, através da Rede e-Tec SENAR, mediante a oferta do Curso Técnico em Agronegócio, em parceria com a Administração Central.

2.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Quadro 5 – Execução física e financeira dos objetivos estratégicos

Tipo de Evento	Metas físicas			Metas Financeira		
	Turmas			R\$		
	Prev.	Realiz.	%Realiz.	Prev.	Realiz.	% Realiz.
Formação Profissional Rural	3.333	3.212	96,37%	8.450.172,25	8.087.231,44	95,70%
Promoção Social	1.062	1.090	102,64%	1.945.167,79	1.999.703,44	102,80%
Programas Especiais	1.047	1.087	103,82%	4.604.626,14	3.446.415,11	74,85%
Recursos Humanos	43	55	127,91%	267.351,81	266.710,48	99,76%
Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades	79	85	107,59%	444.221,31	454.997,29	102,43%
Educação Formal	-	-	-	-	-	-
Rede e-Tec	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.564	5.529	99,37%	15.711.539,30	14.255.057,76	90,73%

FONTE: SENAR-AR/SC – SIGES – Área Técnica/2014

Análise Crítica

O quadro acima, apresenta a demonstração das metas físicas, avaliando como indicador a quantidade total de turmas, considerando todos os tipos de eventos ofertados pelo SENAR-AR/SC, bem como, os resultados financeiros destinados à sua consecução.

Em relação a quantidade de turmas previstas no PAT/2014, que compreende 5.564 turmas, foram executadas 5.529, atingindo 99% da programação.

Para execução do PAT/2014 foi previsto o investimento de R\$ 15.711.539,30 (quinze milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e trinta e nove reais e 30 centavos), tendo sido utilizado o montante de R\$ 14.255.057,76 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), o que representou 90,73% dos recursos previstos.

Outros indicadores que o SENAR-AR/SC utiliza historicamente para avaliar o desempenho da gestão são a quantidade de pessoas atendidas e a carga horária desenvolvida, por esta razão, foram contemplados abaixo.

Quadro 6 – Execução física dos objetivos estratégicos

Tipo de Evento	Metas físicas					
	Participantes			Carga Horária		
	Prev.	Realiz.	%Realiz.	Prev.	Realiz.	%Realiz.
Formação Profissional Rural	76.333	73188	95,88%	73.903	72.185	97,68%
Promoção Social	28.321	31024	109,54%	23.751	24.409	102,77%
Programas Especiais	22.593	23599	104,45%	41.276	35.502	86,01%
Recursos Humanos	877	865	98,63%	1.240	1.172	94,52%
Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades	27.302	27717	101,52%	954	1.087	113,94%
Educação Formal	-	-	-	-	-	-
Rede E-Tec	-	-	-	-	-	-
TOTAL	155.426	156.393	100,62%	141.124	134.355	95,20%

FONTE: SENAR-AR/SC – SIGES – Área Técnica/2014

O quadro acima, apresenta os indicadores relativos à quantidade total de participantes e de carga horária, comparando as metas previstas com as realizadas, considerando todos os tipos de eventos ofertados pelo SENAR-AR/SC.

Com relação a quantidade de participantes prevista no PAT/2014, que compreende 155.426 pessoas, foram executadas 156.393, ultrapassando 0,62% da programação. A quantidade de carga horária prevista, que compreende 141.124 horas-aula, ficou 4,8% abaixo do previsto, atingindo 134.355 horas-aulas.

2.5. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Para o atendimento de seus objetivos institucionais e o cumprimento de sua missão, o SENAR-AR/SC desenvolve uma série de programas relacionados às suas atividades finalísticas, em consonância com a

missão institucional, ou de apoio administrativo, quando visam a dar sustentabilidade à execução da atividade fim da instituição e são necessárias ao cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas.

No cumprimento de suas funções, utiliza 6 (seis) programas vinculados à sua estrutura orçamentária, quais sejam:

- 0101 - Qualificação profissional do trabalhador;
- 0108 - Melhoria da qualidade de vida do trabalhador;
- 0750 - Apoio administrativo;
- 0801 - Formação de gerentes e empregados;
- 0253 - Serviços de comunicação de massa;
- 0100 - Assistência ao trabalhador.

2.5.1. Programa 0101 – Qualificação profissional do trabalhador (Ação 8729)

Quadro 7 – Dados gerais do Programa 0101.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Desenvolver ações de FPR em diversas ocupações, assim definidas: agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços.
Objetivo específico	Promover cursos, seminários e treinamentos de FPR para as pessoas que exercem atividades no meio rural, possibilitando ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação ou melhorando o desempenho das pessoas que já exercem determinada ocupação relacionada à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Aquicultura, Agroindústria, Atividades de Apoio Agrossilvipastoril e Atividades Relativas à Prestação de Serviços. Aquisição de bens móveis para a atividade fim.
Responsável pelo programa	Superintendência
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Número de eventos realizados; - Número de participantes dos eventos; - Carga horária total dos eventos.
Público-alvo	Produtores e trabalhadores rurais, jovens aprendizes e dirigentes de entidades sindicais.
Ações Vinculadas	Ação 8729 – Qualificação Profissional na Área da Agropecuária e Agroindústria

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Ação 8729 – Qualificação profissional na área de agropecuária e agroindustrial

Quadro 8 – Dados gerais da Ação 8729.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Desenvolver a formação profissional rural no Estado de Santa Catarina, atendendo as demandas relacionadas ao mercado de trabalho e, dessa forma, promovendo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de ocupações rurais, através de treinamentos, palestras, encontros e seminários.		
Descrição	Realizar a formação profissional rural através de cursos nas seguintes áreas ocupacionais: - Agricultura; - Pecuária; - Silvicultura; - Aquicultura; - Agroindústria; - Atividades de Apoio Agrossilvipastoril; - Atividades Relativas à Prestação de Serviços.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Área Técnica.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	19.662.337,00	16.243.729,89	82,61%
Física	95.766	92.732	96,83%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

Os resultados do Programa 0101 Qualificação Profissional do Trabalhador, Ação 8729, estão apresentados abaixo. O SENAR-AR/SC desenvolveu, no exercício analisado, eventos em 7 linhas de ação, sendo que alguns tiveram destaque, considerando como indicativo a quantidade de pessoas atendidas.

Quadro 9 – Evento de destaque por linhas de ação da FPR.

Linha de ação	Título da ação de destaque	Pessoas atendidas
Atividades de apoio Agrossilvipastoril	Seminário de Administração Rural	9.265
Pecuária	Programa Leite Legal - Produção de Leite de Qualidade	3.191
Agroindústria	Conservas de Frutas	1.929
Agricultura	Seminário sobre Fruticultura Básica	1.796
Atividades Relativas à Prestação de Serviços	Jardineiro	1.373
Aquicultura	Seminário sobre Ostreicultura	400
Silvicultura	Operação e Manutenção de Roçadeira	388

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

No Quadro 9 podemos observar que na linha de ação “Atividades de Apoio Agrossilvipastoril”, as ações do Seminário de Administração Rural, foram destaque com maior público atendido, totalizando 9.265 pessoas, em função da importância do gerenciamento das atividades rurais para a geração de renda e qualidade dos produtos.

Na linha de ação “Pecuária” com 3.191 pessoas foram destaque as ações do Programa Produção de Leite de Qualidade – Leite Legal, em função da grande vocação catarinense na produção de leite, bem como, da necessidade do setor produtivo adequar-se aos parâmetros da Instrução Normativa 62/2011 – do MAPA.

Na linha de ação “Agroindústria” o treinamento conservas de frutas capacitou 1.929 pessoas. Nas linhas de ação “Agricultura” e “Aqüicultura” os seminários foram destaques, atendendo respectivamente 1.796 pessoas no Seminário sobre Fruticultura Básica e 400 pessoas no Seminário de Ostricultura.

Na linha de ação “atividades relativas à prestação de serviços” o treinamento Jardineiro foi destaque atendendo um público de 1.373 pessoas. Para a linha de ação Silvicultura foi destaque o treinamento Operação e Manutenção de Roçadeira, com 388 pessoas atendidas.

Também foi destaque o ‘Programa Produção de Leite de Qualidade – Leite Legal’

No quadro 10 observa-se o resumo geral das ações de FPR previstas no PAT e realizadas em 2014.

Quadro 10 – Síntese da FPR em 2014, incluindo os programas especiais da FPR – Turmas, Público Previsto e Carga-horária (PAT 2014) x Turmas, Público Atendido e Carga-horária (executado em 2014).

FPR	PAT 2014			Realizado 2014			Realização % em relação ao PAT		
	Turma	Participantes	Carga Horária	Turma	Participantes	Carga Horária	Turma (%)	Público atendido (%)	Carga Horária (%)
Atividades de apoio Agrossilvipastoril	1.767	54.324	50.206	1.706	52.058	46.653	97%	96%	93%
Agroindústria	898	10.928	16.064	898	11.041	15.148	100%	101%	94%
Pecuária	784	15.496	22.718	766	14.844	22.661	98%	96%	100%
Atividades Relativas à Prestação de Serviços	523	6.187	16.040	549	6.395	15.540	105%	103%	97%
Agricultura	306	7.443	8.381	281	7.201	5.966	92%	97%	71%
Silvicultura	43	590	686	46	530	735	107%	90%	107%
Aqüicultura	29	798	928	22	663	813	76%	83%	88%
Total	4350	95.766	115.023	4.268	92.732	107.516	98%	97%	93%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Verifica-se, no quadro 10, que no Número de Turmas realizadas, as Linhas de Ação Prestação de Serviços e Silvicultura ocuparam posição de destaque, ultrapassando, respectivamente, 5% e 7%. A linha de ação Aqüicultura ficou 24% abaixo do previsto. No total, o número de turmas ficou 2% abaixo previsto no PAT/2014.

Na quantidade de participantes realizada, as Linhas de Agroindústria e Atividades Relativas à Prestação de Serviços ocuparam a posição de destaque, ultrapassando respectivamente, 1% e 3% do previsto. A linha de ação Aqüicultura ficou 17% abaixo do previsto. No total, o número de pessoas atendidas ficou 3% abaixo do planejado.

Na Carga Horária realizada, a Linha de Ação Silvicultura ultrapassou 7% do previsto. A linha de ação Agricultura ficou 29% abaixo do previsto. No total, a carga horária ficou 7% abaixo do previsto no PAT /2014.

Quadro 11 – Síntese da FPR – Público Previsto (PAT/2014) x Público Atendido.

Linha de ação	Público previsto (PAT/2014)	Público atendido em 2014	Público atendido em relação ao PAT/2014 (%)
Atividades de apoio Agrossilvipastoril	54.324	52.058	95,83%
Agroindústria	10.928	11.041	101,03%
Pecuária	15.496	14.844	95,79%
Atividades Relativas à Prestação de Serviços	6.187	6.395	103,36%
Agricultura	7.443	7.201	96,75%
Silvicultura	590	530	89,83%
Aquicultura	798	663	83,08%
Total	95.766	92.732	96,83%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

Em relação ao público atendido, verifica-se no quadro 11 que o destaque ficou com a Linha de Ação “Atividades Relativas à Prestação de Serviços”, que ultrapassou o previsto no PAT 2014 em 3,36%, seguida pela “Agroindústria” que ultrapassou 1,03%. No geral, a quantidade de participantes da FPR ficou 3,17% abaixo do previsto.

O número total de participantes atendidos na FPR em 2014 foi de 92.732 pessoas, representando 3,17% abaixo do previsto.

Quadro 12 – Síntese de Outras Atividades Planejado (PAT/2014) x Realizado 2014.

Evento	PAT 2014			Realizado 2014			Realização % em relação ao PAT		
	Turmas	Participantes	Carga Horária	Turmas	Participantes	Carga Horária	Turmas (%)	Público atendido (%)	Carga Horária (%)
Outras Atividades	79	27302	954	85	27717	1087	107,59%	101,52%	113,94%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

Para Outras atividades, observa-se no quadro 12, que todos os indicadores foram ultrapassados, representando 7,59% das turmas, 1,52% do público e 13,94% da Carga Horária em relação ao planejado no PAT 2014.

Análise Crítica

Em 2014, com relação às metas estabelecidas no PAT nas ações de FPR, os indicadores avaliados ficaram abaixo do previsto em 2% nas turmas, em 3% no número de participantes e 7% na carga-horária.

Nos três indicadores acima analisados, a carga horária obteve o menor desempenho, com 7% abaixo da meta prevista. A quantidade de turmas previstas para o PRONATEC, não foram executadas na sua totalidade pelas entidade demandantes, as quais são responsáveis pela mobilização das turmas pactuadas.

Analisando o número de participantes, a Linha de Ação Atividades de Apoio Agrossilvipastoril foi o destaque, com 52.058 pessoas atendidas. Verificou-se uma maior expressividade no público de Seminários voltados à Administração Rural, com 9.265 participantes.

A Linha de Ação Pecuária foi a segunda colada na quantidade de pessoas atendidas com 14.844 participantes. Verificou-se uma maior expressividade na execução do Programa Produção de Leite de Qualidade – Leite Legal com 3.191 pessoas.

Em Outras Atividades todos os indicadores avaliados foram ultrapassados em 7,59% nas turmas, em 1,52% no número de participantes e, 3,94% da carga horária.

Cabe ressaltar que as demandas do SENAR são influenciadas diretamente pelas características da produção agropecuária verificados anualmente, que por sua vez sofrem influência de diversos fatores econômicos, sociais e climáticos. Desta forma, podem ocorrer variações nas demandas dos exercícios e nos resultados entre metas realizadas e planejadas no PAT. Além disso, os seminários são eventos com número inconstante de pessoas. Esses, aliados à sazonalidade da demanda dos eventos, são os principais fatores que interferem no alcance total do número de participantes e de eventos planejados no PAT para as ações de FPR e Outras Atividades.

Da meta orçamentária prevista em 2014 para a ação 8729, 96,83% das pessoas foram capacitadas conforme previstos e foram gastos 82,61% dos recursos financeiros estimados. Considerando somente as despesas correntes, sem a previsão para investimentos o percentual de realização financeira fica em 93,48%.

Com relação aos investimentos previstos para esta ação, cuja previsão era R\$ 2.652.433,00 foram investidos R\$ 343.701,54 que representa uma realização de 12,96%, a realização aquém do planejado é em função de não ter sido dado andamento a aquisição de terreno para construção da sede.

2.5.1.1. Programas de destaque

Eficiência da empresa rural e responsabilidade social constituem a filosofia da atual gestão do Sistema CNA/SENAR. Para a consecução desta linha de trabalho, foram elaborados diversos programas de abrangência nacional. O SENAR-AR/SC aderiu a vários programas nacionais existentes e criou outros, de acordo com as necessidades do público-alvo catarinense, conforme destacamos a seguir.

Programas do sistema CNA/SENAR – FPR

a) Programa Empreendedor Rural (PER)

O Programa Empreendedor Rural - PER, tem como componentes básicos o desenvolvimento humano, a gestão do conhecimento e a elaboração de projetos, estando voltado para os produtores rurais. O objetivo geral do programa é promover o desenvolvimento de competências empreendedoras e a preparação de líderes para ações sociais, políticas e econômicas sustentáveis no agronegócio.

Além disso, tem como objetivos específicos: dotar o agronegócio de empreendedores qualificados e líderes comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do meio rural; aumentar a qualidade de vida da população do meio rural; contribuir para o desenvolvimento de um sistema de educação voltado para o meio rural e para o aumento da renda líquida dos produtores rurais.

O Programa está distribuído em 5 etapas: diagnóstico ou inventário, planejamento estratégico, estudo de mercado, engenharia do projeto e avaliações, compreendendo 17 módulos e totalizando 136 horas, com 30 vagas por turma. Esta estrutura fornece base aos participantes para a elaboração de projetos de gerenciamento para as suas propriedades, levando em conta as potencialidades e realidades próprias, que permitam a melhoria ou implantação de novos negócios.

No quadro 13 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 13 – Eventos executados – Programa Empreendedor Rural.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Empreendedor Rural	15	326	2040

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

b) Programa Com Licença Vou a Luta (CLVL)

O Programa de Com Licença vou a Luta, tem como objetivo levar conhecimento básicos e motivacionais visando formar mulheres produtoras rurais na gestão de negócios agropecuários com enfoque no empreendedorismo e na liderança.

O público alvo deste programa são mulheres produtoras rurais, em propriedades de pequeno e médio porte, que estejam envolvidas na administração da propriedade ou tenham sob sua responsabilidade a gestão da atividade.

Está distribuído em cinco módulos presenciais de 8 horas com conteúdo técnico e de desenvolvimento humano, totalizando 40 horas de capacitação.

No quadro 14 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 14 – Eventos executados – Programa Com Licença Vou a Luta - CLVL

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Com Licença Vou a Luta	60	843	2.400

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

c) Programa de Inclusão Digital Rural

O Programa de Inclusão Digital Rural, foi concebido pelo Sistema CNA/SENAR e tem como objetivo é ampliar a oportunidade de acesso à informática às populações rurais que tenham pouco ou nenhum conhecimento nessa tecnologia.

O programa é realizado em Santa Catarina através de treinamentos ministrados em salas de entidades parceiras e nas sedes dos sindicatos rurais, e através de notebooks doados pela CNA e outras entidades. Foram ministrados três treinamentos: Iniciação à Informática, Informática Básica e Informática Básica 2. Os treinamentos possuem carga horária de 16 horas, 08 a 10 vagas por turma para participantes com idade mínima de 16 anos.

No quadro 15 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 15 – Eventos executados em 2014 do Programa de Inclusão Digital Rural.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Inclusão Digital Rural – Iniciação à informática	173	1527	2768
Inclusão Digital Rural – Informática básica	171	1487	2736
Inclusão Digital Rural – Informática básica 2	148	1280	2368
Total	492	4.294	7.872

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

d) Programa Sindicato Forte

O sindicato do produtor rural é o principal parceiro do SENAR na realização das ações de Formação Profissional Rural – FPR e atividades da Promoção Social – PS. Diante disso, o SENAR Administração Central disponibilizou o Programa Sindicato FORTE aos sindicatos rurais, objetivando capacitar seus diretores e colaboradores com relação à quebra de antigos paradigmas, tendo em vista as constantes mudanças no cenário rural.

Espera-se beneficiar os produtores e trabalhadores rurais, que receberão melhor apoio, maior efetividade e profissionalismo na resolução de problemas relativos às atividades rurais.

O programa está voltado para as três áreas mais importantes da instituição sindical: sua legitimidade no cenário social, maior integração à outras instituições e a representatividade perante seus associados.

Em 2014 o SENAR Administração Central disponibilizou uma nova ação do Programa Sindicato FORTE denominada Gestão com Qualidade no Sindicato (GQS). O programa é realizado por meio de aulas expositivas dinâmicas e consultorias nos sindicatos rurais. O principal indicador de resultados é a elaboração do Plano de Gestão com Qualidade do Sindicato (PGQS), possibilitando uma ampliação da visão dos negócios do sindicato.

O programa GQS apresenta 5 etapas, divididas em duas ações de FPR. As quatro primeiras etapas compreendem uma ação e foram moduladas, intercalando teoria e consultoria, com dois encontros de 16 horas e duas consultorias de 8 horas por sindicato. A última etapa compreende outra ação, o Seminário de Avaliação, com 8 horas, que reúne todas as turmas atendidas no mesmo período, visando avaliar e consolidar o PGQS.

No quadro 16 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 16 – Eventos executados em 2014 – Programa Sindicato Forte.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Sindicato Forte – Seminário de Líderes Rurais	49	8.883	218
Sindicato Forte – Seminário sobre Legislação Brasileira do Setor Rural	1	125	4
Sindicato Forte – Programa Gestão com Qualidade no Sindicato	3	49	144
Total	53	9.057	366

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

e) PRONATEC

Em 2012 o SENAR-AR/SC aderiu ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o SENAR – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.

Em Santa Catarina, é executado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), através das Escolas de Ensino Médio, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeituras Municipais através dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), Ministério do Desenvolvimento Agrário para trabalhadores da agricultura familiar, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República por meio das unidades de atendimento socioeducativo dentre outros parceiros.

As ações do PRONATEC tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para estudantes do Ensino Médio da Rede pública.

Em 2014 foram atendidas 784 pessoas, em 55 turmas e 8.052 horas-aula. Do tal de 55 turmas, 41 foram finalizadas dentro do exercício em análise, sendo que, 14 turmas serão concluídas em 2015. Nos resultados globais deste programa, foi considerada a carga horária parcial realizada em 2014 e o total de alunos inscritos das turmas em andamento.

No quadro 17 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 17 – PRONATEC realizado pelo SENAR AR/SC em Santa Catarina no ano de 2014.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Agricultor Familiar - CBO 6120-05	2	29	400
Agricultor Orgânico - CBO 6223-20	3	41	420
Artesão de Pintura em Tecido - CBO 7911	15	222	2.400
Assistente de Planejamento e Controle de Produção - CBO 6201-10	4	58	180
Auxiliar Administrativo - CBO 4110-05	3	43	480
Bovinocultor de Leite - CBO 6231-15	4	59	800
Costureiro - CBO 7630-10	5	71	708
Criador de Peixes em Tanque de Rede - CBO 6313-25	1	12	200
Equideocultor - CBO 6231-25	1	13	240
Fruticultor - CBO 6225-05	4	60	316
Horticultor Orgânico - CBO 6223-10	5	67	688
Jardineiro - CBO 6220-10	1	16	160
Operador de Computador - CBO 3172-05	2	29	320
Piscicultor - CBO 6313-25	2	27	320
Preparador de Doces e Conservas - CBO 8414-20	3	37	420
Total	55	784	8.052

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

f) Programa Negócio Certo Rural

O Programa Negócio Certo Rural é realizado em parceria entre SENAR e SEBRAE e, tem como objetivo o planejamento de pequenos negócios para a agricultura familiar, visando auxiliar na abertura de novos negócios e na melhoria dos existentes.

O Programa possui carga horária de 40 horas por turma, dividido em 6 módulos, com orientações sobre a seleção de ideias de negócios, análise e viabilidade econômica, formalização do negócio, organização, administração e relação com o mercado.

Não foram considerados os custos da execução do Programa Negócio Certo Rural uma vez que as turmas foram executadas com recursos de terceiros, mediante convênio entre as Administrações Centrais do SENAR/SEBRAE.

No quadro 18 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 18 – Eventos executados em 2014 – Programa Negócio Certo Rural.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Negócio Certo Rural	57	985	2.280 horas

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

g) Programa Produção de Leite de Qualidade - Leite Legal

O Programa Produção de Leite de Qualidade - Leite Legal, foi concebido pelo Sistema CNA/SENAR em parceria com o SEBRAE e tem como objetivo capacitar para a produção de leite em conformidade

com os padrões de qualidade estabelecidos pela Instrução Normativa nº 62/2011 do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA).

O programa é realizado com atividades teóricas e práticas nas unidades produtoras de leite, sendo 01 Encontro Teórico com duração de 8 horas com todos os participantes e 01 Visita Técnica de 4h por propriedade, para orientações e aplicação de check list voltados aos seguintes procedimentos técnicos: Controle de qualidade da água utilizada; Higienização e desinfecção de equipamentos e utensílios de ordenha; Controle e prevenção de mastite; Controle de contaminação do leite por resíduos químicos e controle da brucelose e da tuberculose bovinas. Tais medidas, tem por finalidade principal reduzir a Contagem das Células Somáticas (CCS) e a Contagem Bacteriana (CBT) do leite entregue as Agroindústrias e Cooperativas que processam o produto em Santa Catarina.

Em 2014, foram realizados 323 treinamentos em parceria com 32 agroindústrias e/ou cooperativas, para 3.191 produtores de leite, totalizando a carga horária de 12.313 horas.

No quadro 19 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 19 – Eventos executados em 2014 no Programa Produção de Leite de Qualidade - Leite Legal.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Produção de Leite de Qualidade - Leite Legal	323	3.191	12.313

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Programa de destaque do SENAR-AR/SC – FPR em 2014

a) Programa Jovem Aprendiz Cotista (JAC)

Na ocupação “trabalhador na administração de empresas agrossilvipastoris”, na FPR, está inserido o Programa Jovem Aprendiz Cotista (JAC) elaborado a partir da legislação de aprendizagem vigente, visando promover a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens com idade entre 14 anos completos e 24 anos incompletos, de modo a tornar-se compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O programa é realizado em parceria com empresas rurais que se enquadram na legislação no que diz respeito à obrigação de contratar aprendizes.

O curso “Auxiliar Administrativo e Financeiro” possui carga horária de 960 horas, distribuídas em 480 horas de aulas teóricas e 480 horas de prática profissional, sendo esta de responsabilidade das empresas empregadoras. As aulas teóricas são divididas em 2 núcleos: Núcleo Básico, com 248 horas, voltado para o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, e o Núcleo Específico, voltado para o desenvolvimento de habilidades técnicas.

Em 2014, o SENAR-AR/SC realizou o curso de Aprendizagem Rural nos municípios de Fraiburgo, São Joaquim e Lages. Foram iniciadas quatro turmas em Fraiburgo, duas em fevereiro e duas em agosto de 2014, em substituição às turmas concluídas em novembro de 2013 e julho de 2014. Em São Joaquim e Lages, continuam em andamento as turmas iniciadas em 2013, sendo duas em São Joaquim e uma em Lages, com conclusão prevista para agosto de 2015.

Ao todo, 9 turmas estiveram em andamento no ano de 2014, com 252 aprendizes e carga horária total de 3.304 horas.

Quadro 20 – Eventos executados em 2014 no Programa Jovem Aprendiz Cotista

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Aprendizagem Rural - Auxiliar Administrativo e Financeiro	9	252	3.304

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Análise Crítica – Programas de Destaque - FPR

A eficiência da empresa rural está relacionada aos aspectos produtivo e gerencial, os quais dependem de ações educativas eficazes que permitam aos egressos do SENAR-AR/SC, a mudança de atitudes, o desenvolvimento de habilidades, para buscarem oportunidades de trabalho e renda e a melhoria da qualidade de vida.

Por esta razão o SENAR-AR/SC, participa de programas desenvolvidos através de políticas públicas, como o PRONATEC; de programas oriundos de políticas institucionais deflagradas pela Administração Central, tais como: Programa Com Licença Vou a Luta (CLVL), Programa Empreendedor Rural (PER) e Negócio Certo Rural (NCR).

2.5.2. Programa 0108 – Melhoria da qualidade de vida do trabalhador – PS

Identificação do Programa 0108

Quadro 21 – Dados gerais do Programa 0108.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Realizar atividades que promovam a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade das pessoas do meio rural.
Objetivo específico	Realizar eventos que visem à promoção social das pessoas do meio rural, nas seguintes Áreas de Atividades: Alimentação e nutrição; Artesanato; Cultura; Educação; Esporte e lazer; Saúde,
Responsável pelo programa	Superintendência
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none"> • Número de eventos realizados; • Número de participantes dos eventos; • Carga horária total dos eventos.
Público-alvo	Produtores e trabalhadores rurais e suas famílias.
Ações Vinculadas	Ação 8788 – Promoção Social

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Ação 8788 – Promoção Social Rural

Identificação da Ação 8788

Quadro 22 – Dados gerais da Ação 8788.

Tipo de ação	Orçamentária.
Finalidades	- Desenvolver a promoção social rural no Estado de Santa Catarina, atendendo a demanda de produtores e trabalhadores rurais e suas famílias;

	- Promover atividades que desenvolvam as aptidões pessoais e sociais do trabalhador e produtor rural e de suas famílias, possibilitando melhor qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade, através de treinamentos, encontros, palestras e seminários.		
Descrição	<p>Realizar a promoção social rural, através de eventos, nas seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saúde: Desenvolver atividades de caráter preventivo e educativo, visando a mudanças comportamentais individuais e coletivas, em adequação às condições ambientais e perspectiva de melhoria da qualidade de vida; - Alimentação e nutrição: Desenvolver atividades de caráter educativo e preventivo, com informações básicas sobre educação alimentar, nutrição, higiene dos alimentos e segurança alimentar. - Artesanato: Estimular a produção de objetos úteis, artístico e decorativos, feitos à mão, com ou sem ajuda de ferramentas e mecanismos caseiros, utilizando matéria prima disponível na região, contribuindo para preservar e propagar as características culturais e regionais; - Cultura: Desenvolver atividades de valorização do patrimônio cultural, propiciando o resgate e preservação das tradições e o fortalecimento das relações pessoais, sociais e o espírito comunitário; - Esporte e lazer: Desenvolver atividades de caráter educativo, preventivo, participativo e recreativo visando integração ao contexto social; - Educação: Desenvolver atividades de caráter educativo, preventivo e participativo, visando desenvolver habilidades de pensar, interpretar, inferir, criticar, compreender e construir, vinculadas à pessoa em seu ambiente de vida e de trabalho. <p>Fonte: Série Metodológica, Doc. 4 - Processo da Promoção Social, SENAR/2013.</p>		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Área Técnica.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	2.851.261,00	2.676.917,79	93,89%
Física	31.481	35.079	111,43%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

Os resultados do Programa 0108 – Melhoria da qualidade de vida do trabalhador, Ação 8788, estão apresentados abaixo. As Áreas de Atividades da PS trabalhadas no período foram: Alimentação e nutrição; Artesanato; Cultura; Educação e Saúde. Nesta vertente de trabalho, alguns eventos tiveram destaque, considerando como indicativo a quantidade de pessoas atendidas, conforme quadro abaixo.

Quadro 23 – Atividades de destaque em 2014 da PS, por área de atividade.

Área de atividade	Título da atividade de destaque	Pessoas atendidas
Organização Comunitária	Encontro de Mulheres Agricultoras	5.699
Saúde	Programa Útero é Vida	2.609
Educação	Motivação para a Qualidade de Vida no Campo	2.065
Alimentação e Nutrição	Confeitaria	1.920
Artesanato	Bordado com Patchcolagem	1.709
Cultura, Esporte e Lazer	Encontro Recreativo e Esportivo	1.136

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

No Quadro 23, podemos observar que foi destaque o Encontro de Mulheres Agricultoras, na área de atividade Organização Comunitária, totalizando 5.699 pessoas atendidas. Na área de atividade Saúde, com 2.609 pessoas, as atividades do Programa Útero é Vida foram destaque com maior público. A palestra de Motivação para a qualidade de vida no campo, foi a maior demanda na área de atividade Educação, com 2.065 participantes.

Quadro 24 – Síntese da PS em 2014, incluindo os programas especiais da PS – Turmas, Público previsto e Carga-horária (PAT/2014) x Turmas, Público atendido e Carga-horária executada em 2014 por área de atividade.

PS Área de atividade	PAT 2014			Realizado 2014			Percentual de Realização		
	Turma	Participantes	Carga Horária	Turma	Participantes	Carga Horária	Turma (%)	Público atendido (%)	Carga Horária (%)
Organização Comunitária	38	9.624	252	37	10.050	246	97%	104%	98%
Saúde	60	5.129	308	63	7.412	329	105%	145%	107%
Artesanato	535	6.273	15.288	553	6.445	15.752	103%	103%	103%
Alimentação e Nutrição	411	5.104	7.688	423	5.319	7.936	103%	104%	103%
Educação	35	3.843	195	34	4.496	183	97%	117%	94%
Cultura, Esporte e Lazer	13	1.508	176	11	1.357	134	85%	90%	76%
Total	1.092	31.481	23.907	1.121	35.079	24.580	103%	111%	103%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Com base no quadro 24, verifica-se que a quantidade de Turmas realizadas, as Áreas de Atividades Saúde, Artesanato e Alimentação e Nutrição ocuparam a posição de destaque, ultrapassando, respectivamente, 5% e as duas últimas em 3%. No total, o número de turmas ultrapassou 3% a meta prevista no PAT/2014.

Na quantidade de participantes realizada, as Áreas de Atividade Saúde e Educação ocuparam a posição de destaque, ultrapassando respectivamente, 45% e 173% do previsto. No total, o número de pessoas atendidas ficou 11% acima do planejado.

Na quantidade de horas-aula realizada, a Área de Atividade Saúde, Artesanato e Alimentação e Nutrição ocuparam a posição de destaque, ultrapassando, respectivamente, 7% e as duas últimas em 3%. No total, a carga horária ultrapassou 3% da meta prevista no PAT /2014.

Quadro 25 – Síntese da PS em 2014 – Público previsto (PAT/2014) x Público atendido por área de atividade.

Área de atividade/PS	Público previsto (PAT/2014)	Público atendido	Público atendido em relação ao PAT/2014 (%)
Organização Comunitária	9.624	10.050	104%
Saúde	5.129	7.412	145%
Artesanato	6.273	6.445	103%
Alimentação e Nutrição	5.104	5.319	104%
Educação	3.843	4.496	117%
Cultura, Esporte e Lazer	1.508	1.357	90%
Total	31.481	35.079	111%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

O quadro 25 acima demonstra que em 2014, o total de participantes planejados para a PS, foi ultrapassado em 11%, com destaque para a Área de Atividade “Saúde” que ultrapassou a meta em 45%, atendendo 7.412 pessoas. A Área de Atividade Educação foi a segunda colocada, ultrapassando 17% da meta prevista, atendendo 4.496 pessoas.

Análise Crítica

Analisando os resultados do exercício de 2014, percebe-se que todos os indicadores de desempenho da PS, foram ultrapassados. A quantidade de turmas e de carga horária em 3% e, de pessoas atendidas, em 11% dos metas previstas no PAT 2014.

As estratégias adotadas pelo SENAR-AR/SC, no sentido de ampliar a oferta de eventos voltados à Saúde e Educação, concentraram esforços da Área Técnica e determinaram o crescimento destas Áreas de Atividades.

A área de atividade Saúde foi alavancada pelo Programa Útero é Vida que atendeu 2.609 pessoas. Visando ampliar a oferta destes programas, foi implantado o Programa Sorrindo no Campo, que atendeu 582 crianças. A área de atividade Educação, foi alcançada pelo Programa sobre Motivação para a Qualidade de Vida no Campo, que atendeu 2.065 pessoas e, pelo Programa Cidadania Rural, que atendeu 1.446 pessoas.

A meta orçamentária prevista para a ação 8788 neste exercício, ultrapassou 11,43% da meta física prevista para o número de participantes, com a utilização de 93,89% dos recursos estimados.

1.5.1.1. Programas de destaque PS

Programas do sistema CNA/SENAR – PS

a) Programa Útero é vida!

Na Atividade “Saúde Reprodutiva”, na PS, está inserido o Programa Útero é vida! Concebido pelo Sistema CNA/SENAR, com o objetivo de gerar oportunidade de educação, prevenção e diagnóstico do câncer do colo do útero e cuidados com as mulheres do meio rural, contribuindo para o aumento da autoestima e da qualidade de vida.

O programa atende, aproximadamente, 150 mulheres em cada evento, que tem duração de 8 horas, sendo o público-alvo constituído de mulheres do meio rural, que nunca realizaram ou que estejam com o exame de Papanicolau atrasado. As mulheres cadastradas, participam do circuito da saúde, deixando os filhos pequenos sob os cuidados de educadores infantis, no espaço de lazer para crianças.

No circuito da saúde, são desenvolvidas as seguintes atividades: palestra sobre prevenção do câncer do colo do útero e de mama, coleta de material para o exame de Papanicolau, espaço beleza e distribuição de kit beleza. Após o evento, as mulheres que apresentaram alterações nos resultados dos exames são encaminhadas pelas prefeituras parceiras para atendimento médico no serviço público de saúde.

No quadro 26 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 26 – Eventos executados em 2014 – Programa Útero é vida.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Útero é vida	11	2.609	88

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

a) Programa PSA

Na atividade “saúde reprodutiva”, na PS, está inserido o Programa de Prevenção do Câncer de Próstata do Homem Rural – Programa PSA, concebido pelo SENAR-AR/SC, com o objetivo de oportunizar espaços de informação e prevenção do câncer de próstata e demais assuntos de interesse do homem, em comunidades rurais, reforçando a importância da qualidade de vida e rompendo preconceitos em relação ao exame.

O programa atende, aproximadamente, 150 homens em cada evento, que tem duração média de 6 horas, sendo o público-alvo homens do meio rural, com idade acima de 35 anos, que nunca tenham feito ou estejam com o exame de dosagem do antígeno prostático específico (em inglês, *Prostate-Specific Antigen – PSA*) atrasado há pelo menos dois anos.

Durante o evento os homens são cadastrados e participam das seguintes atividades: palestra sobre câncer de próstata, deficiência hormonal e vasectomia, tabagismo, alcoolismo e saúde sexual reprodutiva; coleta de sangue para realização do exame de PSA; distribuição do *kit* PSA; almoço e lanche. Após o evento, aqueles que apresentaram alterações nos resultados dos exames são encaminhados pelas prefeituras parceiras para atendimento médico no serviço público de saúde.

No quadro 27 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 27 – Evento executado em 2014 – Programa PSA.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa de Prevenção do Câncer de Próstata do Homem Rural	11	2.502	65

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

b) Programa Sorrindo no Campo

O Programa Sorrindo no Campo foi concebido pelo SENAR-AR/SC, com o objetivo de oportunizar espaço educativo visando estimular a formação de hábitos para a manutenção da saúde bucal na infância.

O programa tem a duração de 6 horas e atende 90 crianças na faixa etária de seis a dez anos de idade, que estejam frequentando do 1º ao 6º ano do ensino fundamental em escolas no meio rural.

Em ambiente cedido pelas escolas parceiras, é montado o Espaço Saúde Bucal, que é visitado, a cada uma hora, por um grupo de 15 crianças, totalizando 6 grupos por dia, sendo três no período da manhã e três no período da tarde.

No Espaço Saúde Bucal as crianças participam de atividades lúdicas e educativas, com jogos, brincadeiras, informações sobre a saúde bucal e práticas sobre a higienização corretas dos dentes e da boca. O cenário e os recursos instrucionais utilizados visam estimular o imaginário infantil e o envolvimento com o processo de caráter educativo e preventivo, conduzido por profissional com formação na área da saúde bucal para crianças.

Cada criança recebe um kit saúde bucal, contendo creme, fio e escova dental para a prática de higienização e uma revista educativa com passatempo e orientações para a família.

No quadro 28 verifica-se uma síntese das ações do programa em 2014.

Quadro 28 – Evento executado em 2014 – Programa Sorrindo no Campo.

Evento	Turmas	Participantes	Carga horária
Programa Sorrindo no Campo	6	582	36 horas

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Análise Crítica – Programas de Destaque – PS

Foram ampliadas a oferta dos programas especiais voltados à Saúde e à Educação, tendo em vista a importância da prevenção de doenças para a manutenção da saúde e da qualidade de vida das pessoas do meio rural e das transformações pessoais e sociais causadas pela aquisição de conhecimentos.

Além dos Programas Útero é Vida e Prevenção do Câncer de Próstata, que tiveram as ofertas ampliadas, foi implantado o programa Sorrindo no Campo, voltado à saúde bucal de crianças. A área de atividade Educação, também ampliou a oferta do Programa Cidadania Rural.

1.5.1.2. Produção de Recursos Instrucionais e Institucionais (PRI) - PS

Quadro 29 – Elaboração e/ou atualização de recursos Instrucionais Impressos - PS.

Período de realização	Título do Material	Área	Tipo de Material	Público	Tiragem
Outubro 2014	Sorrindo no Campo	PS	Cartilha	Crianças	3.500

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

2.5.3. Programa 0750 – Apoio administrativo

Identificação do programa 0750

Quadro 30 – Dados gerais do Programa 0750.

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivo geral	Fornece suporte logístico, de material e de pessoal para a realização das atividades finalísticas, visando ao cumprimento da missão institucional da entidade.
Objetivos específicos	- Conduzir os processos de gerenciamento de materiais e manutenção das instalações da entidade; - Realizar o controle e o gerenciamento de licitações e contratos administrativos; - Executar e efetuar os pagamentos relativos ao pessoal e aos Conselhos Administrativo e Fiscal.
Responsável pelo programa	Superintendente.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de unidades atendidas e número de funcionários atendidos.
Público-alvo	Público interno.
Ações Vinculadas	Ação 8701 – Manutenção de Serviços Administrativos, Ação 8777 – Pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e Trabalhistas, Ação 8711 Gestão Administrativa.

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira/2014

1.5.1.3.Principais ações do programa

Ação/Título:

I – 8701 – Manutenção de serviços administrativos;

II – 8777 – Pagamento de pessoal, encargos sociais e trabalhistas;

III – 8711 – Gestão administrativa.

I – Ação 8701 – Manutenção de Serviços Administrativos

Identificação da Ação 8701

Quadro 31 – Dados gerais da Ação 8701.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidades	- Promover a manutenção, conservação e melhoria das instalações da unidade; - Viabilizar a realização das atividades de apoio administrativo necessárias ao pleno funcionamento da Regional.		
Descrição	Nesta ação, são gerenciadas as atividades de controle patrimonial, elaboração de licitações e contratos administrativos, compras, almoxarifado, recepção/telefonía, locação de bens móveis e imóveis, manutenção das instalações, compra de bens móveis, elaboração e acompanhamento da gestão financeira da entidade.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	597.105,00	588.724,60	98,60%
Física	1	1	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

Essa ação é composta por despesas operacionais da atividade meio tais como: água, luz, telefone, limpeza e conservação, materiais de consumo, serviços de manutenção e conservação dos bens móveis / imóveis e alugueis de imóveis entre outras. Todos os pagamentos executados são suportados por Processos Administrativos internos, devidamente formalizados.

No exercício de 2014, foram realizados 21 (vinte e um) processos licitatórios, dos quais 15 (quinze) foram concretizados, conforme demonstrado no quadro 32 abaixo:

Quadro 32 – Processos licitatórios Exercício 2014.

Modalidade	Nº/Ano	Objeto	Empresa	Valor
Carta Convite	001/2014	Material de Divulgação	Visual Decor Comunicação Visual Ltda	R\$ 9.016,80
Carta Convite	002/2014	Suprimentos de Informática	**	Cancelado
Carta Convite	003/2014	Material Expediente e PER	**	Cancelado
Carta Convite	004/2014	Material Gráfico	Silveira e Santos Imp. Prod. Gráficos Ltda ME	R\$ 7.990,00
			Gráfica e Editora RJR Ltda	R\$ 68.880,00
Carta Convite	005/2014	Material de Divulgação	Kmk Ind. e Com. de Artefatos de Couro Ltda ME	R\$ 21.170,00
Carta Convite	006/2014	Suprimentos de Informática	Fabesul Distribuidora Ltda	R\$ 23.502,72
			Inno Informática Ltda	R\$ 4.110,93
Carta Convite	007/2014	Material Expediente e PER	Fabesul Distribuidora Ltda	R\$ 877,76
			**	Cancelado
Carta Convite	008/2014	Material de Divulgação	Celo Brindes Ltda	R\$ 52.800,00
			Confecções Correa Epp	R\$ 13.480,00
Carta Convite	009/2014	Material Gráfico	Gráfica e Editora RJR Ltda	R\$ 7.929,00
Carta Convite	010/2014	Material Expediente Interno	**	Cancelado
Carta Convite	011/2014	Suprimentos de Informática	**	Cancelado
Carta Convite	012/2014	Veículos	Dimas Comércio de Automóveis Ltda	R\$ 290.400,00
Carta Convite	013/2014	Material Expediente Interno	Fabesul Distribuidora Ltda	R\$ 6.418,67
Carta Convite	014/2014	Suprimentos de Informática	Fabesul Distribuidora Ltda	R\$ 4.691,90
Carta Convite	015/2014	Cadastramento Eletrônico	**	Cancelado
Carta Convite	016/2014	Cadastramento Eletrônico	Matheus Bringham da Silva 00626542251	R\$ 3.500,00
Carta Convite	017/2014	Cópias Xerográficas	A4 Digital Print Ltda EPP	R\$ 4,09
Carta Convite	018/2014	Impressoras Multifuncionais	Harley de Aguiar Junior EPP	Em andamento
Carta Convite	019/2014	Kit's EPI Descartáveis	**	Cancelado
Concorrência	001/2014	Microcomputadores e Softwares	**	Cancelado
Concorrência	002/2014	Microcomputadores e Softwares	**	Cancelado
Total Contratado no Ano				514.771,87

FONTE: SENAR-AR/SC – Comissão de Licitações/2014

Análise Crítica

Os resultados obtidos na ação 8701 foram baseados na estrita vinculação das despesas correntes e dos investimentos à programação orçamentária aprovada.

Considerando as despesas correntes para a manutenção da sede e os investimentos, o percentual de realização da ação ficou em 98,60%. Se desconsiderarmos os investimentos para aquisição de mobiliário e equipamentos, cuja previsão era R\$ 67.432,00 dos quais foram investidos R\$ 66.789,38, esse percentual será de 98,54%.

II – Ação 8777 – Pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e Trabalhistas

Identificação da Ação 8777 – (Adaptado a UJ)

Quadro 33 – Dados gerais da Ação 8777.

Tipo de ação	Orçamentária.
Finalidade	Gerenciar os registros e pagamentos dos funcionários, de acordo com a legislação vigente.
Descrição	Nesta ação, são desenvolvidas as atividades de controle e registro do ponto eletrônico, elaboração da folha de pagamento e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas. Entretanto, não inclui o pessoal da

		Área Finalística, cujas informações e atividades estão incluídas nas ações 8729 e 8788.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas		SENAR-AR/SC.	
Unidade executora		SENAR-AR/SC.	
Área responsável pelo gerenciamento ou execução		Assessoria Administrativa e Financeira.	
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	1.320.971,00	1.233.196,32	93,36%
Física	11	11	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

Os valores decorrem do custo da folha de pagamento acrescida do reajuste alcançado pela convenção coletiva de trabalho, mais encargos sociais decorrentes. Nos valores indicados no quadro 33, campos de execução das despesas, estão excluídos os empregados da área fim que são rateados como despesa das ações 8729 ou 8788.

Análise Crítica

Na execução das despesas as mesmas são rateadas em área meio e fim seguindo procedimento aprovado pela Administração Central do SENAR. Foram utilizados 93,36% dos recursos financeiros, conforme previsto para a execução da meta. O resultado desta ação demonstra que o valor ficou dentro da previsão orçamentária.

III – Ação 8711 – Gestão Administrativa

Identificação da Ação 8711 – (Adaptado a UJ)

Quadro 34 – Dados gerais da Ação 8711.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Pagamento de recursos destinados ao gerenciamento estratégico das atividades da entidade.		
Descrição	A ação envolve o gerenciamento das atividades dos Conselhos Fiscal e Administrativo.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	91.847,00	89.841,21	97,82%
Física	18	18	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

Com um mandato de quatro anos, o Conselho Administrativo é o órgão máximo no âmbito da Administração Regional de Santa Catarina, sendo composto por cinco membros e igual número de suplentes, quais sejam: o diretor-presidente da FAESC – presidente do Conselho –, um representante do SENAR – Administração Central, um representante da OCESEC, um representante das agroindústrias e um representante da FETAESC.

A ele cabem as funções de cumprir as diretrizes do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central e, principalmente, de fixar a política de atuação da Administração Regional e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades. Para tanto, em 2014, o Conselho Administrativo reuniu-se 7 (sete) vezes, para tratar de assuntos de caráter estratégico e aprovar as prestações de contas quadrimestrais, anual e previsões orçamentárias.

Por sua vez, o Conselho Fiscal é o órgão colegiado de fiscalização dos atos administrativos da Administração Regional, composto por três membros titulares e igual número de suplentes, indicados pela FAESC, pelo SENAR – Administração Central e pela FETAESC.

A ele compete acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária do SENAR regional, bem como emitir pareceres sobre matérias de sua competência, sendo assessorado por auditoria externa e contando com o acesso a todas as informações necessárias ao bom desempenho de suas funções.

O Conselho reuniu-se 12 (doze) vezes em 2014, analisou os balancetes mensais e as prestações de contas quadrimestrais e anual.

Análise Crítica

Neste programa está previsto o investimento em atividades correlatas ao Conselho Administrativo e Fiscal. As despesas realizadas são rateadas em área meio e fim, seguindo procedimento aprovado pela Administração Central do SENAR. Foram utilizados 97,82% dos recursos financeiros para a execução, de acordo com a meta prevista.

2.5.4. Programa 0801 – Formação de gerentes e empregados

Identificação do Programa 0801

Quadro 35 – Dados gerais do Programa 0801.

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivos gerais	- Capacitar e formar gestores e colaboradores envolvidos no processo de execução da FPR e da PS; - Capacitar e formar mão de obra qualificada para dar suporte às demandas e necessidades do mercado, visando a atingir níveis de excelência na prestação de serviços da entidade ao público-alvo.
Objetivos específicos	- Possibilitar ao indivíduo a aquisição de conhecimentos sobre aspectos legais e técnico-institucionais; o processo da FPR e da PS, composto pelas etapas de planejamento, operacionalização e avaliação; e o processo de ensino-aprendizagem, conforme a metodologia institucional;

	- Proporcionar auxílio financeiro a empregados, para a participação em cursos e eventos de formação.
Responsável pelo programa	Superintendente.
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Público-alvo atendido/empregado capacitado.
Público-alvo	Técnicos.
Ações Vinculadas	Ação 8718 – Capacitação de Recursos Humanos

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira/2014

Ação 8718 – Capacitação de recursos humanos

Identificação da Ação 8718

Quadro 36 – Dados gerais da Ação 8718.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidades	- Desenvolver a capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo de execução da FPR e da PS sobre questões técnicas, metodológicas e operacionais; - Capacitar e formar gestores e empregados, com a finalidade de elevar o nível de conhecimento técnico e administrativo, visando a qualificar os serviços prestados ao público-alvo.		
Descrição	- Capacitação de mobilizadores; - Capacitação de prestadores de serviço de instrutoria; - Capacitação de gerentes e empregados.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Área Técnica / Assessoria Administrativa e Financeira.		
	Meta Orçamentária	Previsão	Realização
	Financeira	267.352,00	264.231,02
	Física	877	865
			Execução/Previsão
			98,83%
			98,63%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

1.5.1.1.Principais ações do programa

Os recursos humanos utilizados pelo SENAR-AR/SC estão representados pelos seus servidores (supervisores e demais técnicos), pelos profissionais de instituições parceiras (mobilizadores e outros técnicos) e pelos prestadores de serviço de instrutoria (instrutores).

A execução dos eventos da UJ ocorre através de parcerias. As turmas são organizadas pelos mobilizadores, ou seja, profissionais que atuam junto às entidades parceiras, capacitados na metodologia da FPR e da PS para mobilizadores. As aulas são ministradas por prestadores de serviços de instrutoria, capacitados na metodologia da FPR e da PS. Por essa razão, a instituição desenvolve a capacitação de RH, com o objetivo de promover a qualidade dos serviços prestados ao público-alvo e a padronização dos procedimentos através de capacitação técnica e metodológica.

O Quadro 37, a seguir, mostra a estrutura da capacitação de RH.

Quadro 37 – Estrutura da capacitação de RH.

Público-alvo	Capacitação
Mobilizadores	Metodológica
Prestadores de Serviços de Instrutoria	Técnica e metodológica
Servidores	Gerencial, técnica e metodológica

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Programas de destaque

a) Capacitação de RH

Na capacitação de recursos humanos em 2014, a quantidade de turmas executadas ultrapassou a meta prevista em 28%. A quantidade de pessoas atendidas e de carga horária, ficaram abaixo da meta prevista, respectivamente, em 1% e 5%.

O SENAR-AR/SC atua através de parcerias, razão pela qual capacita permanentemente, os agentes envolvidos na execução dos eventos de FPR e PS, devido à interferência direta na qualidade da atividade fim. Os eventos de Capacitação de Recursos Humanos são definidos de acordo com as necessidades técnicas e metodológicas específicas da Administração Regional em cada exercício.

Quadro 38 – Resumo da Capacitação de RH realizada em 2014 x planejado (PAT) 2014.

Evento	PAT 2014			Realizado 2014			Percentual de Realização		
	Turmas	Participantes	Carga Horária	Turmas	Participantes	Carga Horária	Turmas (%)	Público atendido (%)	Carga Horária (%)
Capacitação de RH	43	877	1.240	55	865	1.172	128%	99%	95%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Análise Crítica

No exercício de 2014, aconteceu a primeira edição do Encontro Estadual de Agentes da FPR e da PS para Prestadores de Serviços de Instrutoria, o qual será repetido anualmente, com a finalidade de motivar e aperfeiçoar os conhecimentos para a prática educativa do SENAR.

O expressivo número de turmas do período analisado, foi decorrente da realização dos Encontros Pedagógicos com prestadores de serviços de instrutoria, desenvolvidos pela Área Técnica e dos Encontros de Avaliação Mensais, desenvolvidos pela Área Administrativa, visando alinhar a equipe para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do SENAR-AR/SC para o período de 2014/2020.

Na meta orçamentária em 2014, 98,63% das pessoas foram capacitadas e foram gastos 98,83% dos recursos financeiros estimados.

2.5.5. Programa 0253 – Serviço de comunicação de massa

Identificação do Programa 0253

Quadro 39 – Dados gerais do Programa 0253.

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivo geral	Promover a divulgação das ações e atividades da instituição ao público-alvo e à comunidade em geral.
Objetivo específico	Contratar campanhas publicitárias para a divulgação institucional do SENAR-AR/SC ao público-alvo e público em geral.
Responsável pelo programa	Superintendente.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Campanha realizada.
Público-alvo	Público-alvo das ações e atividades do SENAR-AR/SC e comunidade em geral.
Ações Vinculadas	Ação 8719 – Divulgação das Ações Institucionais

FONTE: SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira/2014.

Ação 8719 – Divulgação de ações institucionais

Identificação da Ação 8719

Quadro 40 – Dados gerais da Ação 8719.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Levar ao conhecimento do público-alvo do SENAR-AR/SC e da sociedade em geral as ações e atividades desenvolvidas pela entidade.		
Descrição	Esta ação desenvolve-se através da divulgação de notícias sobre a entidade e do informe sobre cursos, treinamentos e informações institucionais, por rádio, <i>web</i> , jornal e televisão.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Superintendente.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	111.499,00	102.099,12	91,57%
Física	6	9	150,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

A entidade utiliza o pool de rádios da FECOAGRO para divulgação de suas ações/atividades, com maior amplitude além de outros rádios no interior do Estado, em 2014 ultrapassamos em 50% a meta prevista, em virtude do aumento do número de rádios para divulgação das ações/atividades.

Análise Crítica

Este programa representa o processo de divulgação institucional e operacional junto aos trabalhadores, produtores rurais e à sociedade em geral, através da utilização de meios de comunicação.

A meta física realizada foi superior ao planejado em 50%, já a execução financeira ficou em 91,57% em decorrência da maior eficiência na utilização dos meios de comunicação.

2.5.6. Programa 0100 – Assistência ao trabalhador

Identificação do Programa 0100

Quadro 41 – Dados gerais do Programa 0100.

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivo geral	Promover o apoio social aos empregados e familiares, visando ao atendimento de suas necessidades básicas, de acordo com a legislação vigente.
Objetivos específicos	- Prestar assistência médica aos empregados e dependentes; - Prover as necessidades de alimentação e transporte previstas em lei; - Fornecer assistência social complementar aos beneficiários. Esta ação não inclui o pessoal da Área Finalística, cujas informações e atividades estão incluídas nas ações 8729 e 8788.
Responsável pelo programa	Assessoria Administrativa e Financeira.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Pessoal beneficiado.
Público-alvo	Empregados e seus dependentes, quando for o caso.
Ações Vinculadas	Ação 8703 – Assistência Médica e Odontológica a Empregados e seus Dependentes, Ação 8705 – Auxílio Alimentação a Empregados, Ação 8706 – Auxílio Transporte à Empregados, Ação 8707 – Assistência Social a Empregados.

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira/2014

1.5.1.4.Principais ações do programa

Ação/Título

I – 8703 – Assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes;

II – 8705 – Auxílio-alimentação a servidores e empregados;

III – 8706 – Auxílio-transporte a servidores e empregados;

IV – 8707 – Assistência social a servidores e empregados.

I – Ação 8703 – Assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes

Identificação da Ação 8703

Quadro 42 – Dados gerais da Ação 8703.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Prestar assistência ao servidor, ao empregado e seus dependentes legais no âmbito da saúde.		
Descrição	Envolve a disponibilização de plano de saúde em grupo para beneficiários (servidores, empregados e dependentes), com a participação financeira destes nos custos decorrentes.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	40.261,00	37.612,67	93,42%
Física	25	25	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

Atualmente a entidade utiliza os Serviços do Plano de Saúde Unimed com atendimento médico, hospitalar e laboratorial, não possuindo assistência odontológica. Nos valores indicados no quadro 41, nos campos de execução das despesas, estão excluídos os empregados da área fim que são computados como despesa da ação 8729.

Análise Crítica

Para o cumprimento da meta física foram gastos 93,42% do recursos previstos, tendo em vista que na realização das despesas, leva-se em consideração as deduções de coparticipação do empregado e/ou deduções legais em folha de pagamento, sendo reconhecido pelo valor líquido.

II – Ação 8705 – Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados

Identificação da Ação 8705

Quadro 43 – Dados gerais da Ação 8705.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Prover necessidade básica de alimentação e nutrição aos servidores e empregados.		
Descrição	Disponibilizar, via Programa de Amparo ao Trabalhador, vale-refeição e vale-alimentação aos servidores e empregados.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão

Financeira	71.611,00	68.396,64	95,51%
Física	10	10	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ **Demonstração dos Resultados Obtidos**

O benefício com auxílio alimentação atendeu a totalidade dos empregados do SENAR-AR/SC. Nos valores indicados no quadro 44, campos de execução das despesas, estão excluídos os empregados da área fim que são computados como despesa da ação 8729.

Análise Crítica

Neste programa está previsto o valor bruto da despesa com auxílio-alimentação a empregados, de acordo com o Programa de Alimentação ao Trabalhador.

Para o cumprimento da meta física foram gastos 95,51% dos recursos previstos.

III – Ação 8706 – Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

Identificação da Ação 8706

Quadro 44 – Dados gerais da Ação 8706.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Concessão do benefício necessário ao deslocamento dos servidores e empregados no percurso residência-trabalho e trabalho-residência.		
Descrição	Esta ação desenvolve-se através da aquisição do vale-transporte, conforme firmado pelo empregado, com base na legislação vigente.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	954,00	815,12	85,44%
Física	1	1	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ **Demonstração dos Resultados Obtidos**

O benefício com auxílio transporte atendeu somente um empregado do SENAR-AR/SC. Nos valores indicados no quadro 44, campos de execução das despesas, estão excluídos os empregados da área fim que são computados como despesa da ação 8729.

Análise Crítica

Para o cumprimento da meta física foram gastos 85,44% dos recursos previstos.

IV – Ação 8707 – Assistência Social a Servidores e Empregados

Identificação da Ação 8707

Quadro 45 – Dados gerais da Ação 8707.

Tipo de ação	Orçamentária.		
Finalidade	Visa a proteger os empregados em situação de risco ou em caso de sinistro.		
Descrição	Seguro de vida em grupo.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SENAR-AR/SC.		
Unidade executora	SENAR-AR/SC.		
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação	Assessoria Administrativa e Financeira.		
Meta Orçamentária			
	Previsão	Realização	Execução/Previsão
Financeira	7.444,00	6.289,82	84,50%
Física	11	11	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/Assessoria Adm. Financeira – Reformulação Orçamentária/2014

▪ Demonstração dos Resultados Obtidos

Em 2014, todos os empregados estiveram cobertos por apólice de seguro de acidentes pessoais em grupo. Nos valores indicados no quadro 45, campos de execução das despesas, estão excluídos os empregados da área fim que são computados como despesa da ação 8729.

Análise Crítica

Para o cumprimento da meta física foram gastos 84,50% dos recursos previstos

2.5.7. Resumo da Execução Física das Ações Orçamentárias

Quadro 46 - Execução Física das Ações Orçamentárias Realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação (1)	Prio (2)	Unidade Medida (3)	Execução Física		
							Meta prevista (4)	Meta realizada 2014	Meta a ser realizada em 2015
11	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	8701, 8711, 8715, 8777	A	3	NA	30	30	30
	128 - Formação de Recursos Humanos	0801 - Formação de Gerentes e empregados	8718	A	3	NA	877	865	921

131 - Comunicação Social	0253 - Serviço de Comunicação de Massa	8719	A	3	NA	6	9	6
301 - Atenção Básica	0100 - Assistência ao Trabalhador	8703	A	3	NA	25	25	25
306 - Alimentação e Nutrição	0100 - Assistência ao Trabalhador	8705	A	3	NA	10	10	10
331 - Proteção e Benefício ao Trabalhador	0100 - Assistência ao Trabalhador	8706 e 8707	A	3	NA	12	12	12
	0108 - Melhoria da Qualidade Vida Trabalhador	8788	A	3	NA	31.481	35.079	35.014
333 - Empregabilidade	0101 - Qualificação Profissional Trabalhador	8729	A	3	NA	95.766	92.732	96.039
366 - Educação de Jovens e Adultos	0108 - Melhoria da Qualidade Vida Trabalhador	8772	OP	3	NA	0	0	0

Legenda:

- (1) Tipo da Ação: A - Atividade; OP - Operação Especial
- (2) Prioridade: 3 - Demais Ações Prioritárias
- (3) O campo preenchido como "NA" - Não se aplica a UJ.
- (4) Meta Prevista: Refere-se meta reformulada pela UJ em 2014

Obs.: NA – não se aplica as especificidades da UJ.

FONTE: SENAR-AR/SC – Reformulação Orçamentária/2014 e Proposta Orçamentária para 2015.

Análise Crítica

Nos programas 0750 - Apoio Administrativo e 0100 – Assistência ao Trabalhador, foram plenamente atingidos os objetivos propostos se compararmos as metas previstas com as metas realizadas. Já o Programa 0253 - Serviço de Comunicação de Massa ultrapassou em 50% a meta prevista. O Programa 801 - Formação de Gerentes e Empregados, ficou com 98,63% da prevista para o ano.

Na subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador, nas ações voltadas ao Programa Melhoria e Qualidade de Vida do Trabalhador (0108) a meta foi ultrapassada em 11,43%.

Na subfunção Empregabilidade, nas ações do Programa de Qualificação Profissional do Trabalhador (0101) foi atingido 96,83% da meta prevista, ressalta-se que a meta não foi totalmente atingida pois atribui-se a estimativa de 16 (dezesesseis) alunos por evento projetado sendo que quando da realização o número nem sempre chega ao máximo proposto.

2.6. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Quadro 47– Execução Física e Financeira (Códigos do PPA – MTE)

ESTADO	AR/Santa Catarina	
	META	VALOR
SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO		
122 - Administração Geral	30	1.911.762,13
0750 - Apoio Administrativo	30	1.911.762,13
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	1	588.724,60
8711 - Gestão Administrativa	18	89.841,21
8715 - Assistência Financeira a Entidades	0	0,00
8777 - Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	11	1.233.196,32
128 - Formação de Recursos Humanos	865	264.231,02
0801 - Formação de Gerentes e Servidores	865	264.231,02
8718 - Capacitação de Recursos Humanos	865	264.231,02
131 - Comunicação Social	9	102.099,12
0253 - Serviço de Comunicação de Massa	9	102.099,12
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	9	102.099,12
212 - Cooperação Internacional	-	-
0681 - Gestão de Participação em Organismos Internacionais	-	-
8753 - Contribuição a Organismos Internacionais	-	-
301 - Atenção Básica	25	37.612,67
0100 - Assistência ao Trabalhador	25	37.612,67
8703 - Assist. Médica e Odontológica a servidores, empregados e seus dependentes	25	37.612,67
306 - Alimentação e Nutrição	10	68.396,64
0100 - Assistência ao Trabalhador	10	68.396,64
8705 - Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	10	68.396,64
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	35.091	2.684.022,73
0100 - Assistência ao Trabalhador	12	7.104,94
8706 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1	815,12
8707 - Assistência Social a Servidores	11	6.289,82
0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	35.079	2.676.917,79
8788 - Promoção Social Rural	35.079	2.676.917,79
333 - Empregabilidade	92.732	16.243.729,89
0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador	92.732	16.243.729,89
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	92.732	16.243.729,89

366 - Educação de Jovens e Adultos	-	-
0108 - Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador	-	-
8772 - Cursos de Alfabetização	-	-
TOTAL GERAL	128.762	21.311.854,20

FONTE: SENAR-AR/SC – SEO/2014

O critério para alocação das despesas nas respectivas contas orçamentárias está estabelecido no Artigo 38, inciso I e II, do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, que normatiza a aplicação dos recursos com a destinação de, no mínimo, de 80% nos eventos de formação profissional rural e de promoção social; e, no máximo, de 20% nas atividades de custeio e investimento.

2.7. INDICADORES UTILIZADOS PELA ENTIDADE PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO

O SENAR-AR/SC utiliza como indicadores para avaliar o desempenho da gestão: conceitos de eficácia, eficiência, economicidade, qualidade e efetividade.

2.7.1. Indicadores de Eficácia da Gestão

O meio utilizado para demonstrar a eficácia da gestão baseia-se nos seguintes indicadores:

- a) Número de eventos realizados;
- b) Número de participantes nos eventos;
- c) Carga horária total dos eventos;
- d) Resumo geral dos eventos, participantes e carga horária;
- e) Resumo das linhas de ação de FPR;
- f) Resumo das áreas atividades de PS;
- g) Eventos de FPR realizados por região;
- h) Eventos de FPR realizados por linha de ação
- i) Eventos de PS realizados por região;
- j) Eventos de PS por área atividade;
- k) Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos dos eventos concluídos.

a) Número de Eventos Realizados

Quadro 48 – Número total de eventos realizados (FPR, PS, DRH, OE).

Ano	FPR	PS	RH	Outras atividades	Total
2014	4.268	1.121	55	85	5.529
2013	4.207	1.180	44	76	5.507
Variação 2014/2013	1,45%	-5,00%	25,00%	11,84%	0,40%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

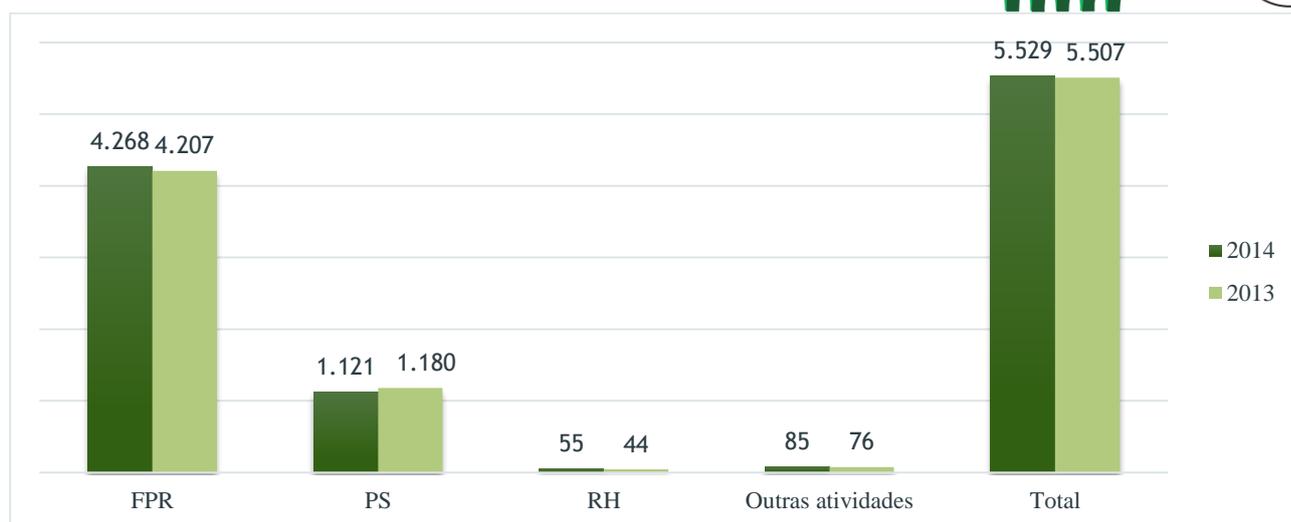


Figura 4 – Número de eventos realizados em 2014 e 2013.

Em 2014, foram executadas 4.268 ações de FPR, 1.121 atividades de PS, 55 eventos de RH e 85 em Outras Atividades; comparando esses resultados com o exercício 2013, verifica-se que foram ultrapassadas as metas da FPR em 1,45%; em RH em 25%; em Outras Atividades em 11,84%. Já a Promoção Social ficou 5% abaixo da meta.

O total de eventos (FPR, PS, RH e Outras Atividades) realizados em 2014 foi 5.529, o que representa 0,40% acima da meta atingida no ano de 2013, quando foram executados 5.507 eventos.

Análise Crítica

Analisando a quantidade de eventos da FPR realizados em 2014, em comparação com 2013, observou-se o acréscimo de 1,45%, o qual é resultado da estratégia da Administração Regional de manter o foco na qualidade, dando ênfase aos programas especiais e cursos de qualificação profissional que são eventos com maior duração.

A quantidade de turmas da PS realizada em 2014, ficou 5% abaixo da quantidade de turmas atingidas em 2013, em função da reestruturação realizada em julho de 2013, onde foi reduzido o número de treinamentos de Artesanato e Alimentação e Nutrição, com a criação de novos cursos com maior carga-horária. Esta estratégia teve como objetivo, melhorar a qualidade dos treinamentos, readequando os conteúdos e objetivos para ampliar a oferta de programas voltados à Saúde e Educação, focando em atividades que promovam a mudança de atitudes e a melhoria da qualidade de vida das pessoas do meio rural.

A quantidade de eventos de RH realizados em 2014, ultrapassou 25% da meta atingida em 2013. A programação para capacitação de Recursos Humanos é definida de acordo com as necessidades técnicas e metodológicas específicas a cada ano, conforme a implantação e acompanhamento de programas da FPR e da PS, razão pela qual a quantidade de eventos, participantes e carga horária é variável. O número expressivo de turmas ocorreu, principalmente, em função dos Encontros Pedagógicos e de Avaliação Mensal.

Em Outras Atividades os eventos realizados em 2014, ultrapassou 11,84% o exercício de 2013, principalmente, em função do aumento da demanda de Viagens de Estudo que foram proporcionadas aos produtores e trabalhadores rurais com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos e observação de empreendimentos de sucesso.

A totalidade do eventos executados em 2014 ultrapassou 0,40% a meta atingida no ano de 2013 em função dos mesmos motivos acima citados, relacionados ao planejamento dos eventos da FPR e da PS, conforme definições estratégicas da Regional.

b) Número de Participantes nos Eventos

Quadro 49 – Número de participantes nos eventos (FPR, PS, DRH, OE).

Ano	FPR	PS	RH	Outras atividades	Total
2014	92.732	35.079	865	27.717	156.393
2013	88.415	36.183	720	24.670	149.988
Varição 2014/2013	4,88%	-3,05%	20,14%	12,35%	4,27%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

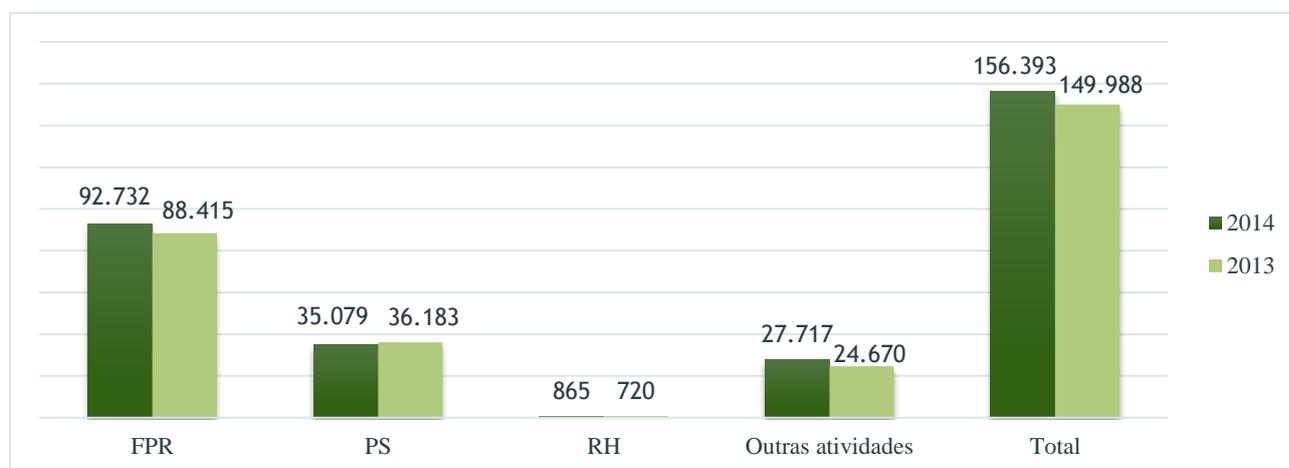


Figura 5 – Número total de participantes nos anos de 2014 e 2013

Em 2014, foram atendidas 92.732 pessoas na FPR, 35.079 na PS, 865 em RH e 27.717 em Outras Atividades. Comparando esses resultados com o exercício de 2013, tem-se que o percentual de execução na quantidade de participantes aumentou em 4,88% na FPR; em 20,14% na capacitação de RH e, em 12,35% em Outras Atividades. Na PS ocorreu redução de 3,05%, como consequência da redução na oferta dos eventos realizados no período.

O total de participantes atendidos em 2014 na FPR, PS, RH e em OUTRAS ATIVIDADES foi 156.393 pessoas, representando o acréscimo de 4,27% em relação a 2013, que atendeu 149.988 pessoas.

Análise Crítica

O acréscimo no número de participantes, é resultado do crescimento na quantidade de turmas realizadas, alavancada, principalmente, pelos Seminários de Administração, com 9.265 pessoas e de outros programas, tais como, Produção de Leite de Qualidade – Leite Legal, responsável pelo atendimento de 3.191 pessoas.

Na PS ocorreu redução de 3,05% na quantidade de participantes, devido a menor quantidade de turmas, bem como, em função da oscilação decorrente de evento sobre associativismo realizado em parceria com a Coperalfa, com edições bianuais, reunindo em torno de cinco mil produtores rurais cooperados e suas famílias.

Nos eventos de RH ocorreu um acréscimo de 20,14%, na quantidade de participantes, em função de planejamento elaborado a partir de necessidades da Área Técnica, vinculadas à implantação e execução dos programas de FPR e PS, bem como a necessidade de constante formação dos agentes da FPR e da PS, além dos técnicos envolvidos com as atividades meio e fim. A quantidade expressiva de participantes ocorreu, principalmente, em função dos Encontros Mensais de Avaliação de Atividades, com 302 participações e, do Encontro Estadual de Agentes da FPR e da PS do SENAR, com 179 instrutores participantes.

Em Outras Atividades, ocorreu acréscimo de 12,35% em função do aumento das Viagens de Estudos Agropecuários e das Feiras e Exposições Agropecuárias em relação ao exercício anterior.

c) Carga Horária Total dos Eventos

Quadro 50 – Carga horária total dos eventos (FPR, PS, DRH, OE).

Na	FPR	PS	RH	Outras atividades	Total
2014	107.516	24.580	1.172	1.087	134.355
2013	99.442	23.660	600	980	124.682
Variação 2014/2013 (%)	8,12%	3,89%	95,33%	10,92%	7,76%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

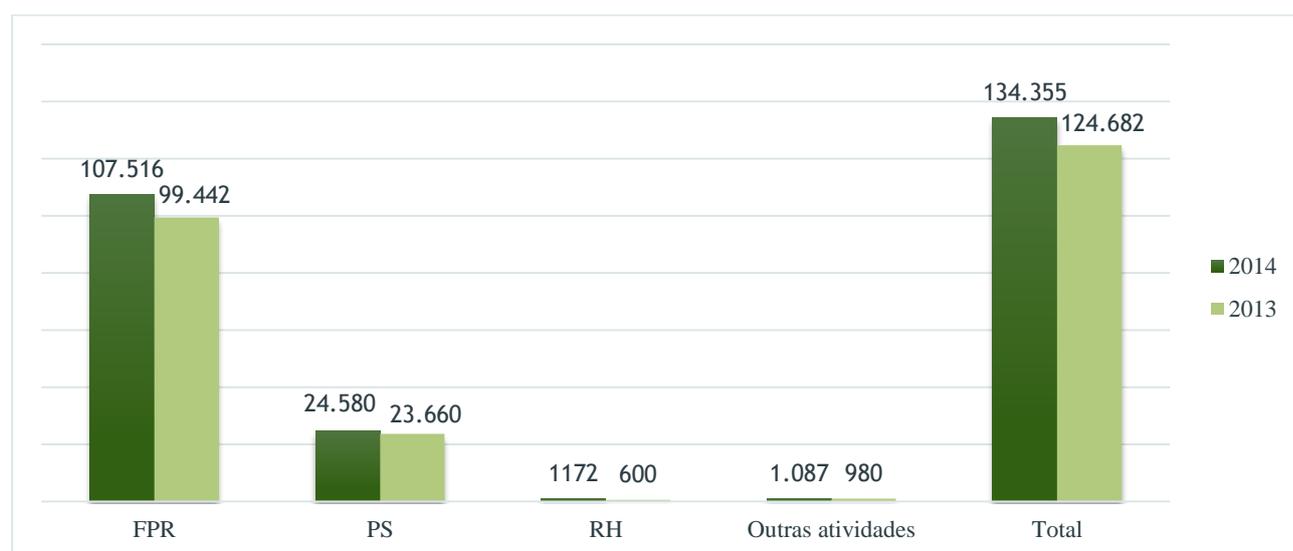


Figura 6 – Carga horária total executada no ano de 2014 e 2013.

Em 2014, foram executadas 107.516 horas-aula na FPR; 24.580 horas-aula na PS; 1.172 horas-aula em RH e, 1.087 horas-aula em OUTRAS ATIVIDADES. Comparando esses resultados com o exercício 2013, verifica-se que o percentual de execução da carga horária aumentou 8,12% na FPR, 3,89% na PS; 95,33% em RH e, 10,92% em OUTRAS ATIVIDADES.

A carga horária total executada em 2014 foi de 134.355 horas-aula, representando um acréscimo de 7,76% em relação ao exercício anterior, quando foram executadas 124.682 horas.

Análise Crítica

O acréscimo de 8,12% na FPR, está relacionado à carga horária do PRONATEC, com cursos de 160 e 200 horas-aula e do Programa Produção de Leite de Qualidade, com a média de 38 horas por evento.

Na PS, o acréscimo de 3,89% na carga horária, é decorrente da reestruturação realizada em julho de 2013, onde foi reduzido o número de treinamentos de Artesanato e Alimentação e Nutrição, com a criação de novos cursos com maior carga-horária, porém em menor quantidade de turmas. Esta estratégia teve como objetivo, melhorar a qualidade dos treinamentos, readequando os conteúdos e objetivos para ampliar a oferta de programas voltados à Saúde e Educação, focando em atividades que promovam a mudança de atitudes e a melhoria da qualidade de vida das pessoas do meio rural.

Nos eventos de RH observou-se a maior variação em termos de horas-aula executadas, ultrapassando 95,33% em relação ao exercício de 2013. A quantidade expressiva de carga horária ocorreu, principalmente, em função dos Encontros Pedagógicos, com o total de 400 horas-aula e; das capacitações técnicas para prestadores de serviços de instrutoria, com o total 296 horas-aula.

d) Resumo Geral dos Eventos, Participantes e Carga Horária

Quadro 51 – Resumo Geral de Eventos, Participantes e Carga Horária Realizados (FPR, PS, DRH, OE).

Ano	Eventos realizados	Pessoas atendidas	Carga horária
2014	5.529	156.393	134.355
2013	5.507	149.988	124.682
Varição 2014/2013 (%)	0,40%	4,27%	7,76%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

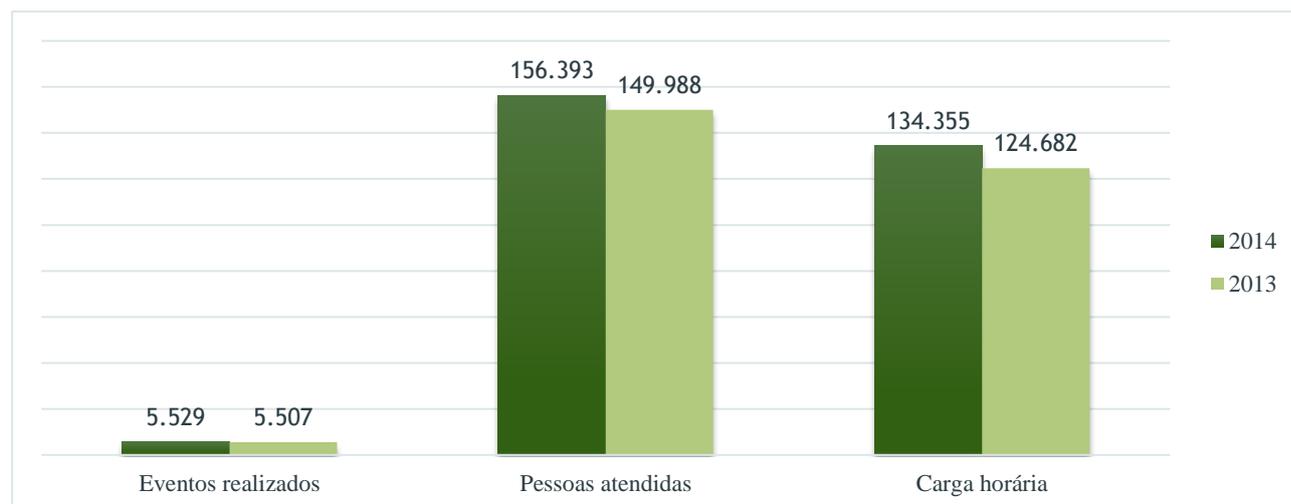


Figura 7 – Total de turmas, participantes e carga horária executado em 2014 e 2013.

No total geral de eventos de 2014, foram executadas 5.529 turmas, com 156.393 participantes e 134.355 horas/aula.

Comparando esses resultados com o exercício anterior, verifica-se um aumento de 0,40% no número de eventos; 4,27% no número de pessoas atendidas e de 7,76% na carga horária total executada.

e) Resumo das linhas de ação da FPR em 2014

Quadro 52 – Resumo das linhas de ação da FPR em 2014.

Linha de ação	Eventos	Público atendido	Carga horária
Atividades de Apoio Agrossilvipastoril	1.706	52.058	46.653
Agroindústria	898	11.041	15.148
Pecuária	766	14.844	22.661
Atividades Relativas à Prestação de Serviços	549	6.395	15.540
Agricultura	281	7.201	5.966
Silvicultura	46	530	735
Aquicultura	22	663	813
Total	4.268	92.732	107.516

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Analisando os resultados por linha de ação da FPR, verifica-se que as três linhas mais trabalhadas em número de eventos, público atendido e carga horária foram: Em primeiro lugar a linha de ação “Atividades de Apoio Agrossilvipastoril”, com 1.706 ações, 52.058 participantes e 46.653 horas-aula; em segundo lugar ficou “Agroindústria”, com 898 ações, 11.041 participantes e 15.148 horas; e em terceiro lugar ficou a linha de ação “Pecuária”, com 766 ações, 14.844 participantes e 22.661 horas-aula.

A linha de ação “Atividades de Apoio Agrossilvipastoril” destacou-se por estar relacionada às atividades básicas para o desenvolvimento do processo produtivo, tais como: mecanização agrícola e administração rural.

O resultado geral da FPR no exercício de 2014, atingiu ao todo, 4.268 ações, com 92.732 participantes e 107.516 horas-aula.

f) Resumo das áreas de atividade da PS em 2014

Quadro 53 – Resumo das áreas de atividade da PS em 2014.

Área de atividade	Eventos	Público atendido	Carga horária
Artesanato	553	6.445	15.752
Alimentação e Nutrição	423	5.319	7.936
Saúde	63	7.412	329
Organização Comunitária	37	10.050	246
Educação	34	4.496	183
Cultura, Esporte e Lazer	11	1.357	134
Total	1.121	35.079	24.580

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Analisando os resultados do quadro 53, verifica-se que as três áreas de atividade mais trabalhadas foram, respectivamente: “Artesanato”, com 553 turmas; “Alimentação e nutrição”, com 423 turmas; e “Saúde”, com 63 turmas.

Com relação ao público atendido, as três áreas de atividade mais trabalhadas foram, respectivamente: “Organização comunitária” com 10.050 participantes, “Saúde”, com 7.412 participantes, e “Artesanato”, com 6.445 participantes.

Em termos de carga horária, as três Áreas de Atividade mais trabalhadas foram, respectivamente: “Artesanato”, com 15.752 horas-aula; “Alimentação e nutrição” com 7.936 horas-aula e “Saúde” com 329 horas/aula.

Na quantidade de eventos e de carga horária da PS, a área de atividade “Saúde”, subiu para a terceira colocação, antes ocupada por “Organização Comunitária”. A quantidade de pessoas atendidas, passou de 4.791, em 2013, para 7.412 em 2014, ampliado em 2.621 pessoas. Da mesma forma, a área de atividade “Educação” passou de 19 turmas e 1.943 pessoas atendidas em 2013, para 34 turmas e 4.496 pessoas atendidas em 2014. Estes resultados consolidam a meta estratégica de ampliar a oferta de eventos voltados à saúde e educação.

g) Eventos de FPR realizados por região – 2014 e 2013

Quadro 54 – Eventos de FPR realizados por região – 2014 e 2013.

Região	2014		2013	
	Eventos	Part. (%)	Eventos	Part. (%)
Extremo Oeste	677	15,86	644	15,31
Meio Oeste	702	16,45	730	17,35
Norte	742	17,39	552	13,12
Oeste	640	15,00	684	16,26
Planalto Serrano	425	9,96	409	9,72
Sul	629	14,74	755	17,95
Vale do Itajaí	453	10,61	433	10,29
Total	4.268	100%	4.207	100%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

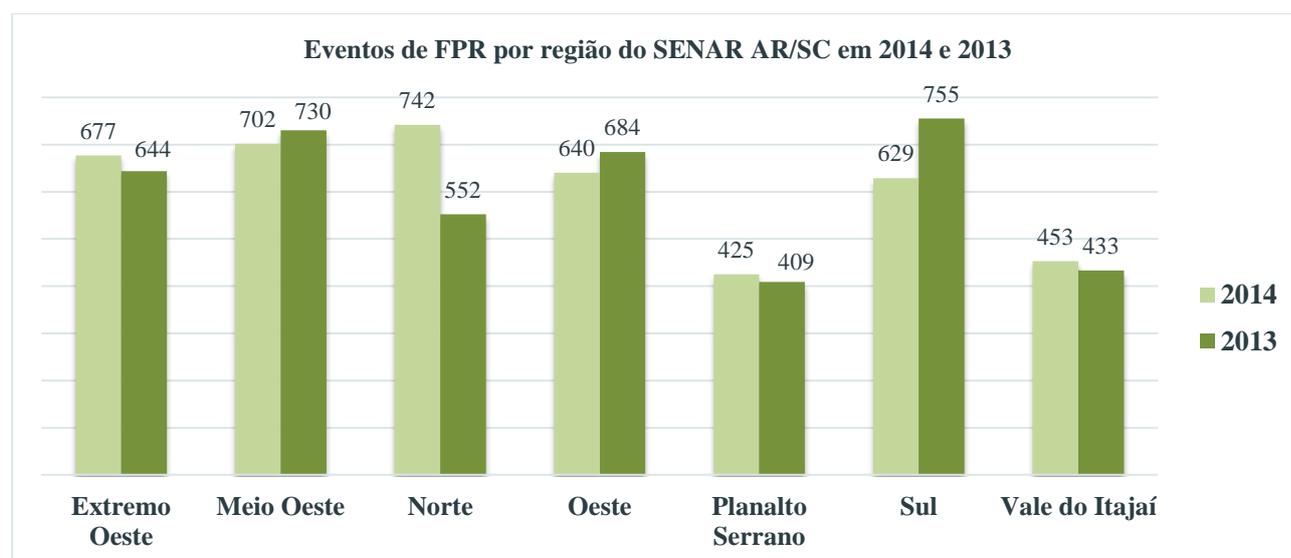


Figura 8 – Eventos de FPR realizados por região em 2014 e 2013.

Analisando os resultados apresentados na Figura 8, percebe-se que as regiões Norte e Meio Oeste foram destaque, com o maior número de eventos da FPR em 2014 em relação ao total de 4.268 ações.

Na região Norte aconteceram 742 eventos, representando uma participação de 17,39% e, na Região Meio Oeste foram realizados 702 eventos, com a participação de 16,45%. A participação da região Norte, que passou a ocupar a primeira colocação, antes pertencente à Região Sul, ocorreu, principalmente, em função do aumento da oferta de treinamentos sobre Segurança e Saúde no Trabalho com Agrotóxicos (NR-31) e sobre Inclusão Digital Rural.

A região Meio Oeste, em 2014, continuou com a segunda colocação, em função da dimensão territorial e da vocação agropecuária e representou uma participação de 16,45%, com a realização de 702 eventos de FPR.

h) Eventos de FPR por linha de ação – 2014 e 2013

Quadro 55 – Eventos de FPR por linha de ação – 2014 e 2013.

Linha de ação	2014		2013	
	Eventos	Eventos	Eventos	Part. (%)
Atividades de Apoio Agrossilvipastoril	1.706	39,97%	1.664	39,55%
Agroindústria	898	21,04%	1.015	24,13%
Pecuária	766	17,95%	664	15,78%
Atividades Relativas à Prestação de Serviços	549	12,86%	525	12,48%
Agricultura	281	6,58%	259	6,16%
Silvicultura	46	1,08%	47	1,12%
Aquicultura	22	0,52%	33	0,78%
Total	4.268	100%	4.207	100%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

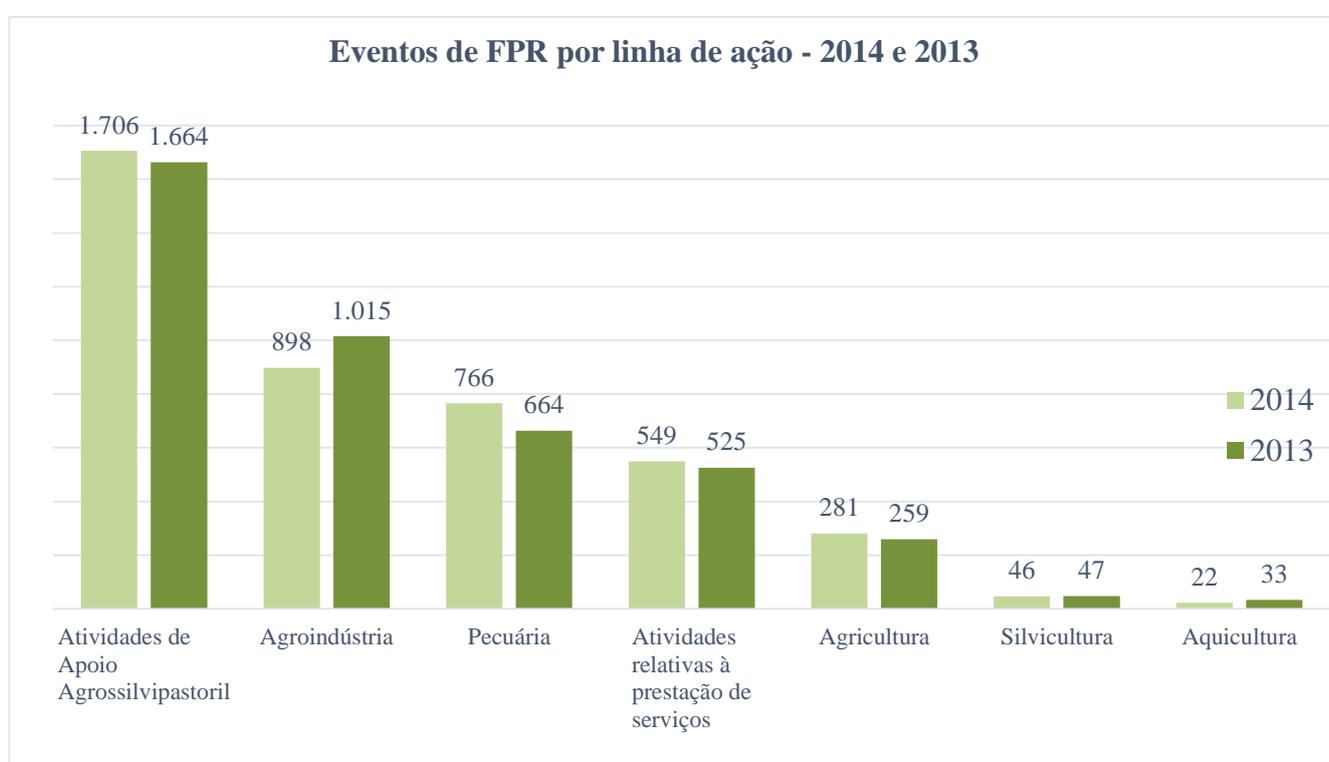


Figura 9 – Eventos de FPR por linha de ação – 2014 e 2013.

Com base nas informações da Figura 9, verifica-se que foi mantida a ordem de execução nas oito Linhas de Ação da FPR nos anos de 2014 e 2013.

No exercício de 2014 a Linha de Ação “Atividade de Apoio Agrossilvipastoril”, foi destaque com 1.706 ações (39,97%); seguida pela “Agroindústria”, com 898 ações (21,04%); e a terceira colocada foi “Pecuária”, com 766 ações (17,95%).

Repetindo a mesma ordem, no exercício de 2013 a Linha de Ação “Atividade de Apoio Agrossilvipastoril”, foi destaque com 1.664 ações (39,55%); seguida pela “Agroindústria”, com 1.015 ações (24,13%); e a terceira colocada foi “Pecuária”, com 664 ações (15,78%).

i) Eventos de PS realizados por região – 2014 e 2013

Quadro 56 – Eventos de PS realizados por região – 2014 e 2013.

Região	2014		2013	
	Eventos	Part. (%)	Eventos	Part. (%)
Extremo Oeste	129	11,51%	146	12,37%
Meio Oeste	199	17,75%	194	16,44%
Norte	150	13,38%	154	13,05%
Oeste	180	16,06%	183	15,51%
Planalto Serrano	173	15,43%	133	11,27%
Sul	195	17,40%	253	21,44%
Vale do Itajaí	95	8,47%	117	9,92%
Total	1.121	100%	1.180	100%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

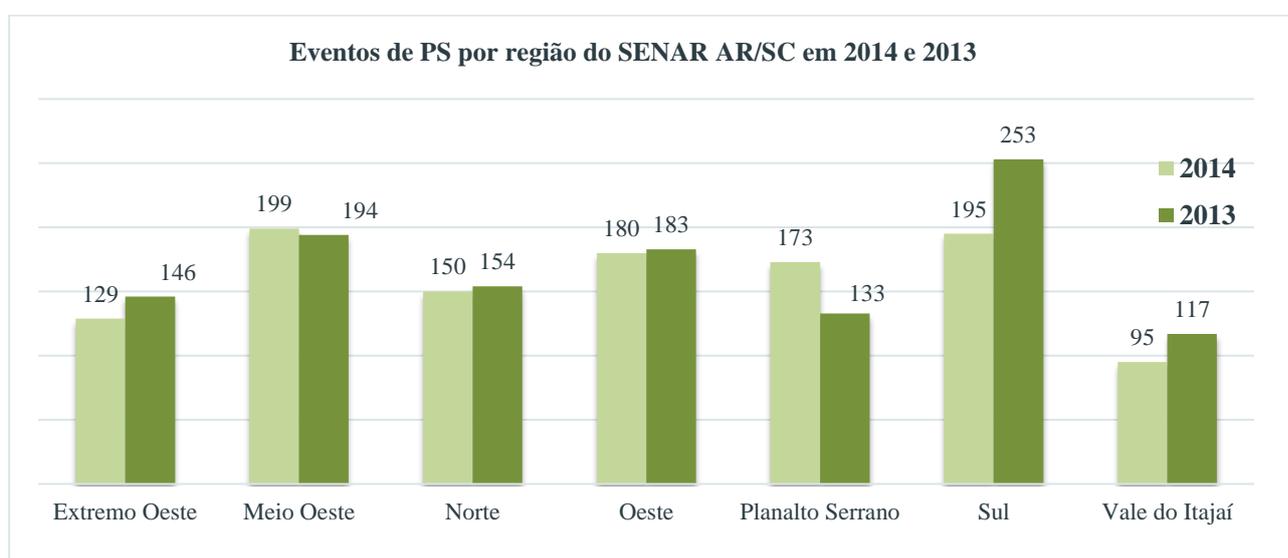


Figura 10 – Eventos de PS realizados por região – 2014 e 2013.

Com base no quadro 56 verifica-se que a região com maior número de eventos da PS em 2014 foi a região Meio Oeste, com 199 eventos o que representa 17,75% do total de 1.121 eventos da PS, seguida pela região Sul, com 195 eventos, representando 17,40%.

A maior incidência de eventos da PS na região sul deve-se à sua dimensão territorial, pois abrange 61 municípios e, da região Meio Oeste, deve-se a concentração de demandas em função da forte vocação agropecuária dos municípios.

Em 2013, o destaque ficou com a região Sul com 253 eventos, correspondendo a 22% do total de 1.180 eventos de PS, em função da dimensão territorial dessa região. A segunda colocada foi a região Meio Oeste com 194 eventos, representando a participação de 16,44% em função do público alvo e da organização das mulheres em Clubes de Mães.

j) Eventos de PS por área de atividade – 2014 e 2013

Quadro 57 – Eventos de PS por área de atividade – 2014 e 2013.

Área de atividade	2014		2013	
	Eventos	Part. (%)	Eventos	Part. (%)
Artesanato	553	49,33%	549	46,53%
Alimentação e nutrição	423	37,73%	510	43,22%
Saúde	63	5,62%	40	3,39%
Organização comunitária	37	3,30%	55	4,66%
Educação	34	3,03%	19	1,61%
Cultura, esporte e lazer	11	0,98%	7	0,59%
Total	1.121	100%	1.180	100%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

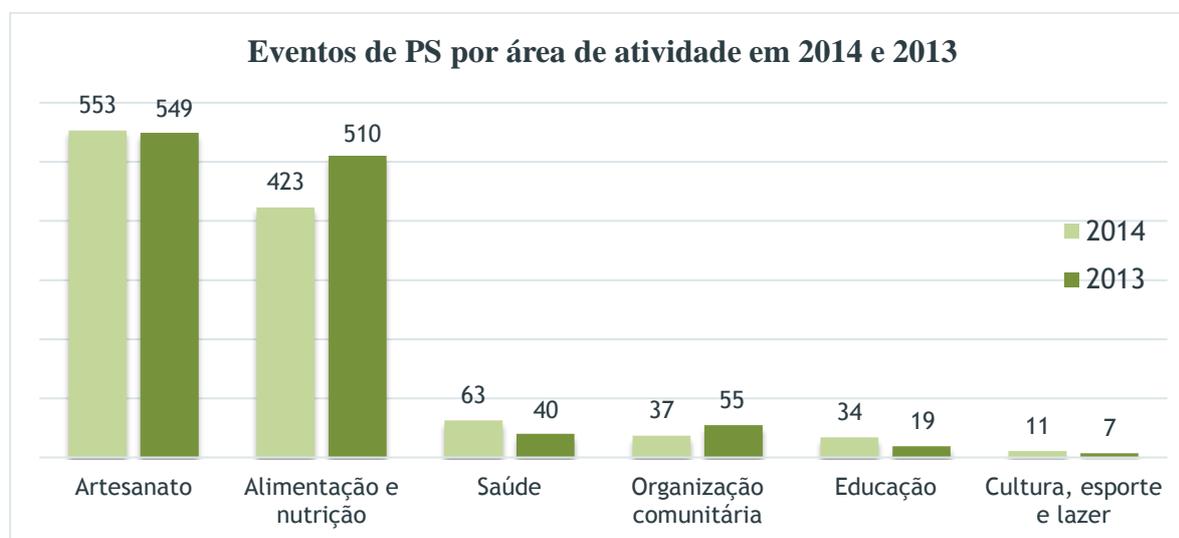


Figura 11 – Eventos de PS por área de atividade – 2014 e 2013.

Analisando os resultados por área de atividade da PS apresentados no quadro 57, verificou-se que as três áreas mais trabalhadas em 2014 foram: “Artesanato”, com 553 turmas (49,33%); “Alimentação e Nutrição”, com 423 turmas (37,73%) e, “Saúde”, com 63 turmas (5,62%).

Em 2013, as áreas mais trabalhadas foram: “Artesanato”, com 549 turmas (46,53%); “Alimentação e Nutrição”, com 510 turmas (43,22%) e, “Organização Comunitária”, com 55 turmas (4,66%).

Comparando 2014 com 2013, percebe-se que foram mantidas as mesmas ordens na classificação nas duas áreas mais trabalhadas, ficando em primeira colocação Artesanato e em segunda colocação, Alimentação e Nutrição e, na terceira colocação a Área de Atividade Saúde passou a configurar a terceira colocada em 2014.

k) Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos dos eventos

Quadro 58 – Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos dos eventos em 2014.

Item	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Público atendido
FPR	91.652	285	795	92.732
PS	34.811	9	259	35.079
Total	126.463	294	1.054	127.811
Percentual geral	98,95%	0,23%	0,82%	100,00%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014



Figura 12 – Número de participantes aprovados, reprovados e evadidos em 2014 para a FPR e PS.

A reduzida incidência de reprovação, com 294 participantes e, de evasão, com 1.054 participantes na FPR e PS é resultado da estratégia de atuação, baseada no atendimento das necessidades do público-alvo, realizando os eventos na época adequada e próximo às residências e locais de trabalho dos participantes. O total de aprovados foi de 126.463 pessoas, representando 98,95% dos participantes de cursos e treinamentos de FPR/PS.

Além disso, deve-se às etapas de avaliação utilizadas nos treinamentos – Diagnóstica, Formativa e Somativa. A avaliação diagnóstica ocorre no início da ação/atividade, visando a identificar o nível de conhecimentos, necessidades, interesses e potencialidades do participante; a Avaliação Formativa acontece durante a ação de FPR, visando a identificar o nível de aproveitamento do participante nos objetivos específicos, para corrigir os desvios e dificuldades no alcance parcial do objetivo geral e; a Avaliação Somativa ocorre no fim da ação e tem por base os alcances parciais em relação ao objetivo geral.

Uma vez que os eventos de PS não têm caráter profissionalizante, os concluintes aprovados recebem apenas um certificado de participação; já na FPR, o participante é submetido a uma avaliação de desempenho, recebendo, então, um certificado de aproveitamento. Em ambos os casos, a frequência mínima é de 80% da carga horária total dos eventos.

2.7.2. Indicadores de Eficiência da Gestão

Para demonstrar a eficiência da gestão, três indicadores são considerados:

- a) Número de eventos realizados, por número de funcionários;
- b) Número de supervisões, por número de supervisores;
- c) Número de eventos realizados, por número de municípios atendidos
- d) Regiões de supervisão;
- e) Percentual de Municípios atendidos por região.

a) Número de eventos realizados, por número de funcionários

Quadro 59 – Número de eventos realizados, por número de funcionários – 2014 e 2013.

Ano	Nº eventos (A)	Nº funcionários (B)	Relação (A/B)
2014	5.529	29	190,65
2013	5.507	29	189,89

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014.

Em 2014, se considerarmos os funcionários ativos em 31 de dezembro e a relação com o total de 5.529 eventos executados, registramos a média de 190,65 eventos por funcionário.

b) Número de supervisões, por número de supervisores regionais

Quadro 60 – Número de supervisões, por número de supervisores regionais – 2014 e 2013.

Ano	Nº Supervisões (A)	Nº Supervisores Regionais (B)	Relação (A/B)
2014	2.128	7	304,00
2013	2.097	7	299,57

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Em 2014 houve em média 304 eventos supervisionados por supervisor regional, representando um acréscimo de 1,5% em relação ao exercício 2013.

c) Número de eventos realizados, por número de municípios atendidos

Quadro 61 – Número de eventos realizados, por número de municípios atendidos – 2014 e 2013.

Ano	Nº Eventos (A)	Nº Municípios (B)	Relação (A/B)
2014	5.529	281	19,67
2013	5.507	282	19,52

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Do total de 295 municípios catarinense, no ano de 2014 foram realizados eventos em 281 cidades, contra 282 em 2013, fazendo com que a participação do SENAR-AR/SC no estado seja de 95,25% do território.

Desta forma, a média de eventos por município manteve-se praticamente igual nos dois períodos, em 2014 com a média de 19,67 e, em 2013 com a média de 19,52.

No quadro abaixo estão relacionadas as sete regiões de supervisão do SENAR-AR/SC e o número de municípios de abrangência da região.

d) Regiões de Supervisão

Quadro 62 – Regiões de supervisão do SENAR AR/SC.

Região de supervisão	Quantidade de municípios
Extremo Oeste	48
Meio Oeste	33
Norte	25
Oeste	43
Planalto Serrano	24
Sul	61
Vale do Itajaí	61
Total	295

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

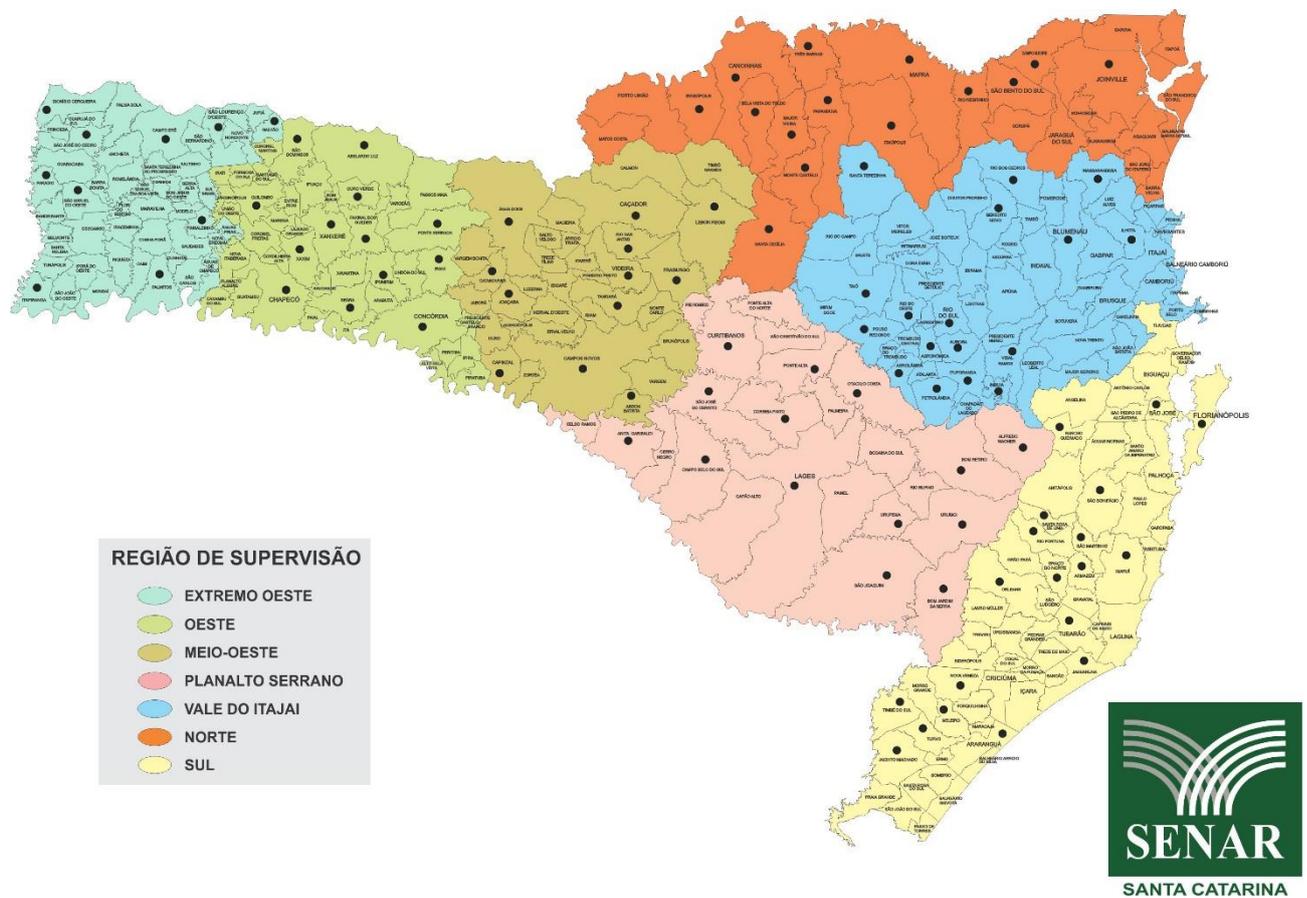


Figura 13 – Regiões de Supervisão.

e) Área e participantes atendidos por região

Quadro 63 – Área e participantes atendidos por região.

Região	% Municípios Atendidos	Participantes da FPR	Participantes da PS
Extremo Oeste	97,92%	12.423	3.063
Meio Oeste	100,00%	15.021	4.949
Norte	96,00%	13.870	5.057
Oeste	100,00%	12.794	4.403
Planalto Serrano	100,00%	9.933	3.732
Sul	93,44%	19.371	9.239
Vale do Itajaí	78,69%	9.320	4.636
TOTAL	95,25%	92.732	35.079

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Para efeitos de análise, foi utilizada a quantidade de participantes da FPR e da PS como indicativo da atuação do SENAR-ARA/SC nas regiões.

Tem-se, portanto, que as Regiões Meio Oeste, Oeste e Planalto Serrano foram destaques em 2014, por atingirem 100% dos municípios que compõem seus territórios; isso se deve a questões geográficas, como proximidade e quantidade de municípios, à vocação agropecuária, à organização do público-alvo em grupos associativos e à atuação das entidades parceiras mobilizadoras dos eventos.

2.7.3. Indicadores de Efetividade da Gestão

Para avaliar a efetividade dos eventos, o SENAR-AR/SC utilizou no ano de 2014 o instrumento de Avaliação de Concluintes, que foram aplicados pelos supervisores Regionais do SENAR AR/SC, no último período dos treinamentos supervisionados.

Os questionários foram preenchidos por aproximadamente 1800 participantes, nos treinamentos de FPR e PS, nas sete regiões de supervisão do estado.

Esse instrumento de avaliação tem como objetivo a verificação do grau de satisfação do público-alvo do SENAR-AR/SC quanto aos conteúdos ministrados, material didático, entre outros itens, além de possibilitar o conhecimento das práticas desenvolvidas durante o evento e subsidiar tomadas de decisões técnicas e/ou administrativas de acordo com os resultados obtidos.

Os resultados mais relevantes da pesquisa são apresentados na sequência, destacando as avaliações dos participantes da FPR e da PS.

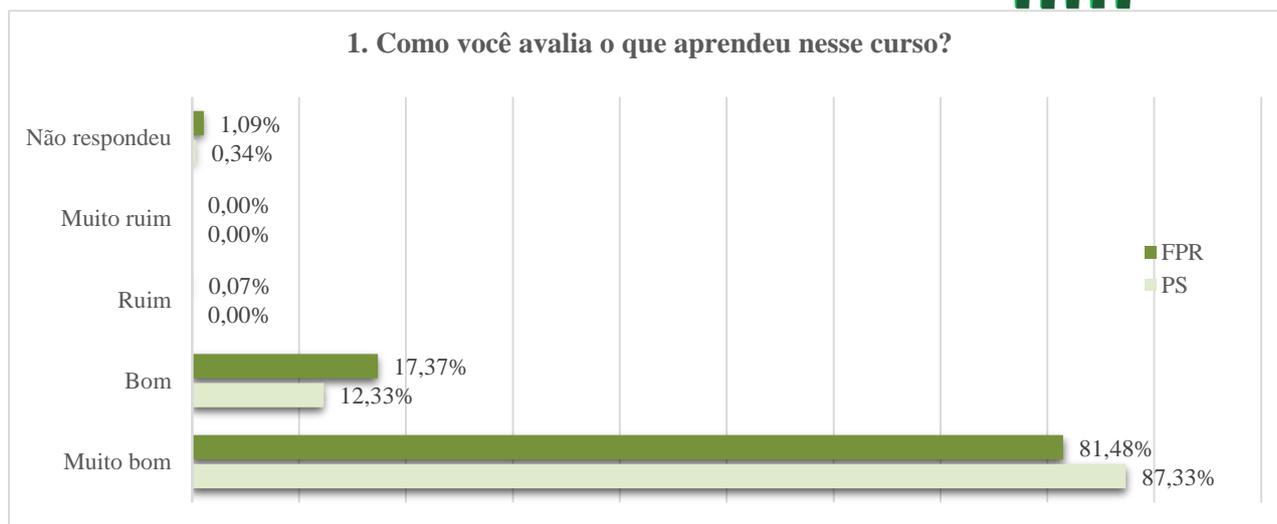


Figura 14 – Avaliação de Concluintes – Pergunta: Como você avalia o que aprendeu nesse curso?

Na questão “1. Como você avalia o que aprendeu nesse curso?”, 87,33% dos entrevistados dos eventos de PS e 81,48% para os participantes da FPR marcaram a opção ‘muito bom’, o que possibilita fazer uma relação com as práticas pedagógicas, uma vez que a satisfação no aprendizado é também resultado da adequada aplicação da metodologia do SENAR, que está baseada no “aprender a fazer fazendo”. Além disso, 12,33%(PS) e 17,37%(FPR) responderam ‘bom’ para a aprendizagem promovida no treinamento.

A ausência de respostas nas opções ‘muito ruim’ e ‘ruim’ demonstra a qualidade dos critérios para a seleção do conteúdo dos treinamentos, que levam em conta a coerência com os objetivos propostos, as adaptações em benefício dos participantes, a contextualização às experiências e à realidade dos participantes, bem como, o uso posterior ao treinamento dos conhecimentos adquiridos, na tomada de decisões e na solução de problemas.

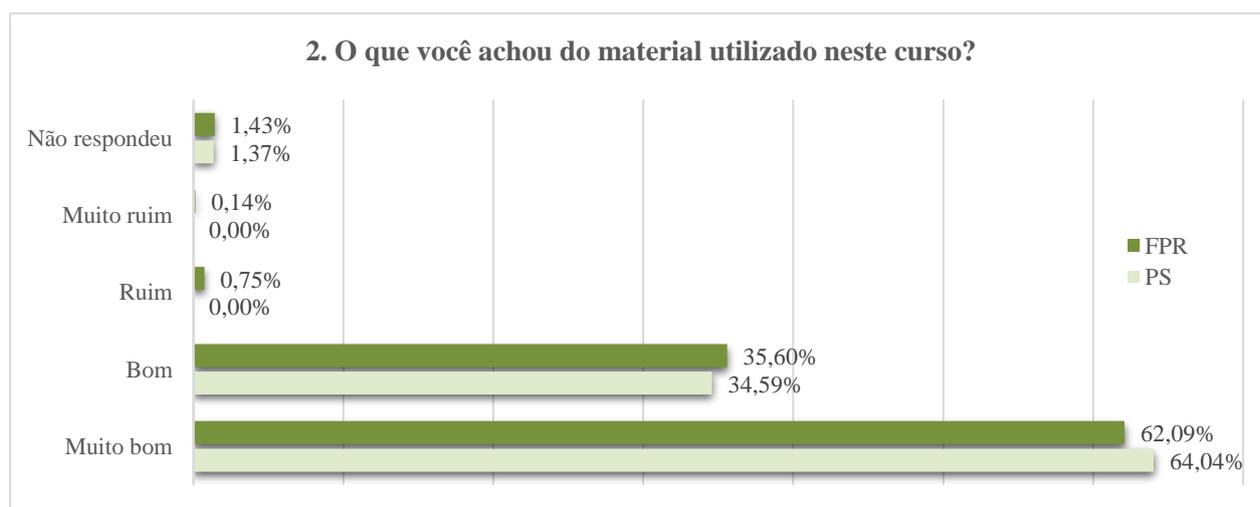


Figura 15 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “O que você achou do material utilizado neste curso?”

Em relação ao “material utilizado durante os treinamentos”, os entrevistados mostraram-se satisfeitos – as opções ‘muito bom’ e ‘bom’ somaram 98,63%(PS) e 97,69%(FPR). As opções ‘muito ruim’ e ‘ruim’ representaram 0,88% do total somente na FPR. Cumpre informar que os materiais instrucionais

constituem um dos aspectos importantes para a qualidade do treinamento, uma vez que são essenciais para a aprendizagem nas atividades teóricas e práticas.

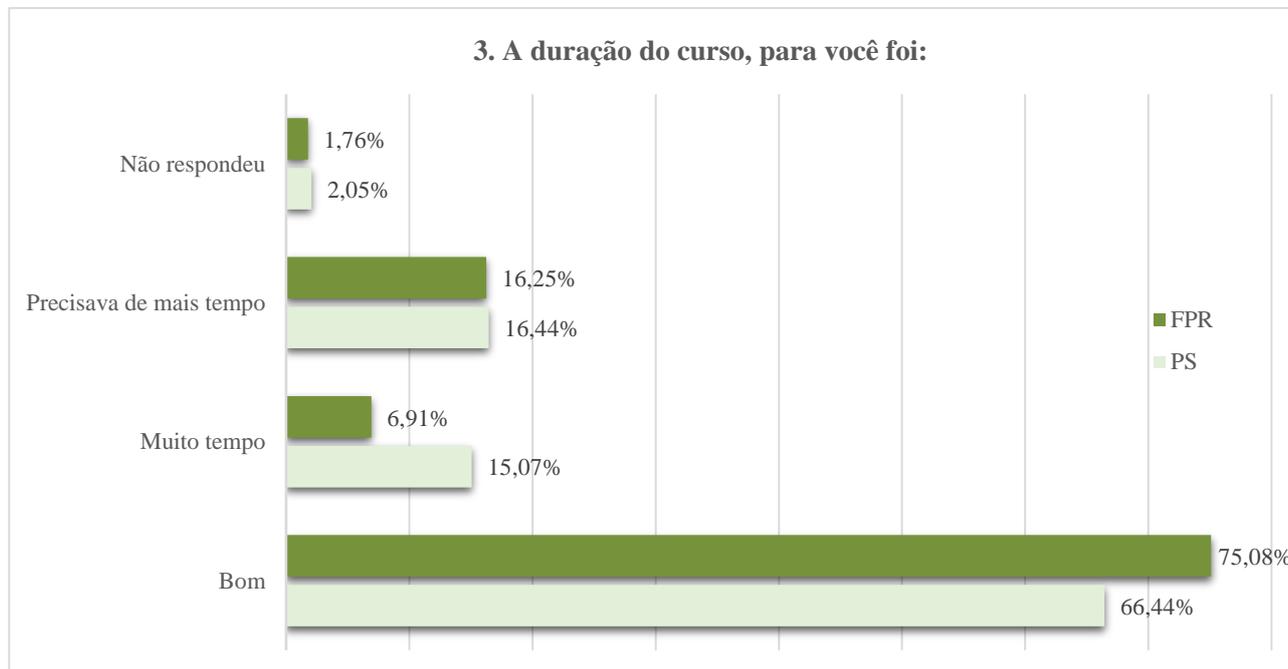


Figura 16 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “A duração do curso, para você foi:”

Esta questão teve como objetivo, avaliar a satisfação com a carga-horária dos treinamentos. Verifica-se que entre os entrevistados, 66,44%(PS) e 75,08%(FPR) responderam estar ‘adequada’ ao treinamento; 15,07%(PS) e 6,91%(FPR) responderam que a carga horária está muito extensa; Por outro lado, 16,44%(PS) e 16,25%(FPR) responderam que ‘precisava de maior carga horária’; 2,05%(PS) e 1,76%(FPR) não responderam esta questão. Com base nessas respostas, podemos avaliar que de modo geral a carga horária dos treinamentos está adequada. Questões relativas à estrutura metodológica do eventos passam por processo de avaliação pedagógica, visando ajustar os programas conforme as necessidades.

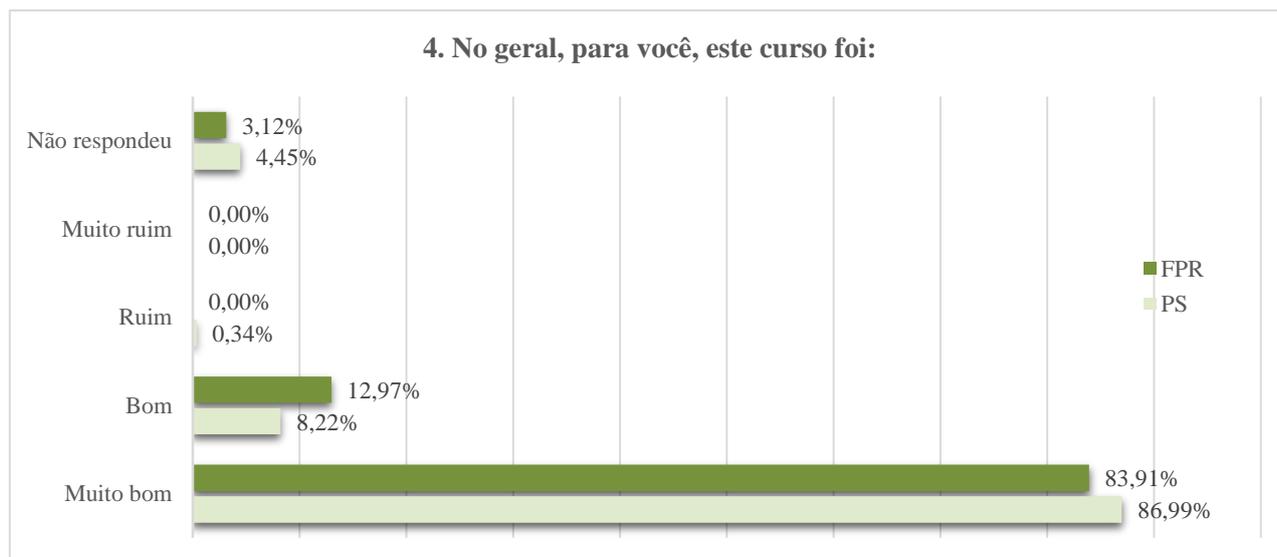


Figura 17 – Avaliação de Concluintes 2014 – Pergunta “No geral, para você, este curso foi:”

Na pergunta ‘Para você, esse curso foi:’, avaliando em termos gerais a opinião do participante em relação ao treinamento, 95,21%(PS) e 96,88%(FPR) responderam que consideram o treinamento ‘Muito bom’ e ‘Bom’; 3,12% (FPR) e 4,45%(PS) não responderam; a opção ‘muito ruim não foi escolhida e a opção ‘Ruim’ obteve 0,34%(PS) das respostas somente na PS. Com base nesse resultado podemos verificar a satisfação dos concluintes nos eventos de FPR e PS avaliados.

2.7.4. Indicadores de Qualidade da Gestão

Para demonstrar a qualidade da gestão da instituição, são considerados os seguintes critérios:

- a) Eventos supervisionados por região;
- b) Número de supervisões em relação aos eventos executados.

Uma vez que a operacionalização dos treinamentos é realizada através de parcerias, tornam-se indispensáveis a orientação e o acompanhamento constantes do processo.

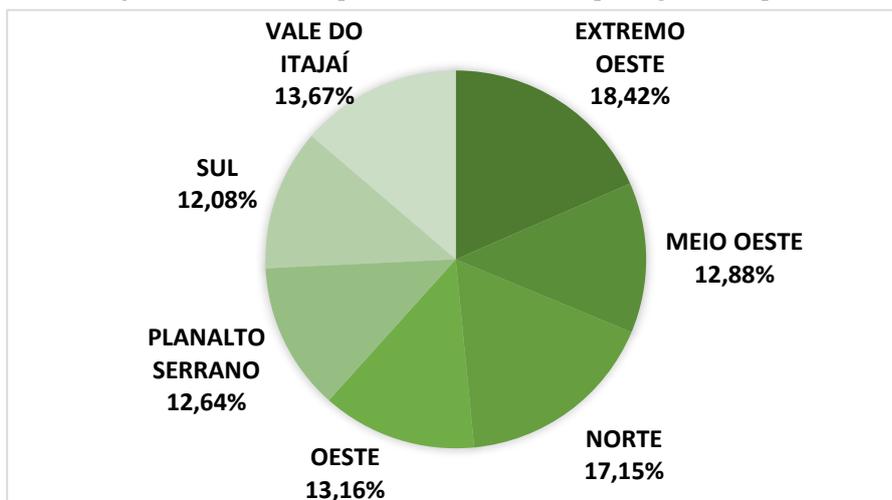
a) Supervisões por região

Quadro 64 – Número de supervisões em 2014, por região.

Região	Número de supervisões	Participação (%)
Extremo Oeste	392	18,42%
Meio Oeste	274	12,88%
Norte	365	17,15%
Oeste	280	13,16%
Planalto Serrano	269	12,64%
Sul	257	12,08%
Vale do Itajaí	291	13,67%
Total	2.128	100%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Figura 18 – Eventos supervisionados em 2014, por região de supervisão.



Em 2014, foram supervisionados 2.128 eventos, o que representa, aproximadamente, 38% do total de eventos executados. Com base na Figura acima, verifica-se que as regiões Extremo Oeste e Norte foram destaques em número de eventos supervisionados com 18,42% e 17,15% respectivamente.

b) Eventos supervisionados em relação aos eventos executados

Quadro 65 – Eventos supervisionados – 2014 e 2013.

Exercício	Eventos executados	Eventos supervisionados	% Supervisionado
2014	5.529	2.128	38,49
2013	5.507	2.097	38,08

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Técnica/2014

Analisando os eventos realizados e supervisionados nos dois últimos exercícios, verifica-se que em 2014, foi mantido o percentual de supervisão. Em 2014, foi executado um total de 5.529 eventos, dos quais 2.128 foram supervisionados, correspondendo a 38,49%. Já em 2013, foram realizados 5.507 eventos, sendo que 2.097 foram supervisionados, correspondendo a 38,08% dos eventos.

2.7.5. Indicadores de Economicidade da Gestão

Para demonstrar a economicidade da gestão da instituição são utilizados os indicadores: Despesas correntes por hora/aula e por participante:

- a) Despesa corrente por hora/aula e por participante.

Quadro 66 – Despesa corrente por hora/aula e por aluno – 2013 e 2014.

Ano	Despesa corrente	Por hora/aula	Por Participante
		Despesa corrente / Nº hora/aula (R\$)	Despesa corrente / Nº alunos (R\$)
2013	17.415.106,92	139,68	116,11
2014	20.901.363,28	155,57	133,65
Varição 2013/2014		11,38%	15,10%

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Administrativa-Financeira e Área Técnica/2014

Computando-se os custos totais observa-se que o custo por hora/aula foi superior em 11,38% em relação a 2013. No indicador de custo por participante, expresso pela relação despesa operacional/número de participantes (quadro 66), observa-se um aumento de 15,10%. Atribui-se esse resultado aos seguintes fatores:

- Aumento no número de eventos com carga horária mais longa, gerando um aumento da despesa nos eventos;
- A despesa com alimentação passou de R\$ 12,00 por participante para R\$ 16,00;
- Aumento no valor da hora/aula pago os serviços de instrutoria os quais passaram de R\$ 63,00 para R\$ 68,00 a hora/aula nas ações de FPR e de R\$ 48,00 para R\$52,00 a hora/aula nas atividade de PS.

Quadro 67 - Comparativo das Receitas e Despesas Totais 2014-2013 (valores em R\$ 1,00)

Tipo	Exercício 2014 R\$	Exercício 2013 R\$
Receita Total	23.483.918	20.192.852
Despesa Total	(21.155.106)	(17.620.485)
Resultado	2.328.812	2.572.367
	Superávit	Superávit

FONTE: SENAR-AR/SC - Área Administrativa-Financeira/2014

As despesas do exercício estão devidamente ajustadas as determinações regimentais quanto à distribuição da aplicação destas nas atividades da **Área Meio (9,51%)** e **Área Fim (90,49%)**, cujos limites previstos são de no máximo 20% na área meio e no mínimo 80% na área fim.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

A governança do SENAR-AR/SC está apoiada nos seguintes órgãos: Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Superintendência, Comissões do Almoxarifado, Imobilizado e Licitações e a Auditoria Externa. Cada um tem um papel distinto de controle, objetivando preservar os interesses institucionais e o alcance dos objetivos estratégicos. A seguir, detalhamos as características e atribuições de cada um.

3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE.

Conselho Administrativo

Base Normativa: Art. 6º Inciso I do Regimento Interno do SENAR.

Estrutura: Composto pelo Presidente do Conselho e 4 (quatro) conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos representantes legais do Senar Central, Agroindústrias, OCESC e FETAESC, para um mandato de 4 (quatro) anos consecutivos.

Atribuições: Cabe a função de superior deliberação e normatização dos objetivos da Administração Regional, no que se refere ao planejamento, estabelecimento das diretrizes, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades, tais como:

- a) Fixar a política da atuação do SENAR-AR/SC e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades, as diretrizes gerais a serem adotadas pela Superintendência;
- b) Aprovar o Regimento Interno do SENAR-AR/SC no qual deverão constar o detalhamento do Regulamento, a estrutura organizacional e as funções dos órgãos que a compõem;
- c) Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho e os respectivos orçamentos;
- d) Aprovar o balanço geral, as demais demonstrações financeiras o parecer do Conselho Fiscal Regional e o relatório anual das atividades, e encaminha-los a Administração Central para consolidação;
- e) Aprovar o plano de cargos e salários, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente, bem como a realização de concurso para contratação dos empregados do quadro efetivo de Administração Regional;
- f) Aprovar a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens imóveis;
- g) Fixar as atribuições do Presidente do Conselho Administrativo, além das estabelecidas neste regulamento;
- h) Fixar outras atribuições do Superintendente além das estabelecidas neste regulamento e as atribuições dos demais órgãos da entidade;
- i) Aplicar as penalidades disciplinares a seus membros, inclusive suspensão ou cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;
- j) Indicar os membros para Composição do Conselho Fiscal Regional.
- k) Empossar os membros do Conselho Fiscal Regional e fixar o valor das suas diárias e o valor do Jeton;

- l) Fixar o valor do subsídio do Presidente do Conselho Administrativo, e da verba de representação da Presidência, cuja aplicação deverá ser devidamente comprovada;
- m) Estabelecer o limite máximo de remuneração do Superintendente;
- n) Fixar o valor do Jeton e diária de seus membros;
- o) Solucionar os casos omissos no Regulamento e no Regimento Interno.

Conselho Fiscal

Base Normativa: Art. 6º Inciso IV do Regimento Interno do SENAR.

Estrutura: Composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes indicados pela FAESC, FETAESC e Senar Central, para um mandato de 4 (quatro) anos consecutivos.

Atribuições: O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do Conselho Administrativo para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira. Compete acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária do SENAR Regional e emitir pareceres sobre matérias de sua competência. É assessorado por Auditoria Externa e conta com o acesso a todas as informações necessárias ao bom desempenho de suas funções. Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária, observado o contido no Relatório de Atividades e Pareceres da Auditoria Independente;
- b) Examinar e emitir pareceres, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- c) Determinar ao Superintendente a contratação de perícias e auditorias às expensas da Superintendência, cientificando o Conselho Administrativo sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- d) Elaborar o seu regimento interno, respeitados os princípios preestabelecidos, bem como as Normas de Funcionamento do Conselho Fiscal da Administração Central e submetê-lo a homologação do Conselho Administrativo.

Superintendência

Base Normativa: Art. 6º Inciso IV do Regimento Interno do SENAR.

Estrutura: A Superintendência é dirigida pelo Sr. Gilmar Antônio Zanluchi, Superintendente desta Regional, que é designado pelo Presidente do Conselho Administrativo.

Atribuições: A Superintendência é responsável pela gestão administrativa e técnica do SENAR-AR/SC. Compete a ela:

- a) Organizar, administrar e executar no âmbito do seu Estado o ensino da formação profissional

rural e a promoção social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal;

- b) Assessorar empresas ou pessoas físicas a elas assemelhadas, na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural;
- d) Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional rural e promoção social no Estado;
- e) Prestar assessoria a entidades governamentais e privadas relacionadas com a formação de profissionais rurais e atividades semelhantes;
- f) Articular com órgãos e entidades públicas ou privadas, estabelecendo instrumentos de cooperação;
- g) Encaminhar à Secretaria Executiva, relatório semestral de execução com base no Plano Anual de Trabalho;
- h) Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas do SENAR-AR/SC, praticando todos os atos de gestão;
- i) Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho Administrativo, os cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias, ou com servidor especialmente designado pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- j) Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor no SENAR-AR/SC, oriundas do Conselho Administrativo ou do seu Presidente;
- k) Admitir os empregados, promover, designar, licenciar, transferir, remover e dispensar;
- l) Encaminhar ao Conselho Administrativo, através do Presidente, as propostas dos orçamentos anuais e plurianuais e o balanço geral, demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal Regional e o relatório de atividades;
- m) Secretariar as reuniões do Conselho administrativo;
- n) Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho Administrativo os projetos de atos e normas cuja decisão escape á sua competência;
- o) Expedir instruções de serviço visando o atendimento e cumprimento eficiente dos objetivos do SENAR-AR/SC e das normas editadas pelo Conselho Administrativo.

Auditoria Externa

Realizada através da empresa contratada por solicitação do Conselho Fiscal e tem como objetivo a revisão de registros contábeis, documentos e controles internos, relativamente ao balanço geral do exercício e relatório de gestão.

Comissão do Almojarifado

Base Normativa: Portaria nº 01/2014

Estrutura: Composta por 3 (três) membros.

Atribuições: Tem como objetivo o controle do almoxarifado. A Norma de Controle Interno n°. 05, que define os procedimentos a serem seguidos nos levantamentos e relatórios do Inventário do Almoxarifado.

Comissão do Imobilizado

Base Normativa: Portaria n° 02/2014

Estrutura: Composta por 3 (três) membros.

Atribuições: Tem como objetivo o controle do imobilizado. A Norma de Controle Interno n°. 04, define os procedimentos a serem seguidos nos levantamentos e relatórios do Inventário Patrimonial.

Comissão de Licitações

Base Normativa: Portaria n° 04/2014 e RLCS - Regulamento de Licitações e Contratos do Senar

Estrutura: Composta por 3 (três) membros.

Atribuições: Tem como objetivo a realização dos processos licitatórios da entidade.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS DA ENTIDADE.

Atualmente o SENAR-AR/SC não conta com unidade de auditoria interna.

3.3. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DA UNIDADE JURISDICIONADA.

A administração da entidade entende que a Superintendência, no âmbito de suas atribuições, exerce a correção, não sendo necessário uma estrutura específica para o encargo, dado o volume e complexidade do relacionamento com o público interno e externo exercido pela entidade atualmente.

3.4. AVALIAÇÃO, PELOS PRÓPRIOS DIRIGENTES DA UNIDADE JURISDICIONADA, DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Quadro 68 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.5. RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES E MEMBROS DE CONSELHOS, INDICANDO O PERÍODO DE GESTÃO, A FUNÇÃO, O SEGMENTO, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE QUE REPRESENTA

DADOS DA ENTIDADE																	
01 - UNIDADE GESTORA: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO																	
02 - NOME DA ENTIDADE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL SENAR AR/SC																	
03 - CNPJ: 04.260.738/0001-49																	
04 - ENDEREÇO: Rua Delminda Silveira, 200 - Bairro Agrônômica																	
05 - MUNICÍPIO: Florianópolis				06 - UF: SC			07 - CEP: 88025-500										
08 - TELEFONE: (048) 3331.9700						09 - FAX: (048) 3333.0105											
10 - NATUREZA JURÍDICA: Serviço Social Autônomo																	
11 - ATO DE CRIAÇÃO/NR/DATA: LEI 8.315/91 E DEC. 566/92					12 - CÓDIGO DA UG NO SIAFI: 389044												
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Dirigente máximo da UJ que apresenta as contas ao Tribunal																	
AGENTE:		José Zeferino Pedrozo			CPF:		003.151.929-68										
ENDEREÇO: Rua 241, n. 34 _ Bloco B - Apto 402																	
MUNICÍPIO:		Florianópolis		CEP:		88036-001		UF: SC		TELEFONE:		(48) 3331.9700		FAX:		(48)3333.0105	
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente do Conselho Administrativo																	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:			DOCUMENTO:			PERIODO GESTÃO:						
2011		Termo de Posse 2011			**			**			01/01/2014 31/12/2014						
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de Diretoria																	
AGENTE:		Gilmar Antônio Zanluchi			CPF:		556.281.179-00										
ENDEREÇO: Rua Delminda Silveira, 729 - Apto 402 Bloco E																	
MUNICÍPIO:		Florianópolis		CEP:		88025-500		UF: SC		TELEFONE:		(48) 9619-8865		FAX:			
CARGO OU FUNÇÃO: Superintendente																	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:			DOCUMENTO:			PERIODO GESTÃO:						
2004		Portaria n.05 de 01.06.04			**			**			01/01/2014 31/12/2014						
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Encarregado da Gestão Orçamentária e Financeira																	
AGENTE:		Gilson Angnes			CPF:		692.786.959-04										
ENDEREÇO: Rua 24 de Abril, 3002 - Apto 705 - Centro																	
MUNICÍPIO:		Palhoça		CEP:		88131-030		UF: SC		TELEFONE:		(48) 3331.9700		FAX:			
CARGO OU FUNÇÃO: Assessor Administrativo Financeiro e Contábil																	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:			DOCUMENTO:			PERIODO GESTÃO:						
2002		Portaria n. 04 de 03.05.02			**			**			01/01/2014 31/12/2014						
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Presidente da Comissão de Licitação																	
AGENTE:		Thayrone Teixeira Tonello			CPF:		028.222.949-33										
ENDEREÇO: Rua Arco Iris, 61 - Bloco C 101																	
MUNICÍPIO:		Florianópolis		CEP:		88047-640		UF: SC		TELEFONE:		(48) 3331.9700		FAX:			
CARGO OU FUNÇÃO: Técnico Atividades de Arrecadação																	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:			DOCUMENTO:			PERIODO GESTÃO:						
06/2013		Portaria			**			**			01/01/2014 31/05/2014						
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Presidente da Comissão de Licitação																	
AGENTE:		Francine Iagher			CPF:		034.501.709-96										
ENDEREÇO: Av. Hercílio Luz, 807 - Apto 706																	
MUNICÍPIO:		Florianópolis		CEP:		88020-001		UF: SC		TELEFONE:		(48) 3331.9700		FAX:			
CARGO OU FUNÇÃO: Técnico Atividades de Arrecadação																	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:			DOCUMENTO:			PERIODO GESTÃO:						
04/2014		Portaria			**			**			03/06/2014 31/12/2014						

CONSELHO ADMINISTRATIVO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão									
AGENTE:	Daniel Kluppel Carrara			CPF:	477.977.891-34				
ENDEREÇO:	Condomínio Villages Alvorada, quadra 14, casa 11 - Lago Sul								
MUNICÍPIO:	Brasília	CEP:	71.680-351	UF:	DF	TELEFONE:	(61) 33674838	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante SENAR Central								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse 2011	**	**	01/01/2014	31/12/2014				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão									
AGENTE:	Tatiane Mecabó Cupello			CPF:	026.593.759-09				
ENDEREÇO:	Rua Salomé Damazio Jaques, 90 - Apto 501 - Trindade								
MUNICÍPIO:	Florianópolis	CEP:	88036-650	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 3364.1299	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente SENAR CENTRAL								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão									
AGENTE:	Geci Pugam			CPF:	178.673.047-20				
ENDEREÇO:	Av. Lédio João Martins, 680 Apto 206 - Kobrasol								
MUNICÍPIO:	São José	CEP:	88.101-100	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 3259-6162	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante OCESC								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão									
AGENTE:	Marcos Antonio Zordan			CPF:	255.592.730-15				
ENDEREÇO:	Rua São Luiz, 2285 - Casa - Centro								
MUNICÍPIO:	Pinhalzinho	CEP:	89870-000	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 33661289	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente OCESC								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão									
AGENTE:	Matias Weber			CPF:	167.412.269-15				
ENDEREÇO:	Rua Joinville. 190								
MUNICÍPIO:	São Ludgero	CEP:	88730-000	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 6571060	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante Agroindústrias								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão							
AGENTE:	Adilséia Inocêncio	CPF:	455.196.509-00						
ENDEREÇO:	Rua Julio Dias, 605 - Apto 406 - Coqueiros								
MUNICÍPIO:	Florianópolis	CEP:	88.080.060	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 3248-7702	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente Agroindústrias								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão							
AGENTE:	José Walter Dresch	CPF:	430.178.359-87						
ENDEREÇO:	Rua Leoberto Leal, 976 - Casa 03 - Barreiros								
MUNICÍPIO:	São José	CEP:	88117-000	UF:	SC	TELEFONE:		FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante FETAESC								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2012	Ata	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão							
AGENTE:	Luiz Sartor	CPF:	433.031.969-15						
ENDEREÇO:	Rua Leoberto Leal, 976 - Casa 02 - Barreiros								
MUNICÍPIO:	São José	CEP:	88117-000	UF:	SC	TELEFONE:		FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente FETAESC								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2012	Ata	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

CONSELHO FISCAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal							
AGENTE:	Rita Marisa Alves	CPF:	417.238.809-49						
ENDEREÇO:	Rua Largo Benjamim Constant, 691 - Residencial Vieira da Rosa - Apto 602								
MUNICÍPIO:	Florianópolis	CEP:	88015-300	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 3246-2916	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante SENAR CENTRAL								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal							
AGENTE:	Jane Stefanis Domingues	CPF:	469.128.199-15						
ENDEREÇO:	Rua Esteves Junior, 605 Apto 1121								
MUNICÍPIO:	Florianópolis	CEP:	88.015-130	UF:	SC	TELEFONE:	(48) 32231695	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente SENAR CENTRAL								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal				
AGENTE:	Joãozinho Althoff	CPF:	249.947.669-91			
ENDEREÇO:	Rua João Pedro de Souza, 386 - Bela Vista					
MUNICÍPIO:	Bom Retiro	CEP:	88680-000	UF: SC	TELEFONE: (48)91640590	FAX:
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante FETAESC					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
2012	Ata	**	**	01/01/2014	31/12/2014	

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal				
AGENTE:	Acir Veiga	CPF:	352.479.089-53			
ENDEREÇO:	Rua Leoberto Leal, 976 - Casa 01 - Barreiros					
MUNICÍPIO:	São José	CEP:	88117-000	UF: SC	TELEFONE: (48) 91614591	FAX:
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente FETAESC					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
2012	Ata	**	**	01/01/2014	31/12/2014	

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal				
AGENTE:	Alfredo Seidel Filho	CPF:	105.169.489-20			
ENDEREÇO:	Sítio Linha Wagner S/N - Casa - Interior					
MUNICÍPIO:	Rio das Antas	CEP:	89550-000	UF: SC	TELEFONE: (49) 99836890	FAX:
CARGO OU FUNÇÃO:	Representante FAESC					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014	

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Membro do Conselho Fiscal				
AGENTE:	Adílcio Pedro Pazetto	CPF:	245.763.879-49			
ENDEREÇO:	Rua Dom Paulo Evaristo Mas, 78 Apto 301, Edif. Resid. Dona Alzira - Michel					
MUNICÍPIO:	Criciúma	CEP:	88803-090	UF: SC	TELEFONE: (48) 3433-4301	FAX:
CARGO OU FUNÇÃO:	Suplente FAESC					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
2011	Termo de Posse	**	**	01/01/2014	31/12/2014	

3.6. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

O Conselho Administrativo tem composição tripartite, sendo composto pelo Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC que é o seu Presidente nato; representantes dos seguintes órgãos: 1 (um) representante da Administração Central, 1 (um) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – FETAESC, 1 (um) representante da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC e 1 (um) representante da Agroindústria, não havendo, portanto, vínculo empregatício com a Administração Regional. Aos conselheiros que participam das reuniões são pagos, jetons, e as despesas de transporte. Os conselheiros residentes no Município sede da entidade recebem apenas jeton.

O Conselho Administrativo reúne-se trimestralmente, em sessões ordinárias e, em caráter extraordinário quando necessário.

No que se refere ao Conselho Fiscal, é composto por representantes das seguintes entidades: 1 (um) representante da Administração Central, 1 (um) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – FETAESC, 1 (um) representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC. Aos conselheiros que participam das

reuniões são pagos, jetons, e as despesas de transporte. Os conselheiros residentes no Município sede da entidade recebem apenas jeton.

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente, em sessões ordinárias e, em caráter extraordinário quando necessário.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS.

Quadro 69 – Programação Orçamentária das Receitas e Despesas 2014 (valores em R\$ 1,00).

Balanco Orçamentário - SENAR-AR/SC					
Receitas (por rubrica)	Previsão no Período			Execução	% (c/b)
	Original (a)	Ajustada (b)	% (b/a)	(c)	
1000.00.00 - Receitas Correntes	23.935.707	24.940.404	4,20%	23.401.680	93,83%
Contribuições Sociais	20.751.709	20.751.248	0,00%	20.042.379	96,58%
Receita de Valores Mobiliários	1.464.000	2.059.351	40,67%	2.045.394	99,32%
Transferências Instituições Privadas	801.998	857.645	6,94%	429.665	50,10%
Transferências de Convênios	918.000	1.272.149	38,58%	884.242	69,51%
Indenizações e Restituições	0	11	100,00%	0	0,45%
Receitas Diversas	0	0	0,00%	0	0,00%
2000.00.00 - Receitas de Capital	0	82.238	0,00%	82.238	0,00%
Alienação de Bens	0	82.238	100,00%	82.238	100,00%
Total Geral	23.935.707	25.022.642	4,54%	23.483.918	93,85%
Balanco Orçamentário - SENAR-AR/SC					
Despesas Por Subfunção	Previsão no Período			Execução	% (c/b)
	Original (a)	Ajustada (b)	% (b/a)	(c)	
Despesas Correntes	21.048.878	22.302.777	105,96%	20.901.363	93,72%
122 - Administração Geral	1.927.034	1.942.491	100,80%	1.844.973	94,98%
128 - Formação de Recursos Humanos	155.017	267.352	172,47%	264.231	98,83%
131 - Comunicação Social	116.400	111.499	95,79%	102.099	91,57%
301 - Atenção Básica	41.520	40.261	96,97%	37.613	93,42%
306 - Alimentação e Nutrição	71.294	71.611	100,44%	68.397	95,51%
331 - Proteção e Benefício ao Trabalhador	2.492.789	2.859.659	114,72%	2.684.023	93,86%
333 - Empregabilidade	16.244.824	17.009.904	104,71%	15.900.028	93,48%
366 - Educação de Jovens e Adultos	0	0	0,00%	0	0,00%
Despesas de Capital	2.886.829	2.719.865	94,22%	410.491	15,09%
122 - Administração Geral - Despesas de Capital	30.000	67.432	224,77%	66.789	99,05%
336 - Empregabilidade - Despesas de Capital	2.856.829	2.652.433	92,85%	343.702	12,96%
Total	23.935.707	25.022.642	104,54%	21.311.854	85,17%
Despesas Extra Orçamentárias				-156.748	
Resultado - Superávit				2.328.812	
Total Geral	23.935.707	25.022.642	104,54%	23.483.918	

FONTE: SENAR-AR/SC - Orçamento Original/Reformulado 2014

A Execução Orçamentária da Receita ficou em 93,85% ligeiramente inferior a planejada, decorrente das seguintes rubricas:

- a) Transferências de Instituições privadas com percentual de realização de 50,10% do previsto para o exercício em função do encerramento antecipado do Projeto Leite Legal. ;
- b) Transferências de Convênios (PRONATEC) com percentual de realização de 69,51% do previsto para o exercício, em função do repasse parcial do valor pactuado para o exercício;
- c) Arrecadação para o Senar, com percentual de realização de 96,58% do previsto para o exercício.

O critério para alocação das despesas nas respectivas contas orçamentárias está estabelecido no Artigo 38, inciso I e II, do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, que normatiza a aplicação dos recursos: mínimo de 80% nos eventos de formação profissional rural e de promoção social; máximo de 20% nas atividades de custeio e investimento.

No ano de 2014, 9,50% foram investidos na área meio e 90,50% na área fim, seguindo os critérios da Administração Central para enquadramento das despesas nas áreas meio e fim, por programa orçamentário.

Pelo critério contábil de reconhecimento das despesas, os percentuais relativos às atividades meio e fim representam 9,51% e 90,49% respectivamente. Esse princípio segue o Regulamento de locação de Despesas do SENAR – Administração Central, conforme norma aprovada pelo Conselho Deliberativo - Resolução 41/2007/CD.

A execução orçamentária das despesas ficou em 85,17% do valor ajustado para o exercício, que era de R\$ 25.022.642. O principal fator que influenciou na sua execução foi a despesa de capital com realização de 15,09%, fortemente influenciada para menos em função da não realização do investimento destinado a construção ou aquisição de edificação para abrigar a sede da entidade. Observa-se que, desconsiderando a despesa de capital, o percentual de realização da despesa seria de 93,72%.

4.2. DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

- a) Comparação entre os dois últimos exercícios;

Quadro 70 - Execução Orçamentária das Receitas nos anos de 2013 e 2014 (valores em R\$ 1,00).

Natureza da Receita	2013	2014				%	Variação	
	Execução (a)	Previsão no Período			Execução (d)			% Realização (d/c)
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)				
1210.39.00 - Contribuições para o SENAR - Lei 8.315 - INSS	18.918.107	20.751.709	20.751.248	0,00%	20.042.379	96,58%	5,94%	
1321.00.00 - Juros e Títulos de Renda	1.274.616	1.464.000	2.059.351	40,67%	2.045.394	99,32%	60,47%	
1730.02.00 - Outras Transferências de Instituições Privadas	0	801.998	857.645	6,94%	429.665	50,10%	100,00%	
1760.00.00 - Transferências de Convênios	0	918.000	1.272.149	38,58%	884.242	69,51%	100,00%	
1922.00.00 - Restituições	129	0	11	0,00%	0	0,45%	0,00%	
1990.99.00 - Outras Receitas	0	0	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
2219.00.00 - Alienação de Outros Bens Móveis	0	0	82.238	0,00%	82.238	0,00%	0,00%	
Total	20.192.852	23.935.707	25.022.642	4,54%	23.483.918	93,85%	16,30%	

FONTE: SENAR-AR/SC – Orçamento Executado 2013/Orçamento Reformulado 2014

Em relação ao orçamento ajustado (reformulado) frente ao programado, houve variações nas receitas e despesas, ocasionado pela diminuição na projeção da arrecadação e dos juros e títulos de renda para 2014. A realização Orçamentária das Receitas ficou 93,85%, já no comparativo 2013/2014 houve uma variação positiva de 16,30% nas receitas.

Na Arrecadação para o Senar houve um aumento de 5,94% em 2014 em relação a de 2013, conforme verificamos no gráfico comparativo, Figura 19 a seguir:

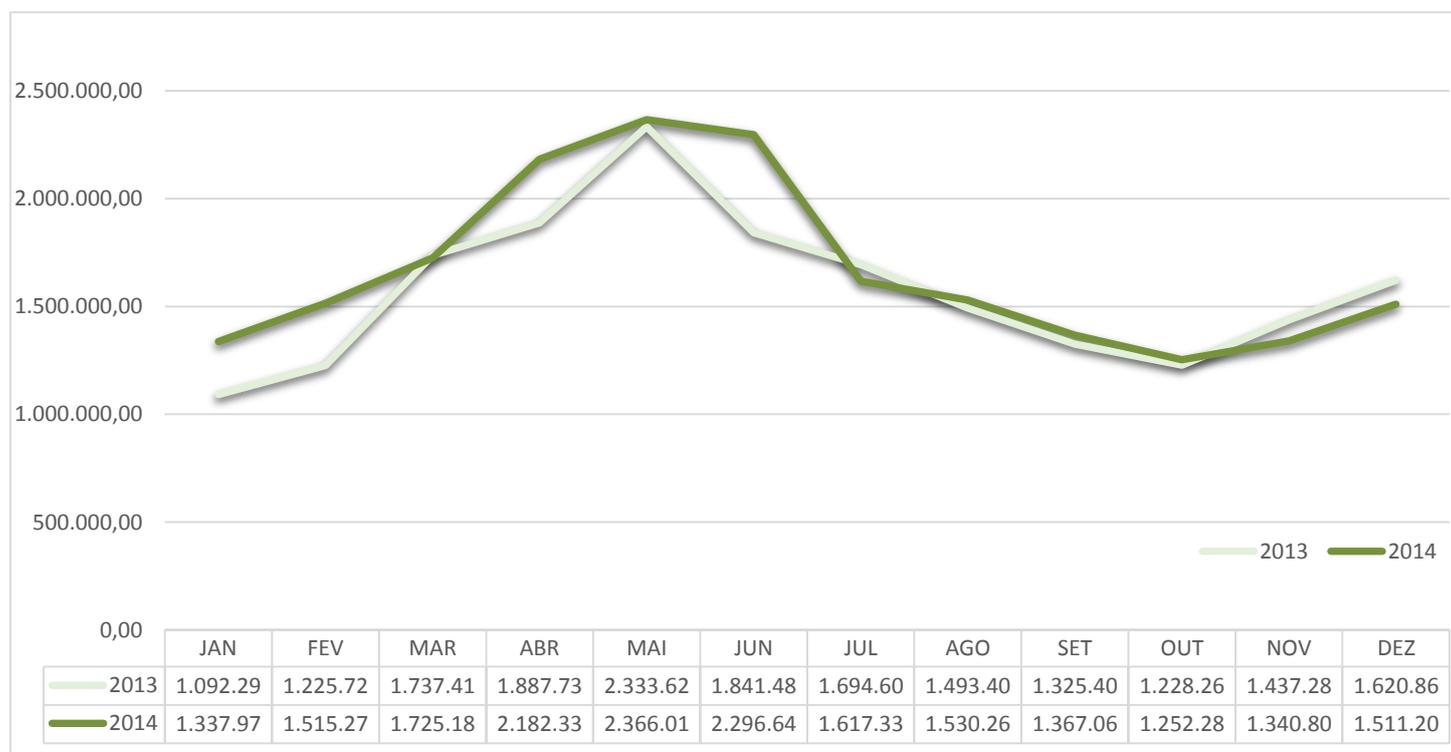


Figura 19 – Comparativo da arrecadação líquida de 2013 e 2014.

Quadro 71 – Arrecadação líquida nos anos de 2013 e 2014 (valores em R\$ 1,00).

Natureza da Despesa (por ação)	2013	2014			Execução (d)	% Realização (d/c)	% Variação 2013/2014 (d/a)
	Execução (a)	Previsão no Período					
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	487.367	473.000	529.673	11,98%	521.935	98,54%	7,09%
8711 - Gestão Administrativa	90.893	94.686	91.847	-3,00%	89.841	97,82%	-1,16%
8777 - Pagamento Pessoa e Encargos Sociais e Trabalhistas Pes. Adm	1.120.481	1.359.348	1.320.971	-2,82%	1.233.196	93,36%	10,06%
8703 - Assit. Médica e Odontológica, Serv. Empregados e seus Depen	37.911	41.520	40.261	-3,03%	37.613	93,42%	-0,79%
8705 - Auxílio Alimentação a Servidores e Empregados	66.575	71.294	71.611	0,44%	68.397	95,51%	2,74%
8706 - Auxílio Transporte a Servidores e Empregados	2.384	1.800	954	-47,00%	815	85,44%	-65,81%
8707 - Assistência Social a Servidores	6.971	7.518	7.444	-0,98%	6.290	84,50%	-9,77%
8718 - Capacitação de Recursos Humanos	121.867	155.017	267.352	72,47%	264.231	98,83%	116,82%
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	95.965	116.400	111.499	-4,21%	102.099	91,57%	6,39%
8788 - Promoção Social Rural	2.194.431	2.483.471	2.851.261	14,81%	2.676.918	93,89%	21,99%
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agrop. e Agroindústria	13.190.262	16.244.824	17.009.904	4,71%	15.900.028	93,48%	20,54%
8772 - Cursos de Alfabetização	0	0	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
8701 - Despesas de Capital	305.958	30.000	67.432	124,77%	66.789	99,05%	-78,17%
8729 - Despesas de Capital	0	2.856.829	2.652.433	100,00%	343.702	12,96%	100,00%
Total	17.721.065	23.935.707	25.022.642	4,54%	21.311.854	85,17%	20,26%

FONTE: SENAR-AR/SC – Orçamento Executado 2013/Orçamento Reformulado 2014

As despesas Orçamentárias tiveram um incremento de 20,26% em relação ao exercício de 2013, fechando o ano de 2014 em R\$ 21.311.854. Este aumento foi motivado pelos programas PRONATEC e Leite Legal que até 2013 não eram incluídos no orçamento da Regional, somente no Nacional.

A seguir analisamos as principais rubricas orçamentárias:

- **8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL:** Se compararmos a execução do exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013, verificamos que houve um aumento nos gastos de R\$ 482.487 o que representa um acréscimo de 21,99% na execução da rubrica. A execução de 2014 ficou em 93,89%.
- **8729-QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIA:** Em comparação com o exercício de 2013, houve um aumento nos gastos de R\$ 2.710.592 o que representa um acréscimo de 20,54% na execução da rubrica. O acréscimo refere-se em grande parte pela previsão de gastos com os Projetos PRONATEC e Leite Legal que a partir de 2014 com a nova sistemática de contabilização, foram previstos na despesa orçamentária. A execução de 2014 ficou em 93,48%.

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência, ou classificações equivalentes;

Quadro 72 – Demonstração da Despesa

Origem	Despesas Correntes		Despesas de capital		Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Dotação Orçamentária	22.302.777	18.091.554	2.719.865	1.545.192	-	-

FONTE: SENAR-AR/SC - Comissão de Licitações – SENAR-AR/SC/2014

c) Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa;

Quadro 73 – Execução da Despesa por modalidade de Licitação

Modalidade de Contratação	Despesa Paga	
	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	959.630	697.983
a) Convite (no ano e continuidade ano 2013)	959.630	697.983
b) Tomada de Preços	-	-
c) Concorrência	-	-
d) Pregão	-	-
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	16.133.486	13.100.328
g) Dispensa	16.051.667	13.022.328
h) Inexigibilidade	81.819	78.000
3. Regime de Execução Especial	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-
Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-
j) Pagamento em Folha	3.819.400	3.447.768
k) Diárias	-	-
4. Outros	399.338	474.986
Total (1+2+3+4)	21.311.854	17.721.065

FONTE: SENAR-AR/SC - Comissão de Licitações 2013/2014

As dispensas de licitação são enquadradas conforme o RLC -Regulamento de Licitações e Contratos do Senar, Artigo 9º e seus Incisos.

Quadro 74 - Despesas Correntes

Natureza e Elementos de Despesa	Valores Pagos	
	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	3.819.400	3.447.768
01 – Vencimentos e Vantagens Fixas	2.710.083	2.404.932
02 – Outras Vantagens Variáveis	815	4.381
03 – Encargos Sociais Diretos	748.933	684.448
04 – Outros Encargos/Benefícios	359.570	354.007
2 – Outras Despesas Correntes	17.081.963	13.967.339
01 – Material de Consumo	466.424	378.050
02 – Serviços de Terceiros PJ	1.001.315	1.664.907
03 – Despesas com Eventos	13.794.875	11.449.396
04 – Despesas com Programas Especiais	1.313.907	0,00
05 – Demais elementos do grupo (1)	505.442	474.986

FONTE: SENAR-AR/SC - Balancete Contábil dos Exercícios 2013/2014

Obs.: (1) Serv. Terc. PF, Despesas com Viagens a Serviço, Desp. Com Gestores, Despesas Bancárias e Financeiras.

As despesas não operacionais não são listadas por serem extra orçamentárias.

Quadro 75 - Despesas de Capital

Natureza e Elementos de Despesa	Valores Pagos	
	2014	2013
3 - Investimento	410.491	305.958
01 – Equipamentos e Material Permanente	410.491	305.958

FONTE: SENAR-AR/SC - Balancete Contábil dos Exercícios 2013/2014

- d) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela entidade.

As análises já foram tratadas no item 2 (dois) deste Relatório.

4.3. INFORMAÇÕES SOBRE OS DEZ MAIORES CONTRATOS FIRMADOS E OS DEZ MAIORES FAVORECIDOS COM DESPESAS LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO, DETALHADOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, POR NATUREZA E POR ELEMENTOS DE DESPESA, ABRANGENDO O NOME/RAZÃO SOCIAL, CPF/CNPJ E VALOR TOTAL.

Quadro 76 – Dez maiores contratos firmados no exercício

Nº	Razão Social	CNPJ	Modalidade de Licitação	*Por natureza	Elemento de Despesa	Valor Total
1	Dimas Com. De Automóveis Ltda	83.262.923/0002-20	Carta Convite	Investimentos	Veículos	290.400,00
2	Fecoagro	83.052.407/0001-90	Inexigibilidade	Serv. Tercerceiro PJ	Propaganda, Publicidade e Publicações	81.819,12
3	Gráfica e Editora RJR Ltda	93.439.313/0001-21	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	68.880,00
4	Celo Brindes Ltda	12.517.941/0001-86	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	52.800,00
5	Fabesul Distribuidora Ltda	89.054.050/0004-08	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Informática	23.502,72
6	KMK Ind. e Com. de Artefatos de Couro Ltda	04.164.087/0001-93	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	21.170,00
7	Matheus Brighenti da Silva	20.623.224/0001-67	Carta Convite	Serv. Tercerceiro PJ	Serviço Prestado PJ	16.100,00
8	Confecções Correa EPP	09.430.460/0001-24	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Divulgação	13.480,00
9	Visual Decor Comunicação Visual Ltda	04.520.063/0001-20	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Divulgação	9.016,80
10	Silveira e Santos Impressão de Prod. Gráficos Ltda	07.475.821/0001-45	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Expediente	7.990,00

FONTE: SENAR-AR/SC - Sistema Financeiro/2014

Quadro 77 – Dez maiores contratos com despesas liquidadas no exercício

Nº	Razão Social	CNPJ	Modalidade de Licitação	Por natureza	Elemento de Despesa	Valor Total
1	Dimas Com. De Automóveis Ltda	83.262.923/0002-20	Carta Convite	Investimentos	Veículos	290.400,00
2	Fecoagro	83.052.407/0001-90	Inexigibilidade	Serv. Terceiro PJ	Propaganda, Publicidade e Publicações	81.819,12
3	Gráfica e Editora RJR Ltda	93.439.313/0001-21	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	68.880,00
4	Celo Brindes Ltda	12.517.941/0001-86	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	52.800,00
5	Fabesul Distribuidora Ltda	89.054.050/0004-08	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Informática	23.502,72
6	KMK Ind. e Com. de Artefatos de Couro Ltda	04.164.087/0001-93	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais Instrucionais	21.170,00
7	Matheus Brighenti da Silva	20.623.224/0001-67	Carta Convite	Serv. Terceiro PJ	Serviço Prestado PJ	16.100,00
8	Confecções Correa EPP	09.430.460/0001-24	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Divulgação	13.480,00
9	Visual Decor Comunicação Visual Ltda	04.520.063/0001-20	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Divulgação	9.016,80
10	Silveira e Santos Impressão de Prod. Gráficos Ltda	07.475.821/0001-45	Carta Convite	Material de Consumo	Materiais de Expediente	7.990,00

FONTE: SENAR-AR/SC - Sistema Financeiro/2014

4.3.1. Relação das 10 (dez) empresas com maiores valores contratados pela entidade para execução de obras de engenharia, bem como os critérios para a escolha desses favorecidos.

Não houve contratação para este fim no exercício de 2014.

Item	Razão Social	CNPJ	Modalidade de Licitação	Valor Total
1	-	-	-	-

4.4. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS NA MODALIDADE DE TERMO DE COOPERAÇÃO E/OU OUTRO INSTRUMENTO DE REPASSE.

Em termos de transferências de recursos, enquadram-se os Termos de Cooperação e Contrato de Repasse que após comprovação efetiva do fato realizado e prestação de contas, a movimentação financeira é efetuada na forma de reembolso.

Atualmente a gestão de contratos de transferências de recursos financeiros apresenta rotinas que já estão devidamente incorporadas nos instrumentos e absorvidas pelas entidades que captam recursos do SENAR-AR/SC para a realização de ações de objetivos comuns.

Estas rotinas incluem todas as etapas da realização de uma cooperação, desde a elaboração da solicitação, desembolso, definição de despesas possíveis, fiscalização e prestação de contas.

Quadro 78 - Transferências regulamentares de termos de cooperação e outros instrumentos análogos executados

Ano	Modalidade	Nº do instrumento	Razão Social	CNPJ	Valor Repassado	Vigência		Sit.
						Início	Fim	
2014	1	2	SR. DE ABELARDO LUZ	78480308000179	95.936,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	3	SR. DE AGROLÂNDIA	83632497000198	163.322,46	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	4	SR. DE AGRONÔMICA	83781088000153	2.124,00	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	5	SR. DE AGUA DOCE	82519950000191	344.485,23	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	6	SR. DE ALFREDO WAGNER	83720623000166	62.510,01	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	7	SR. DE OURO VERDE	04830023000184	35.021,10	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	8	SR. DE ANITA GARIBLADI	84951680000119	151.777,15	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	9	SPR. BELA VISTA DO TOLDO	05688789000139	108.163,85	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	10	SR. DE ARARANGUÁ	83871558000170	183.208,75	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	11	SR. DE ARMAZÉM	75484022000173	63.032,93	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	12	SR. DE AURORA	83781054000169	21.736,59	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	13	SR. DE BENEDITO NOVO	85938520000100	82.320,62	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	14	SR. DE BLUMENAU	82668914000190	0	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	15	SR. DE BOM JARDIM DA SERRA	75384206000161	54.628,72	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	16	SR. DE BOM RETIRO	82783457000184	332.635,45	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	17	SR DE BRAÇO DO NORTE	83726778000100	129.019,60	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	18	SR. DE CAÇADOR	83218636000131	103.444,69	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	19	SR. DE CAMPO ALEGRE	83123745000175	128.980,40	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	20	SR. DE CAMPO BELO DO SUL	83396820000171	58.776,00	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	21	SPR. DE CAMPO ERÊ	83605717000194	166.547,69	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	22	SPR. DE CAMPOS NOVOS	82938812000147	206.683,01	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	23	SPR. DE CANOINHAS	83194092000115	200.828,28	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	24	SR DE CAPINZAL	82938440000159	79.185,77	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	25	SR. DE CATANDUVAS	83413252000170	241.403,12	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	26	SR. DE CHAPECÓ	83084335000162	314.475,79	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	27	SPR. DE CONCÓRDIA	83575506000156	267.904,30	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	28	SPR. DE MASSARANDUBA	83239160000115	58.790,07	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	29	SR. DE CORREIA PINTO	78475597000118	76.776,15	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	30	SR. DE CURITIBANOS	83756015000101	64.980,97	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	31	SPR. DE DIONÍSIO CERQUEIRA	03414706000198	104.088,56	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	32	COOPERITAIPU	83220723000123	94.656,45	13/01/2014	19/12/2014	3
2014	1	33	SR. DE FLORIANÓPOLIS	83278440000132	213.905,78	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	34	SPR. FRAIBURGO	86554813000149	318.792,11	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	35	SR. DE GALVÃO	83694224000178	49.742,69	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	36	FETAESC	83900399000194	612.353,41	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	38	SR. DE ILHOTA	84175769000130	18.500,40	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	39	SR. DE IMARUÍ	84204395000134	234.400,03	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	40	SPR. IMBUÍ	84398916000131	144.193,58	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	41	SR. DE FAXINAL DOS GUEDES	83677302000126	23.806,63	13/01/2014	31/12/2014	3

Continuação:

2014	1	42	SR. IPUMIRIM	83575795000193	34.336,18	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	43	SR. DE IRANI	84591163000186	27.323,17	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	44	SPR. DE IRINEÓPOLIS	83747238000102	251.339,38	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	45	FAESC	83901108000182	666.097,60	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	46	SR. ITAIÓPOLIS	83492983000158	227.646,15	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	47	SPR. DE ITAPIRANGA	78485497000172	267.575,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	48	SR. DE ITUPORANGA	84398908000195	73.664,51	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	49	SPR. DE JACINTO MACHADO	82546029000138	74.692,30	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	50	SR. DE JAGUARUNA	84423870000163	64.492,43	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	51	SR. DE JOÇABA	84588037000172	466.066,90	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	52	SR. DE JOINVILLE	83792499000144	41.527,26	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	53	SR. DE LAGES	84943968000141	112.054,80	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	54	SR. DE LEBON REGIS	82801671000116	102.706,42	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	55	SPR. DE MAFRA	82746926000195	208.688,96	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	56	SPR. DE MAJOR VIEIRA	83785758000100	112.467,83	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	57	SPR. DE MELEIRO	86514676000119	174.871,27	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	58	SPR. DE MONTE CASTELO	83743229000143	224.627,10	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	59	SR. DE NOVA VENEZA	85243384000126	91.105,30	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	60	SR. DE ORLEANS	85286888000123	149.266,16	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	61	SR. DE OTACÍLIO COSTA	78474269000105	85.393,15	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	62	SPR. DE PALMITOS	78480993000133	174.770,75	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	63	SPR. DE PAPANDUVA	85380509000160	242.898,21	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	64	SPR. DE PARAÍSO	73225484000140	17.817,96	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	66	SR. DE PETROLÂNDIA	79356440000136	20.041,25	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	67	SR. DE PINHALZINHO	75433961000199	170.226,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	68	SR. DE PONTE ALTA	83112268000142	105.960,86	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	69	SR. DE PONTE SERRADA	78480894000151	59.356,12	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	70	SR. DE POUSO REDONDO	85641041000110	67.448,31	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	71	SPR. DE QUILOMBO	80633035000105	170.633,32	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	72	SR. DE RANCHO QUEIMADO	01177797000160	70.898,40	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	73	SR. RIO DAS ANTAS	82801861000133	17.694,91	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	75	SPR. DE RIO DO OESTE	83781047000167	172.725,31	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	76	SR. DE RIO DO SUL	85784403000121	88.156,76	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	77	SR. DE RIO DOS CEDROS	86379419000111	37.615,76	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	78	SPR. DE RIO FORTUNA	82580069000104	28.118,00	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	79	SPR. DE RIO NEGRINHO	83787226000101	96.640,90	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	80	COOPERCENTRAL	83310441000117	150.000,00	13/01/2014	19/12/2014	3
2014	1	81	SR. DE SANTA CECÍLIA	82797614000100	8.437,00	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	83	SPR. DE SANTA TEREZINHA	72407661000147	83.011,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	84	SR. SÃO BENTO DO SUL	82770538000140	40.000,43	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	86	SR. DE SÃO DOMINGOS	82501123000170	86.465,01	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	87	SR. DE SÃO JOAQUIM	78490471000112	334.849,29	13/01/2014	31/12/2014	3

Continuação:

2014	1	88	SR. DE SÃO JOSÉ	75366898000115	271.242,30	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	89	SR. DE SÃO JOSÉ DO CERRITO	84955145000136	178.128,34	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	90	SPR. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO	03384511000142	198.948,14	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	91	SPR. DE SÃO LOURENÇO DO OESTE	86224557000121	39.772,26	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	93	SR. DE SÃO MARTINHO	04273723000115	22.312,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	94	SPR. DE SÃO MIGUEL DO OESTE	86250040000107	346.247,34	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	95	SR. DE SEARA	83506832000101	307.000,19	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	96	SR. DE TAIÓ	86325099000117	48.585,37	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	97	SR. DE TANGARÁ	86353588000182	140.048,94	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	98	SPR. DE TIMBÉ DO SUL	83871566000116	35.954,80	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	99	SR. DE TRÊS BARRAS	83786129000102	53.729,74	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	100	SR. DE TUBARÃO	86443975000100	35.931,66	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	101	SR. DE TURVO	86514833000196	67.032,44	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	102	SR. DE URUBICI	86518594000142	31.813,04	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	103	SPR. DE URUPEMA	73701138000191	39.186,54	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	104	SPR. DE VIDAL RAMOS	83602706000150	109.156,00	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	105	SPR. DE VIDEIRA	86553393000186	206.248,36	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	106	SPR. DE XANXERE	83677682000107	242.178,41	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	108	SR. DE XAXIM	82854274000102	95.815,97	13/01/2014	31/12/2014	3
2014	1	110	SPR. DE SANTA ROSA DE LIMA	82580242000166	12.695,72	13/01/2014	31/12/2014	3

LEGENDA:

MODALIDADE:

- 1 - Termo de Cooperação
- 2 - Termo de Ajuste
- 3 - Contrato de Patrocínio
- 4 - Termo de Adesão

SITUAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA:

- 1 - Em Execução
- 2 - Inadimplente
- 3 - Concluído
- 4 - Arquivado

Fonte: SENAR-AR/SC - SIGES - Área Técnica Senar/2014

5. GESTÃO DE PESSOAS. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA ENTIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;

Quadro 79 - Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Empregados em cargos efetivos	31	1	1
2. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0
3. Total de Empregados (1+2)	31	1	1

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

Quadro 80 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da entidade – Situação em 31/12.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de empregados na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos	-
2. Afastamentos	1
4. Licença remunerada	1
5. Licença não remunerada	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de empregados afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

Em 31.12.2014, temos 2 (dois) empregados afastados, sendo 1 (um) por motivo de doença não relacionada ao trabalho e 1 (um) está em gozo de aposentadoria por invalidez.

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade;

Quadro 81 – Quantidade de Empregados da entidade Faixa Etária – Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
Superintendente	-	-	1	-	-
Assessor	-	1	1	1	1
Supervisor	2	3	3	-	-
Técnico em Formação Profissional	1	2	1	1	-
Técnico Atividades de Arrecadação	-	1	-	1	-
Técnico Atividades Administrativas	-	1	-	1	-
Técnico Atividades Administrativas e Financeiras	-	1	1	-	-
Assistente Técnico	-	1	-	-	-
Agente Administrativo	-	3	-	-	-
Auxiliar Administrativo	-	-	1	-	-
Telefonista	-	1	-	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais	-	1	-	-	-
TOTAIS	3	15	8	4	1

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

Quadro 82 - Quantidade de Empregados da unidade. Por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Superintendente	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Assessor	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Supervisor	-	-	-	-	-	3	4	1	-
Técnico em Formação Profissional	-	-	-	-	-	2	3	-	-
Técnico Atividades de Arrecadação	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Técnico Atividades Administrativas	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Técnico Atividades Administrativas e Financeiras	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Assistente Técnico	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Agente Administrativo	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Telefonista	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	-	1	-	-	-
TOTAIS	-	-	-	-	2	16	12	1	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;

Quadro 83 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis				Total	
		Gratificações	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis		
Servidores de Carreira que não ocupam cargo/função gratificada							
Exercícios	2014	2.710.083	-	-	1.108.502	815	3.819.400
	2013	2.404.932	-	-	1.038.455	4.381	3.477.768
Servidores ocupantes de Funções gratificadas							
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

d) Composição do quadro de Empregados inativos e pensionistas;

Quadro 84 – Composição do Quadro de Empregados Inativos e Pensionistas.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	Empregados Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		-
1.1. Voluntária		-
1.2. Compulsória		-
1.3. Invalidez Permanente		-
1.4. Outras (1)	1	-
2. Proporcional		-
2.1. Voluntária	1	-
2.2. Compulsória		-
2.3. Invalidez Permanente		-
2.4. Outras		-
3. Totais (1+2)		-

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

OBS.: (1) AFASTADO POR INVALIDEZ NÃO PERMANENTE

e) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

A entidade opera com um quadro funcional especializado nas atribuições de sua competência no campo da FPR e da PS do trabalhador e produtor rural, contando em 31/12/2014 com 31 (trinta e um) empregados, sendo que destes 2 (dois) encontram-se afastados. Dos 29 (vinte e nove) empregados ativos 11 (onze) estão lotados na área meio, 19 (dezenove) na área fim e 1 (um) atuando tanto para a área meio como fim.

Os empregados estão distribuídos nos vários setores, sendo o superintendente, conforme preceito regimental, nomeado pelo presidente do Conselho Administrativo. Além disso, o quadro funcional é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e, para a garantia dos níveis e condições de remuneração, a instituição dispõe de um plano de cargos e salários devidamente estruturado.

O SENAR-AR/SC utiliza como indicador gerencial a medição da rotatividade de pessoal o Turnover, com o giro de entradas e saídas de colaboradores. Em 2014 o Turnover ficou em **3,22%** não havendo alteração significativa em relação ao exercício imediatamente anterior, desta forma não houve impacto relevante no custo de mão de obra.

Apesar da baixa rotatividade de pessoal, a entidade está sempre atenta e previu em seu Planejamento Estratégico a capacitação dos seus empregados, como uma forma estímulo e retenção de seus talentos.

5.1.1. Ações de Valorização do Servidor

Como ação de valorização do servidor, o SENAR-AR/SC possui um sistema de auxílio-educação, permitindo ao colaborador uma formação contínua. O sistema consiste no pagamento de 50% da mensalidade de um curso de graduação ou pós-graduação, desde que o mesmo seja compatível com a área de atuação do colaborador.

5.1.2. Implicações na Terceirização de Mão de obra

Como estratégia operacional de maximização de recursos, o SENAR-AR/SC mantém acordo de cooperação técnica com sindicatos rurais filiados à FAESC e outras entidades, tais como: a FETAESC, a *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina* (Epagri), todas auxiliando no processo de execução da FPS e da PS.

Por sua vez, os prestadores de serviço de instrutoria possuem empresa prestadora de serviços de treinamentos, recebem capacitação sobre a metodologia da FPS e da PS, bem como sobre as diretrizes e princípios da instituição, e são avaliados e orientados continuamente nas práticas pedagógicas.

5.2. INFORMAÇÕES SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SOBRE O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.

Quadro 85 – Terceirização de mão de obra – serv. limpeza, higiene e vigilância

Unidade Contratante														
Nome: SENAR-AR/SC														
UG/Gestão: SENAR-AR/SC						CNPJ: 04.260.738/0001-49								
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.	Despesa Executada no Contrato		
					Início	Fim	F		M				S	
							P	C	P	C			P	C
2011	L	O	041/2011	Ondrepsb Ltda 83.953.331/0001-73	06/06/2011	06/06/2015	(*)				A	RS 33.338		

Observação:
LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Fonte: Assessoria Jurídica

(*) 01 trabalhador previsto e contratado. O Contrato não prevê o nível mínimo de escolaridade.

Quadro 86 - Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1.Nível superior	10.903	13.419	19.972	18.076	62.370
Área Fim	4.293	6.646	11.863	8.187	30.989
Área Meio	6.610	6.773	8.109	9.889	31.381
2.Nível Médio	-	-	-	-	-
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-
3.Total (1+2)	10.903	13.419	19.972	18.076	62.370

FONTE: SENAR-AR/SC – Departamento de Pessoal/2014

5.3. EM RELAÇÃO À DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART 2º DO DRECRETO 7.828/2012.

- f) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela referida desoneração, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

Não houveram contratos com empresas beneficiadas pela desoneração.

- g) Demonstração das iniciativas e dos resultados para a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração;

Não houveram contratos com empresas beneficiadas pela desoneração.

- h) Demonstrativo dos contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração, contendo, no mínimo, nome da unidade contratante, número identificador do contrato, nome da empresa contratada, CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência do contrato, economia obtida (redução do valor contratual) com a revisão de cada contrato.)

Não houveram contratos com empresas beneficiadas pela desoneração.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS

A frota de veículos do SENAR-AR/SC é composta de 10 (dez) unidades, sendo que destes 03 (três) atendem a sede e 07 (sete) atendem as Supervisões Regionais, o uso da frota está regulamentado pela Portaria nº. 05/2014, a frota está assim composta:

Quadro 87 - Frota de veículos próprios em 31.12

Marca	Placa	Ano/Modelo	KM	Custo no Ano (1)
FOCUS	MHQ 8048	2010/2011	141.987	7.419,54
FIESTA HATCH	MLK 6564	2013/2014	38.067	2.386,42
FIESTA HATCH	MLW 5744	2014/2014	13.870	3.299,81
FIESTA HATCH	MLW 5804	2014/2014	25.159	5.862,68
FIESTA HATCH	MLW 5894	2014/2014	27.195	5.249,15
FIESTA HATCH	MLW 5534	2014/2014	26.206	5.595,97
FIESTA HATCH	MLW 5684	2014/2014	28.682	6.204,54
FIESTA HATCH	MLU 9174	2014/2014	26.561	6.450,71
FIESTA HATCH	MLW 5724	2014/2014	18.834	4.101,09
FIESTA HATCH	MLW 5864	2014/2014	24.277	4.537,72

FONTE: SENAR-AR/SC – Setor de Apoio Administrativo/2014

Obs.: (1) O custo engloba: seguro, despesas de manutenção/conservação e combustível.

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO E DOS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.

O SENAR-AR/SC está sediado no município de Florianópolis/SC, ocupa atualmente 3 (três) imóveis, dos quais 2 (dois) são locados. Todos estão segurados, e tem manutenção preventiva. Quanto aos equipamentos de combate a incêndio, são vistoriados anualmente e trocados regularmente. Segue quadro com a relação do imóveis:

Quadro 88 - Descrição de Imobiliários Vinculados à Sede

Proprietário/Locador	Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo Aquisição	Valor de Mercado
FAESC	Rua Delminda Silveira, 200 – Florianópolis/SC	Imóvel Locado	Sede	-	-
Clovis Lichtensfels ME	Rua Caetano de Medeiros, 220 – Palhoça/SC	Imóvel Locado	Almoxarifado	-	-
SENAR-AR/SC	Rua Osvaldo Burigo, S/N- Nova Veneza/SC	05/04/2002	Desenvolve Atividade Fim	42.000,00	234.000,00

Fonte: SENAR-AR/SC – Setor de Apoio Administrativo/2014

Com relação ao valor de mercado do imóvel consideramos que, em termos de comercialização na data de 31 de dezembro de 2014, a avaliação, com base em critérios internos, resultaria nos seguintes valores:

Edificação:

Valor contábil - R\$ 35.000,00

Valor de mercado - R\$ 194.000,00

Terreno:

Valor contábil - R\$ 7.000,00

Valor de mercado - R\$ 40.000,00

Critérios utilizados:

Para avaliação da edificação considerou-se a valor do CUB para edificações comerciais que em 31 de dezembro de 2014 que era de R\$ 1.545,74 o m², aplicado para uma edificação de 165m². Período de depreciação de 12 anos (2002 a 2014) a taxa de 2% ao ano, considerando a qualidade da construção e o seu excelente estado de conservação.

Para a avaliação do terreno considerou-se a variação do IPC-A no período entre o mês de aquisição e 31 de dezembro de 2014, verificando-se um percentual de aproximadamente 190%. Tendo em vista a acentuada valorização imobiliária no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, acrescentou-se, sobre o valor corrigido, o percentual de 100% a título de valorização.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

7.1. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

O Quadro a seguir, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI da UJ. Para tanto, o referido quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor deverá escolher a opção que melhor represente realidade de sua UJ. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor poderá assinalar com um “X” quantas opções desejar. Na questão 7, o gestor deve levar em consideração a seguinte escala para responder:

- (1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Por fim, no bloco de questões 8 e 9, o gestor deverá assinalar apenas uma opção.

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
1	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
1	1 monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
1	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
3	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
1	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
1	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
1	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
1	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2014.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2014, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
4	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2014, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
4	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2014.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
1	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
1	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
1	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
1	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
1	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
1	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
1	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
3	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
1	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
3	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
2	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
3	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(2)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
LEGENDA:	
(1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.	
(2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.	
(3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.	
(4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.	

8. GESTÃO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Informações sobre Adoção de Critérios de Sustentabilidade e Medidas Adotadas

O SENAR-AR/SC, durante o ano de 2014, continuou a adotar suas políticas atreladas à preservação de recursos e à sustentabilidade ambiental. Destacamos o uso da gestão eletrônica de documentos, através de arquivo no Servidor, no qual estão disponibilizados, em meio eletrônico, uma série de documentos (licitações, Resoluções, formulários de uso interno).

A entidade periodicamente realiza reuniões para sensibilização da prática de uso racional dos recursos, além de utilizar caixas internas para descarte de materiais recicláveis, fazendo a separação de itens para reciclagem.

Além destas práticas a unidade utiliza lâmpadas alógenas em suas instalações e torneiras de pressão nos banheiros.

8.1. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Quadro 89 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	N/A	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>Na Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis o SENAR AR/SC não segue o rigor previsto nas leis acima citadas, uma vez que os Serviços Sociais Autônomos não estão incluídos no conjunto das disposições estabelecidas por essas leis, porém adotamos medidas que visam uma gestão ambiental mais sustentável, dentre algumas medidas destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A separação de papeis e plásticos que são encaminhados para reciclagem; 			

- Destinação dos resíduos de suprimentos de informática (cartuchos e toners de impressoras) para empresas de reciclagem específica;
- Utilização de torneiras de pressão com fechamento automático nos banheiros;
- Utilização de lâmpadas alógenas nas instalações;

Em 2014 foram adquiridos diversos itens reciclados, como exemplo:

- Kit pedagógico (bloco, pasta, caneta e crachá) que são entregues para os participantes nos treinamentos;
- Envelopes e pastas protocolo, foram todos substituídos por produtos em papel reciclado;

N/A – Não se aplica

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. TRATAMENTO DAS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, COM AS JUSTIFICATIVAS NO CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.

Em 2013, os Ministros do Tribunal de Contas da União – Secex/SC, aprovaram regulares com ressalva a prestação de contas do exercício de 2011, conforme Processo TC - 046.789/2012-0. A irregularidade apontada é referente a concessão da gratificação (14º salário) instituída para todos os funcionários, sem parecer jurídico, critérios técnicos objetivos, fixação de produtividade e/ou de desempenho dos funcionários, bem como de estabelecimento de metas financeiras e/ou físicas de gestão.

O SENAR-AR/SC, suspendeu a partir de 2011, o pagamento da verba referente ao 14º salário.

9.2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A ENTIDADE SE VINCULA, COM AS JUSTIFICATIVAS NO CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.

Em relação à CGU, foram recebidas, por meio do relatório nº. 20120406-9, datado de 2012, as deliberações que seguem. Juntamos à presente na íntegra o PPA – Plano de Providências Permanente:

Relatório de Auditoria nº: 201204069 – Plano de Providências Permanentes – PPA

ASSUNTO – PROCESSOS LICITATÓRIOS

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.2 (01) Contratação de bens e serviços sem a motivação que demonstre necessidade do gasto e fundamentação para a contratação na quantidade e especificação contratadas.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Fazer constar nos próximos processos de dispensas de licitação, convites e inexigibilidades:

- documento de solicitação para a aquisição dos bens e serviços comprovando a necessidade da aquisição do objeto e fundamentando quantitativamente e qualitativamente a contratação;
- aprovação fundamentada dos agentes competentes pelas aquisições requeridas (não sendo suficiente somente o nome do agente solicitante).

1. Manifestação do Gestor

De acordo com a recomendação, no que concerne a fazer constar nos próximos processos de dispensas de licitação, convites e inexigibilidades, elementos adicionais, inclusive documentais,

tendo como finalidade comprovar a necessidade da aquisição do objeto, bem como fundamentar quantitativamente e qualitativamente a contratação.

Esta manifestação considera que o “documento de solicitação” já existe e foi devidamente apresentado aos auditores.

1.1 Providências a serem Implementadas

Estamos elaborando Resolução específica para orientar o setor de compras na contratação de bens e serviços nos processos de dispensas de licitação, convites e inexigibilidades, imputando a responsabilidade pelo fiel cumprimento da norma.

Adicionalmente estamos atualizando nosso sistema de compras de bens e serviços a fim de que sejam gerados documentos contendo informações compatíveis com a recomendação apresentada.

Salientamos que o prazo de atendimento a seguir informado está sujeito a fatores externos, decorrentes da contratação de assessoria na área de tecnologia da informação de cuja atuação depende agendamentos e efetivas providências, sobre os quais não temos pleno domínio.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 30/04/2013

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.3 (02) Inexistência de justificativa no processo de necessidade do bem, do enquadramento em inexigibilidade e da adequabilidade do preço praticado no mercado.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Fazer constar nos próximos processos de inexigibilidade todas as informações necessárias à correta instrução dos mesmos, em especial, a justificativa circunstanciada de realização da respectiva inexigibilidade, contendo a justificativa do pedido do serviço e indicando o enquadramento correto em inexigibilidade de licitação, emitida pelo órgão responsável pela condução do mesmo, inclusive quanto ao preço.

1. Manifestação do Gestor

De acordo com a recomendação.

1.1 Providências a serem Implementadas

A época da constatação a entidade não adotava o Formulário “Compras de Bens e Serviços”, no qual constam dentre outras informações a manifestação do Departamento Jurídico no que tange ao enquadramento da despesa a ser realizada.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/10/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.4 (03) Enquadramento indevido de processos de dispensa de licitação, em desacordo com o estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR SC.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Fazer constar no processo sob análise e nos próximos processos de dispensa de licitação “justificativa pela área responsável, quanto ao preço e respectiva ratificação pela autoridade competente” e promover o correto enquadramento dos referidos processos conforme valor indicado no OF/CIRC/Nº 025/SE de 29 de junho de 2011/ Brasília - SENAR ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.

1. Manifestação do Gestor

Quanto à esta constatação, entendemos que os processos de dispensa de licitação nas contratações em questão estão corretos. Ao contrário do que fora mencionado pelos senhores auditores, a dispensa nas contratações de tais serviços não teve por fundamento o art. 6º, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR, mas sim teve como fundamento o disposto no art. 9º, inciso XII, sendo que a ratificação da autoridade competente está devidamente formalizada quando da assinatura do contrato com tais empresas prestadoras de serviço.

1.1 Providências a serem Implementadas

Por entender que o procedimento adotado está correto, e também por entender que o enquadramento dado às dispensas de licitação também estão corretos, é que a entidade aguardará a manifestação do TCU quanto a questão ora posta em análise. Caso aquele Tribunal entenda que o entendimento da auditoria está correto, a entidade acatará a recomendação emanada da auditoria.

1.1.1. Prazo de Atendimento: aguardará posicionamento do TCU

1.1.2. Posição Atual: aguardando posicionamento do TCU

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.6 (04) Aquisição de máquinas fotográficas por meio de dispensa de licitação cuja especificação diverge do objeto regularmente estabelecido.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Vincular as respectivas aquisições ao estabelecido nos objetos definidos nos processos de aquisição.

1. Manifestação do Gestor

Na constatação acima descrita destacamos o fato de que as máquinas fotográficas adquiridas pela entidade, em que pese a manutenção do preço cotado de máquina fotográfica tecnicamente inferior, foram entregues ao Senar equipamentos com recursos técnicos superiores aos que foram exigidos

quando da cotação de preço. Porém, a par do que foi constatada, a entidade se compromete a não adquirir equipamentos fora da especificação técnica cotada nos orçamentos, mesmo que os equipamentos oferecidos sejam tecnicamente melhores.

1.1 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação e já estamos observando este item nos processos de aquisição de bens e serviços.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 29/11/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.7 (05) Definição de objeto em Carta-Convite de forma genérica, sem especificação e quantificação dos respectivos produtos/serviços.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Definir, nas próximas aquisições de produtos/serviços por parte do SENAR SC, o objeto de forma precisa e não genérica, devidamente quantificado, e especificado, inclusive para prestação de serviços profissionais de assessoria de imprensa.

1. Manifestação do Gestor

Concordamos com a recomendação, em que pese entender que os objetos adquiridos o são de forma devidamente quantificado e qualificado.

1.1 Providências a serem Implementadas

Será melhorada a redação quanto à individualização do objeto nas próximas aquisições de bens e serviços.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 29/11/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.8 (06) Utilização de contrato de adesão em dispensa de licitação onde caberia formalização contratual regular, enquadrável nas formalidades existentes no Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Caso seja celebrado contrato de adesão, deverá ser respeitada as regras do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR, inclusive para seleção da empresa vencedora do certame.

1. Manifestação do Gestor

Quanto à esta constatação, entendemos que a entidade observou precisamente o que determina seu Regimento de Licitações e Contratos.

Novamente destacamos que o contrato com a empresa TOTVS é um contrato de adesão. Nesses contratos, são os contratantes, no caso o Senar, que aderem às condições do contratado. O Programa adquirido pelo Senar Santa Catarina da empresa TOTVS é único no mercado, não havendo outros que possam ser comparados para fins de cotação de preço. No caso do Senar, em virtude de sua peculiaridade, é claro que fora observado se tal contrato não feria os princípios que regem as contratações envolvendo o sistema 'S'.

1.1 Providências a serem Implementadas

Aguardará manifestação do TCU.

1.1.1. Prazo de Atendimento: aguardará posicionamento do TCU

1.1.2. Posição Atual: aguardando posicionamento do TCU

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Observar o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 26 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR, o qual dispõe: "Os contratos terão prazo determinado, não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, o limite máximo de 60 (sessenta) meses".

2. Manifestação do Gestor

Este caso é uma exceção à regra. Não há como após cinco anos rescindir o contrato com a empresa TOTVS pelo fato de que a entidade ficaria alijada dos seus serviços, o que iria contra o bom senso. Não teria como desempenhar bem suas atividades sem os serviços de atualização dos programas desenvolvidos pela empresa TOTVS.

2.1 Providências a serem Implementadas

Aguardará manifestação do TCU.

2.1.1. Prazo de Atendimento: aguardará posicionamento do TCU

2.1.2. Posição Atual: aguardando posicionamento do TCU.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.3.9 (07) Contrato de prestação de manutenção de software, por meio de dispensa de licitação, estabelecido de forma genérica.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Definir o objeto de forma precisa e não genérica, devidamente quantificado e especificado, inclusive para prestação de serviços de manutenção de software.

1. Manifestação do Gestor

Quanto aos serviços contratados de manutenção de software, como a auditoria pôde observar ao ler o contrato, a mesma é ampla, pois não está individualizada apenas uma modalidade, o que vem em benefício da entidade. O horário também não é restrito, o que também beneficia a entidade.

1.1 Providências a serem Implementadas

As recomendações serão implementadas nos próximos contratos.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 29/11/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Numerar e rubricar as páginas dos processos de aquisições de produtos/serviços, formalidades inerentes e necessárias inclusive aos processos de dispensa de licitação.

2. Manifestação do Gestor

Concordamos com a recomendação, exceto quanto aos processos decorrentes de termos de cooperação, devido a entendermos como desnecessários e de difícil aplicação conforme comentamos no item 3.1.3.2 - Informação do Relatório de Auditoria Anual de Contas, objeto do presente Plano de Providências Permanente.

2.1 Providências a serem Implementadas

Os processos serão enumerados conforme recomendação com a exceção acima comentada.

2.1.1. Prazo de Atendimento: 30/04/2013

2.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

ASSUNTO – REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.2.1.1 (08) Pagamento de gratificação a título de “14º Salário” a todos os funcionários da Entidade, sem amparo legal.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Revogar o ato Decisão Ad Referendum do Conselho Administrativo n.º 03/2008 de 18/12/2008 que estabeleceu a obrigatoriedade de pagamento a todos os funcionários, da gratificação 14º Salário, por falta de amparo legal para concessão do benefício.

1. Manifestação do Gestor

A remuneração paga, cuja previsão e autorização foram emanadas do Conselho Administrativo em reunião ocorrida no ano de 2009, conforme consta em ata, está legalmente amparada. Não há qualquer vedação no ordenamento jurídico pátrio quanto ao referido pagamento.

Porém, respeitando o entendimento dos senhores auditores, a entidade, através de normativo proveniente de seu Conselho administrativo, suspenderá o pagamento da referida gratificação até que o TCU se posicione a respeito da matéria.

1.1 Providências a serem Implementadas

Suspensão do pagamento até decisão final do TCU.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2012.

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Adotar medidas para o ressarcimento dos valores despendidos, no período de 2008 a 2011, no montante total de R\$ 305.810,04.

2. Manifestação do Gestor

Os valores pagos legalmente aos empregados nos exercícios mencionados, já passaram pelo crivo das auditorias dos exercícios de 2008, 2009 e de 2010, sendo que tais auditorias, tanto da CGU, como do TCU, não entenderam que tal Decisão do Conselho e que tais pagamentos contivessem alguma irregularidade frente à legislação e frente aos princípios constitucionais. Como fica a segurança jurídica neste caso? Não há qualquer fundamento legal que ampare tal recomendação. A legislação permite que se pague tal gratificação. Ratificamos os argumentos já entregues aos senhores auditores. Recomendar que se desconsidere tudo o que fora constatado por auditorias anteriores como em desconformidade com o ordenamento jurídico é inconcebível. Entendemos que a presente recomendação deste item é extremamente rigorosa, pois fere a legislação celetista e, fere a legislação que rege o Sistema “S”, bem como fere o bom senso.

Reiteramos nossos argumentos apresentados oportunamente a respeito de presente constatação, ressaltando que nossas manifestações aos auditores foram legalmente fundamentadas.

Lamentamos a insistência com a vaga recomendação para se “adotar medidas para o ressarcimento dos valores despendidos”, com a qual discordamos.

2.1 Providências a serem Implementadas

Aguardará manifestação do TCU.

2.1.1. Prazo de Atendimento: *aguardará manifestação do TCU.*

2.1.2. Posição Atual: *aguardando manifestação do TCU.*

RECOMENDAÇÃO Nº: 003

Estabelecer rotina de análise pela Assessoria Jurídica da Entidade, mediante pedido de pareceres em todos os assuntos que importem em encargos jurídicos relevantes em matéria trabalhista, como no caso de concessão de benefícios ou outra vantagem, em observância ao princípio da legalidade.

3. Manifestação do Gestor

Entende a entidade que sua assessoria jurídica já se manifesta nos assuntos atinentes à suas atribuições.

3.1 Providências a serem Implementadas

Acata a recomendação, mesmo entendendo que a mesma já é observada.

3.1.1. Prazo de Atendimento: *29/11/2012*

3.1.2. Posição Atual: *RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.*

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.2.1.2 (09) Pagamentos benefício salarial previsto em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria dos funcionários do SENAR, de forma conflitante e sem identificação no contracheque.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Reavaliar e adequar a forma de cálculo e data de aplicação na concessão do Adicional de Tempo de Serviço na forma estabelecida na cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho 2011-2012, de forma a não incidir em prejuízos financeiros à Entidade ou aos funcionários.

1. Manifestação do Gestor

De acordo com a recomendação.

1.1 Providências a serem Implementadas

Estamos elaborando a reavaliação e readequação na forma de cálculo e na data de aplicação do Adicional de Tempo de Serviço, conforme consta no Acordo Coletivo.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 29/11/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Efetuar registro individualizado e discriminado do Adicional de Tempo de Serviço devido a cada funcionário, reajustando-o sempre a partir da data em que o funcionário complete ano, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

2. Manifestação do Gestor

De acordo com a recomendação.

2.1 Providências a serem Implementadas

Estamos procedendo a individualização do Adicional.

2.1.1. Prazo de Atendimento: 29/11/2012

2.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

ASSUNTO – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.1.1 (10) Ausência de instrumento formalizado estabelecendo o Plano de Desenvolvimento Institucional e/ou Plano Estratégico da Entidade, e contendo as ações e estratégias de curto, médio e longo prazo.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Implantar rotinas visando a elaboração de planejamento que contemple as ações e projetos de médio e longo prazo de desenvolvimento institucional da Entidade, visando a busca de maior eficiência,

economicidade e eficácia em suas ações, em atendimento ao contido no Regimento Interno do SENAR-AR/ SC.

1. Manifestação do Gestor

As argumentações apresentadas oportunamente, onde nossas manifestações foram no sentido de retratar o SENAR – AR/SC como uma entidade dotada de estrutura enxuta, porém não insuficiente, reporta compatibilidade com sua missão institucional perfeitamente delineada, e limitada, em termos de recursos financeiros.

As ações SENAR – AR/SC são financiadas a partir de recursos financeiros com origem na arrecadação de contribuições previdenciárias sobre as quais não há possibilidade de efetiva interferência dos gestores da entidade. Logo, não há qualquer “estratégia” possível de ser elaborada com a finalidade de aumentar a arrecadação, em qualquer tempo, seja ele definido como curto prazo ou longo prazo.

Por outro lado, na aplicação dos recursos sim se revela algum poder de interferência dos gestores, na medida em que as atividades fim poderão ser mais ou menos eficientes, eficazes e economicamente vantajosas, quando o universo de pessoas beneficiadas com suas ações varia positivamente, em razão do aquecimento do mercado agropecuário. Ainda assim, estão sujeitas a atuação direta do estado na economia, e pelo desaquecimento da economia como um todo, inclusive internacionalmente, com consequências de dimensões imprevisíveis.

Neste sentido, queremos dizer que o SENAR – AR/SC atua perfeitamente como entidade de apoio as ações do estado ao qual cabe desenvolver estratégias no âmbito regional.

No nosso entendimento, registramos um histórico adequado de eficiência, economicidade e eficácia em nossas ações, não tendo sido apontado qualquer prova objetiva contrária a esta opinião no relatório dos auditores, motivo do presente Plano de Providências Permanente.

Muito embora entendamos que uma peça de planejamento diferente ou complementar ao Plano Anual de Trabalho atualmente utilizada no planejamento das ações do SENAR – AR/S seja perfeitamente dispensável, apesar de previsto regimentalmente, iremos envidar esforços à sua implementação, na expectativa de que resulte num instrumento útil.

1.1 Providências a serem Implementadas

Vamos inicialmente nos inteirar de planejamentos implementados em outras entidades, a fim de vislumbrar um modelo a ser utilizado pelo SENAR – AR/SC e desenvolve-lo para os próximos exercícios.

Salientamos que, dado ao caráter inovador da matéria e a proximidade do exercício de 2013, necessitamos de um prazo mais longo para a implantação do referido instrumento.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2014

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Efetuar gestões junto a Administração do SENAR Nacional quanto à possibilidade de auxílio no processo de implantação de Plano de Desenvolvimento Institucional ou Plano Estratégico da Entidade.

2. Manifestação do Gestor

Encaminhamos o Ofício nº 90 ao SENAR Nacional, em 23 de novembro de 2012, a fim de iniciarmos providências mais efetivas.

2.1 Providências a serem Implementadas

Vamos aguardar um posicionamento da Administração central do Senar.

2.1.1. Prazo de Atendimento: Aguardando posicionamento do Senar Nacional.

2.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

ASSUNTO – CONTROLES INTERNOS

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.2.1 (11) Inadequação normativa do Regimento Interno e demais normativos em face da atual estrutura administrativa do SENAR – AR/SC diverso do organograma funcional constante do Relatório de Gestão e do detalhamento da estrutura das áreas em funcionamento na Entidade.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Efetuar atualização do Regimento Interno da Entidade, adequando-o às alterações introduzidas na estrutura funcional e de cargos e do organograma aprovados em reuniões do Conselho, de forma a contemplar as novas atribuições introduzidas e alteração das atualmente previstas, mas não mais aplicáveis.

1. Manifestação do Gestor

Inicialmente salientamos que os normativos e a atual estrutura funcional em operação na entidade encontram-se consistente. Os cargos criados foram devidamente submetidos à apreciação do Conselho Administrativo da entidade, que aprovou a nova estrutura funcional do SENAR-AR/SC. Foram expedidos tempestivamente os normativos legais determinando a criação dos cargos

existentes. Assim, reafirmamos não haver ausência de normativos legais sobre a estrutura funcional em operação. No entanto, reconhecemos pendente a inerente formalidade, cuja importância tem seu devido valor, não estando tais alterações introduzidas nos regimentos e organograma citados. Na essência, a atuação da entidade observou as diretrizes de suas normas internas. Informamos que a formalização nos regimentos e organograma será prontamente providenciada

1.1 Providências a serem Implementadas

Acatará a recomendação.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

ASSUNTO – MOVIMENTAÇÃO

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.3.2 (12) Inexistência de instrumento aprovado pelas instâncias superiores da Entidade que regulamente a Seleção e Contratação de Pessoal.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Requerer junto a Administração Central do SENAR a instituição de norma regulamentando de forma clara e objetiva e de abrangência nacional, os critérios e disposições para a seleção e contratação de pessoal.

1. Manifestação do Gestor

Encaminhamos o Ofício nº 90 ao SENAR Nacional, em 23 de novembro de 2012, a fim de iniciarmos providências mais efetivas.

1.1 Providências a serem Implementadas

Aguardar um posicionamento da Administração Central do Senar.

1.1.1. Prazo de Atendimento: Aguardando posicionamento do Senar
Nacional.

1.1.2. Posição Atual: Aguardando posicionamento do Senar Nacional.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Submeter ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, proposta de regulamentação para a seleção e contratação de pessoal no âmbito da Entidade, inclusive para ocupação de cargos de livre nomeação, utilizando-se como referencial o Acórdão TCU 2305/2007 e Nota Técnica nº 1779/DPSES/DP/SFC /CGU-PR de 24/07/2009, caso o SENAR Nacional não assuma a responsabilidade por editar a norma.

2. Manifestação do Gestor

Aguardar um posicionamento da Administração central do Senar.

2.1 Providências a serem Implementadas

Encaminhamos o Ofício nº 90 ao SENAR Nacional, em 23 de novembro de 2012, a fim de iniciarmos providências mais efetivas

2.1.1. Prazo de Atendimento: Aguardando posicionamento do Senar Nacional.

2.1.2. Posição Atual: Aguardando posicionamento do Senar Nacional.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.3.3 (13) Contratação para ocupação do cargo de Assessor Técnico, de profissional proprietário de empresa com vínculo contratual com a Entidade.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Abster-se de contratar profissionais para seus quadros enquanto perdurar vínculos contratuais com empresa fornecedores de bens e serviços para a Entidade das quais os mesmos sejam sócios proprietários, em face de conflito de interesses vedado pelo art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR.

1. Manifestação do Gestor

Tal contratação fora efetuada em virtude da qualificação técnica e profissional do sócio da empresa que prestava serviços ao Senar, qualificações estas que foram demonstradas nas ações desenvolvidas.

Destaca-se que logo após a contratação do empregado em questão, a entidade tratou de iniciar as tratativas de encerramento das atividades contratadas com a empresa a qual o mesmo vinculava-se na condição de sócio.

Destacamos que a sociedade terceirizada não se restringia à pessoa do empregado contratado, tendo a ela ligadas outras pessoas que também atuavam para que a mesma pudesse cumprir o contrato com o SENAR-AR/SC, contrato este que vigorou até fevereiro de 2011, tempo necessário para a empresa contratada encerrar o cumprimento das atividades que já estavam em andamento e não podiam ser simplesmente paralisadas.

A entidade, no presente caso, ao contrário do que possa parecer, atuou justamente visando atender aos seus normativos.

1.1 Providências a serem Implementadas

Caso outras contratações ocorram envolvendo situação semelhante à aqui analisada, a entidade acatará a recomendação emanada da auditoria.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2012

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

ASSUNTO – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.2.1 (14) Falta de maior integração entre os Sistemas Informatizados para execução das atividades de gerenciamento orçamentário, financeiro e contábil, e ausência de funcionalidades nos sistemas de controle das despesas por Programa e Ação executada.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Efetuar gestões junto ao SENAR Nacional quanto a necessidade de implantação de sistemas informatizados de controle orçamentário, financeiro/contábil, patrimonial e de gestão finalística de forma centralizada, visando uniformizar, em âmbito nacional, metodologias de controle e sistemas integrados de gerenciamento a serem utilizado pela Entidade.

1. Manifestação do Gestor

Embora tenham sido mencionados termos como: “fragilidade”, “falta de funcionalidades nos sistemas orçamentário e contábil”, “impossibilidade de monitoramento eficiente” e “necessidade de maior integração entre os diversos sistemas informatizados”, todos segundo a visão dos auditores, com a qual discordamos, nenhum dado, informação ou documento foi apontado como comprovadamente em desacordo com a legislação e normas vigentes.

Devido ao volume e a complexidade das operações realizadas por este SENAR, vínhamos observando a necessidade de maior integração dos sistemas informatizados, a fim de dotar os processos de maior agilidade. Contudo, como foi mencionado no relatório objeto deste Plano de Providências Permanente, estamos na expectativa de iniciativas do SENAR Nacional para este fim.

Estamos estabelecendo contato com o SENAR Nacional para tratar especificamente dos pontos relativos a registros em sistema integrado, a fim de uniformizar em âmbito nacional o detalhamento requerido.

1.1 Providências a serem Implementadas

Encaminhamos Ofício ao SENAR Nacional, em 23 de novembro de 2012, apresentando-lhes as considerações da auditoria objeto deste Plano de Providências Permanente a fim de iniciarmos providências mais efetivas.

A efetiva implementação de providências e sua abrangência, através de uma iniciativa nacional, não nos são possíveis de afirmação. Por este motivo, adotaremos medidas internas alternativamente, conforme nossa manifestação a respeito da recomendação 002 a seguir.

O prazo a seguir estabelecido se baseia em providências que não dependam do SENAR Nacional e se referem a um processo alternativo.

1.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2014

1.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA

Conforme mencionamos no subitem 1.1, a implementação das medidas no sentido amplo do que foi recomendado dependem de providências do Senar Nacional. Nesse sentido, os status de “Recomendação Implementada” refere aos esforços aplicados no âmbito desta regional.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Efetuar estudos visando dotar os atuais sistemas existentes na Entidade de funcionalidades e mecanismo de registro de informações de forma a integrar os sistemas orçamentário, financeiro/contábil e finalísticos de gestão das ações da Entidade, caso o SENAR Nacional não assuma a responsabilidade pelo desenvolvimento de solução que sane as dificuldades apontadas.

2. Manifestação do Gestor

Estamos verificando, junto ao SENAR – Administração Regional do Rio Grande do Sul, ferramentas presentes no sistema em uso, que permitam a integração de dados, a partir de alterações em parâmetros existentes e adoção de novos parâmetros de pequeno impacto do ponto de vista do desenvolvimento do sistema.

As primeiras discussões realizadas com o pessoal técnico da regional do Rio Grande do Sul são positivas neste sentido.

2.1 Providências a serem Implementadas

Independentemente de iniciativas do SENAR Nacional, alguma integração entre sistemas será possível e estaremos realizando registros em base de teste durante o exercício de 2013.

2.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2014

2.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

Da mesma forma mencionada no subitem 1.1, a implementação das medidas no sentido amplo do que foi recomendado dependem de providências do Senar Nacional. Nesse sentido, os status de “Recomendação Implementada” refere aos esforços aplicados no âmbito desta regional.

RECOMENDAÇÃO Nº: 003

Implementar, no sistema de controle financeiro/contábil, centros de gastos contemplando todos os programas e ações atualmente desenvolvidos, de forma a controlar as despesas realizadas por programa e nas diversas naturezas de despesas.

3. Manifestação do Gestor

A recomendação é possível de ser implementada no que se refere ao registro contábil por centro de gastos.

Para a evidenciação das despesas por programa de modo integrado com a contabilidade dependerá de um estudo mais aprofundado, considerando as limitações técnicas dos sistemas em uso.

3.1 Providências a serem Implementadas

Revisaremos a estrutura dos centros de gastos considerando o cadastro dos diversos programas realizados pela entidade, junto aos responsáveis pelo desenvolvimento do sistema em uso, a fim de evidenciar os recursos disponíveis e a possibilidade de alterar a utilização e ampliar sua abrangência.

Estas providências dependem de pessoal externo, sujeita a análise da sua disponibilidade dificultando-nos a fixação do prazo.

3.1.1. Prazo de Atendimento: 31/12/2014

3.1.2. Posição Atual: RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTADA.

9.3. Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno, e também:

Considerando que o Senar-AR/SC não está vinculado à administração pública direta, desta forma não encaminha seus processos para instaurar Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas da União.

- a) Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE;

Não houve movimentação no exercício 2014.

- b) Quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência;

Não houve movimentação no exercício 2014.

- c) Quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU;

Não houve movimentação no exercício 2014.

- d) Quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012;

Não houve movimentação no exercício 2014.

- e) Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Não houve movimentação no exercício 2014.

10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

10.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.9 E NBC T 16.10.

Não se Aplica.

10.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI Nº 4.320/64 E PELA NBC 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, OU AINDA PREVISTA NA LEI Nº 6.404/76.

Quadro 90– Balanço Patrimonial

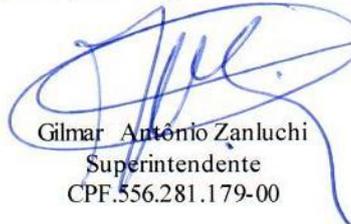
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

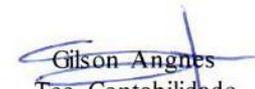
Balanco Patrimonial

		Valores em Reais	
ATIVO	NE	2014	2013
<u>Circulante</u>		<u>21.786.465,15</u>	<u>20.076.553,87</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	19.923.669,57	18.147.179,67
Dotações Orçamentárias a Receber	4	1.511.209,44	1.620.865,33
Devedores Diversos		93.084,84	84.772,35
Estoque de Material de Consumo	5	221.102,40	185.781,27
Despesas Pagas Antecipadamente		37.398,90	37.955,25
<u>Não Circulante</u>		<u>1.556.073,54</u>	<u>1.399.325,37</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>820.466,81</u>	<u>820.466,81</u>
Depósitos Judiciais	6	820.466,81	820.466,81
<u>Permanente</u>		<u>735.606,73</u>	<u>578.858,56</u>
<u>Imobilizado</u>	7	<u>735.606,73</u>	<u>578.858,56</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>23.342.538,69</u>	<u>21.475.879,24</u>
<hr/>			
PASSIVO	NE	2014	2013
<u>Circulante</u>		<u>677.355,36</u>	<u>1.139.507,82</u>
Fornecedores de Bens e Serviços	8	44.817,46	63.160,96
Contratos e Termos de Adesão a Realizar	9	374.999,21	854.660,27
Tributos e Contribuições Sociais		167,60	151,78
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	10	257.371,09	221.312,26
Outras Contas a Pagar		0,00	222,55
<u>Não Circulante</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fornecedores de Bens e Serviços		0,00	0,00
<u>Patrimônio Social</u>		<u>22.665.183,33</u>	<u>20.336.371,42</u>
Resultado Acumulado		20.324.371,42	17.752.003,82
Reservas de Capital		12.000,00	12.000,00
Doações e Subvenções Recebidas		12.000,00	12.000,00
Resultado do Exercício		2.328.811,91	2.572.367,60
TOTAL DO PASSIVO		<u>23.342.538,69</u>	<u>21.475.879,24</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037/02

Quadro 91 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

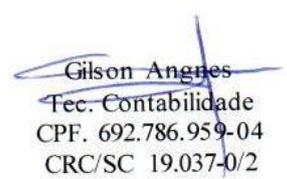
Demonstração do Resultado do Exercício

	NE	Valores em Reais	
		2014	2013
Receita Operacional Bruta		20.124.617,03	18.918.236,26
Contribuições Sociais		20.042.379,48	18.918.106,97
Receitas Eventuais		82.237,55	129,29
(-) Deduções da Receita Bruta		0,00	0,00
(=) Receita Operacional Líquida		20.124.617,03	18.918.236,26
(-) Custo dos Serviços Prestados	13	17.574.609,20	15.578.459,35
(=) Resultado Operacional Bruto		2.550.007,83	3.339.776,91
(-) Despesas Operacionais		2.232.481,06	2.012.238,70
Pessoal e Administradores		1.420.087,51	1.314.003,46
Material de Consumo		88.090,98	87.696,87
Serviços de Terceiros		452.016,16	392.065,63
Depreciações e Amortizações		246.751,16	204.999,47
Outras Despesas e Receitas Operacionais		25.535,25	13.473,27
Receitas de Convênios e Contratos		1.313.906,66	0,00
Demais Receitas		0,00	0,00
(-) Despesas de Convênios e Contratos		-1.313.906,66	0,00
(-) Demais Despesas		25.535,25	13.473,27
(+) Resultado Financeiro		2.011.285,14	1.244.829,39
Receitas Financeiras		2.045.394,30	1.274.615,99
(-) Despesas Financeiras		-34.109,16	-29.786,60
(=) Resultado Líquido do Exercício		2.328.811,91	2.572.367,60

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferno Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Quadro 92 – Demonstração das Mutações do Patrimônio

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em Reais

Mutações	Patrimônio Social	Reservas de Capital	Superávit ou Déficit	Totais
		Doações e Subvenções	do Exercício	
Saldo em 31/12/2012	15.730.579,16	12.000,00	2.021.424,66	17.764.003,82
Transferência	2.021.424,66	-	-2.021.424,66	0,00
Superávit do Exercício	-	-	2.572.367,60	2.572.367,60
Saldo em 31/12/2013	17.752.003,82	12.000,00	2.572.367,60	20.336.371,42
Transferência	2.572.367,60	-	-2.572.367,60	0,00
Superávit do Exercício	-	-	2.328.811,91	2.328.811,91
Saldo em 31/12/2014	20.324.371,42	12.000,00	2.328.811,91	22.665.183,33

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Quadro 93 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	NE	2014	2013
Valores em Reais			
1. Atividades Operacionais			
Resultado Líquido do Exercício		2.328.811,91	2.572.367,60
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		253.742,75	205.377,73
Depreciação e Amortização	7	246.751,16	204.999,47
Baixas do Imobilizado em Serviço		6.991,59	378,26
(-) Variações no Ativo		-66.578,62	79.094,09
Dotações Orçamentárias a Receber		-109.655,89	110.625,82
Devedores Diversos		8.312,49	-21.384,62
Estoque de Material de Consumo		35.321,13	-13.557,25
Despesas Pagas Antecipadamente		-556,35	3.410,14
Outros Realizáveis		0,00	0,00
(+) Variações no Passivo		-462.152,46	924.108,75
Fornecedores de Bens e Serviços		-18.343,50	22.061,18
Tributos e Contribuições Sociais		15,82	89,52
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		36.058,83	48.260,23
Contratos e Termos de Adesão a Realizar		-479.661,06	854.660,27
Outras Contas a Pagar		-222,55	-365,45
Outras Exigibilidades		0,00	-597,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		2.186.980,82	3.622.759,99
2. Atividades de Investimento			
Aplicações no Ativo Imobilizado	7	410.490,92	305.957,59
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investim.		410.490,92	305.957,59
Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2)		1.776.489,90	3.316.802,40
Aumento Líquido nas Disponibilidades		1.776.489,90	3.316.802,40
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		18.147.179,67	14.830.377,27
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		19.923.669,57	18.147.179,67

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferno Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

10.3. NOTAS EXPLICATIVAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2014

1. Contexto Operacional

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

a) Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física:

0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;

- Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica:

0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.

▪ Contribuição da Agroindústria:

0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

b) Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural,
- Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Principais Práticas Contábeis

- a) **Apresentação** – as demonstrações contábeis são elaboradas conforme a Lei nº 6.404/1976, contemplando os efeitos das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e convertidas para os modelos determinados na Lei nº 4.320/1964, visando atender a norma do SENAR.

A entidade segue também as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Na preparação das Demonstrações Contábeis são observados, especificadamente, os Princípios da Competência, Oportunidade, Prudência e do Valor.

- b) **Apuração do Déficit ou Superávit** – é adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – são reconhecidas mensalmente pelo valor efetivamente recebido através de repasse do SENAR--Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Gastos com Cursos e Eventos – são reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados através de entidades parceiras.

III – Termo de Cooperação Técnico – Financeira – a liberação de recurso destinado à realização de eventos de FPR e PS é procedida na modalidade de reembolso, mediante apresentação de prestação de contas pelas entidades parceiras, não havendo hipótese de antecipação de recurso.

- c) **Balço Patrimonial** – os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

I. Aplicações Financeiras – ao valor de custo acrescido dos rendimentos contratados, com risco insignificante de mudança de valor de mercado e registrados até a data do encerramento do exercício.

II. Não Circulante – Ativo Imobilizado – apresentado ao valor de custo histórico corrigido, deduzido das respectivas depreciações/amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

III. Demais Ativos – registrados ao seu valor de realização.

IV. Passivo Circulante – registra as obrigações incorridas e contratadas, vencíveis no prazo de até 12 meses.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição dos Saldos				2014	2013
Caixa e Bancos				3.241,21	13.857,17
Aplicações Financeiras				2013	2013
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Recursos Próprios				19.569.072,29	17.280.681,96
Banco do Brasil S/A	CDB POS DI	13/05/2015	98,0% CDI	8.901.542,22	7.559.487,27
Banco do Brasil S/A	CDB DI	18/11/2016	99,0% CDI	45.036,90	120.043,20
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,5% CDI	8.220.494,83	7.434.021,27
Caixa Econômica Federa	CDB DI	21/11/2016	97,0% CDI	2.401.998,34	2.167.130,22
Contratos e Termos de Adesão				351.356,07	852.640,54
Banco do Brasil S/A	CDB DI	09/11/2018	98,0% CDI	17.077,18	15.590,21
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	98,0% CDI	-	22.015,08
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	334.278,89	245.309,58
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	-	569.725,67
Soma Aplicações Financeiras				19.920.428,36	18.133.322,50
Total Caixa e Equivalentes de Caixa				19.923.669,57	18.147.179,67

As aplicações financeiras estão representadas pelo saldo em fundos de aplicação financeira, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil e CEF), com prazos de resgate variáveis.

4. Dotações Orçamentárias a Receber

O saldo das Dotações Orçamentárias a Receber está representado pelo valor da apropriação da arrecadação do mês de dezembro a ser repassada pelo SENAR- Administração Central. Registra o valor efetivamente a ser recebido, conhecido a partir de informação disponível oportunamente.

5. Estoque de Material de Consumo

Composto de materiais de expediente, informática, EPI, instrucionais e outros materiais de consumo depositados no almoxarifado, registrado pelo custo médio e devidamente inventariado em 31 de dezembro de 2014.

6. Depósitos Judiciais

Representados pelo valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na nota 6.

7. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo, líquido das depreciações, representando o conjunto de bens utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

O efeito das despesas com depreciações sobre o resultado do exercício foi de R\$ 246.751,16.

a) Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2014
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	79.707,17	18.790,55	0,00	98.497,72
Veículos	343.574,00	290.400,00	-238.574,00	395.400,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	238.120,10	41.539,44	-18.214,53	261.445,01
Equipamentos de Comunicação	18.775,20	11.148,00	-779,00	29.144,20
Maquinas Aparelhos e Utencílios de escritório	457.124,33	25.762,93	-44.254,30	438.632,96
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	18.323,92	22.850,00	-2.327,00	38.846,92
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	432.381,00	0,00	-212,00	432.169,00
Soma	1.588.005,72	410.490,92	-304.360,83	1.694.135,81
2) (-) Depreciações	-1.046.214,21	-240.391,64	297.369,24	-989.236,61
3) Residual (1-2)	541.791,51	170.099,28	-6.991,59	704.899,20
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-50.934,91	-5.900,04	0,00	-56.834,95
3) Residual (1-2)	36.065,09	-5.900,04	0,00	30.165,05
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	12.540,94	0,00	0,00	12.540,94
2) (-) Depreciações	-11.538,98	-459,48	0,00	-11.998,46
3) Residual (1-2)	1.001,96	-459,48	0,00	542,48
Total Custo de Aquisição	1.687.546,66	410.490,92	-304.360,83	1.793.676,75
Total Depreciações	-1.108.688,10	-246.751,16	297.369,24	-1.058.070,02
Total Residual	578.858,56	163.739,76	-6.991,59	735.606,73

b) Composição do imobilizado

Contas	Taxa	2014		Residual	
		Custo de Aquisição	(-)Depreciações	2014	2013
Bens Móveis					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	98.497,72	-64.770,75	33.726,97	22.451,18
Veículos	20%	395.400,00	-110.604,89	284.795,11	55.567,11
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	261.445,01	-161.733,32	99.711,69	85.870,13
Equipamentos de Comunicação	10%	29.144,20	-14.830,49	14.313,71	5.423,17
Maquinas Aparelhos e Utencílios de escritório	20%	438.632,96	-244.281,45	194.351,51	228.184,32
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	38.846,92	-6.695,60	32.151,32	11.945,92
Computadores e Periféricos (projeto)	33%	0,00	0,00	0,00	0,00
Computadores e Periféricos (projeto repar.)	20%	432.169,00	-386.320,11	45.848,89	132.349,68
Soma		1.694.135,81	-989.236,61	704.899,20	541.791,51
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-56.834,95	23.165,05	29.065,09
Soma		87.000,00	-56.834,95	30.165,05	36.065,09
Outros Imobilizados					
Direito de Uso de Software	20%	12.540,94	-11.998,46	542,48	1.001,96
Total		1.793.676,75	-1.058.070,02	735.606,73	578.858,56

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.

8. Fornecedores de Bens e Serviços

Classificação	2014	2013
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	16.476,80	30.352,31
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	28.340,66	32.808,65
Soma	44.817,46	63.160,96

9. Contratos e Termos de Adesão a Realizar

Programa	2014	2013
PRONATEC	374.999,21	261.078,20
Leite Legal - Recursos SEBRAE	0,00	593.582,25
Soma	374.999,21	854.660,45

10. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

Registra o saldo de obrigações com o pagamento de férias de empregados e dos respectivos encargos sociais.

11. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações, conforme descrito a seguir:

Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
<u>Edificações</u>		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	493,71	set/15
- Sede Nova Veneza - SC	193,49	ago/15
Veículos - Frota	12.457,59	set/15
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	651,80	set/15
Equipamentos Portáteis - Notebooks	1.410,76	nov/15
Soma	15.207,35	
Seguro de Vida - Funcionários	1.827,48	jul/15
Total	17.034,83	

12. Contingências:

a) Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005 o SENAR-AR/SC foi notificado pela fiscalização da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias. Na oportunidade, houve a emissão de diversas notificações, cujas quais já foram definitivamente canceladas pelo Conselho de Contribuintes em 2009, exceto a NFLD 357687795.

A notificação fiscal pendente (NFLD 357687795) refere-se à alegada não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34. A SRP-INSS não aceita a atuação por cooperação, razão pela qual está exigindo a retenção de 11% sobre o valor total reembolsado aos sindicatos/associações.

Por discordar da exigência, o SENAR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância. Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2014, os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento. A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientados pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício.

Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do 2º quadrimestre de 2014 permaneceram recursos em conta de depósito judicial no montante de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

b) Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juízes da 1º Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12º Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.

13. Composição dos Custos dos Serviços Prestados

A seguir apresentamos a abertura dos custos operacionais por rubrica e relevância.

Custos	2014	2013
Termo de Cooperação e PE	13.264.303,01	11.687.578,25
Pessoal	2.285.566,56	2.050.634,63
Encargos Sociais	417.154,20	384.710,49
Material de Consumo	378.333,41	290.352,83
Serviços de Terceiros/encargos	1.184.265,49	1.109.911,91
Outros Insumos	44.986,53	55.271,24
Soma	17.574.609,20	15.578.459,35

14. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

15. Balanço Orçamentário

a) Análise do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário indicou a realização da receita (receita efetivamente recebida) de 93,85% e realização da despesa de 85,17% da prevista.

O item despesas extra orçamentárias no valor de R\$ 156.748,12, refere-se às seguintes operações:

Depreciações/Baixas de bens	R\$ 253.742,80
(-) Aquisições de imobilizado	R\$ 410.490,92

b) Quadro resumo do Balanço Orçamentário

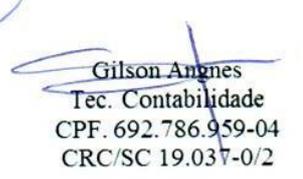
NATUREZA DA RECEITA	ORÇADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
CONTRIBUIÇÕES LEI Nº 8.315 - SENAR	20.751.248,00	20.042.379,48	96,58%	3,42%
RECEITA PATRIMONIAL	2.059.351,00	2.045.394,30	99,32%	0,68%
CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO (Leite Legal)	857.645,00	429.664,98	50,10%	49,90%
CONVÊNIOS (Pronatec)	1.272.149,00	884.241,68	69,51%	30,49%
RESTITUIÇÕES	11,00	0,05	0,45%	99,55%
RECEITAS DE CAPITAL	82.238,00	82.237,50	100,00%	0,00%
TOTAL DA RECEITA	25.022.642,00	23.483.917,99	93,85%	6,15%

NATUREZA DA DESPESA	ORÇADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
ATIVIDADE MEIO				
8701 - MANUTENÇÃO DE SERV. ADMINISTRATIVOS	529.673,00	521.906,04	98,53%	1,47%
8777 - PAGTO PESSOAL, ENC. SOCIAIS E TRAB.- ADM	1.320.971,00	1.233.196,32	93,36%	6,64%
8711 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	91.847,00	89.841,21	97,82%	2,18%
8703 - ASSIST. MÉDICA ODONTOL. SERV., EMPREGADOS E SEUS DEP.	40.261,00	37.612,67	93,42%	6,58%
8705 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS	71.611,00	68.396,64	95,51%	4,49%
8706 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREG.	954,00	815,12	85,44%	14,56%
8707 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	7.444,00	6.289,82	84,50%	15,50%
ATIVIDADE FIM				
8718 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	267.352,00	263.435,02	98,53%	1,47%
8719 - DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	111.499,00	102.099,12	91,57%	8,43%
8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	2.851.261,00	2.676.917,79	93,89%	6,11%
8729 - QUALIF. PROF. NA ÁREA DE AGROPEC. E AGROIND.	17.009.904,00	15.900.853,53	93,48%	6,52%
1 - SUB-TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS CORRENTES	22.302.777,00	20.901.363,28	93,72%	6,28%
8701 - Despesas de Capital	67.432,00	66.789,38	99,05%	0,95%
8729 - Despesas de Capital	2.652.433,00	343.701,54	12,96%	87,04%
2 - SUB-TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	2.719.865,00	410.490,92	15,09%	84,91%
TOTAL DAS DESPESAS + INVESTIMENTOS	25.022.642,00	21.311.854,20	85,17%	14,83%
3 - DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		-156.748,12		
TOTAL DA DESPESA	25.022.642,00	21.155.106,08		
4 - SUPERÁVIT/DÉFICIT		2.328.811,91		
TOTAIS	25.022.642,00	23.483.917,99		

Florianópolis, 31 de dezembro de 2014.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF. 556.281.179-00


 Gilson Agnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

10.4. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AUDICONSULT *AUDICONSULT Auditores S/S*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho Administrativo e Fiscal do SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina.

Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o balanço patrimonial e orçamentário em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do **SENAR/AR/SC**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

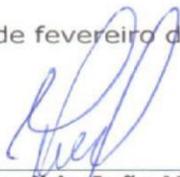
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do **SENAR/AR/SC**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do **SENAR/AR/SC**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de dezembro de 2014, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador -CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

10.5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.5.1. Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

O SENAR-AR/SC está sediado em Florianópolis em estrutura alugada e possui acessibilidade, sendo dotado de banheiro para portadores de necessidades especiais.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

Todas as informações relevantes relativas a desempenho da gestão de 2014 estão contempladas neste Relatório de Gestão.

Florianópolis, 31 de março de 2015.



Jose Zeferino Pedrozo
Presidente do Conselho Administrativo

12. ANEXOS

12.1. PARECERES DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRATIVO

Parecer do Conselho Fiscal

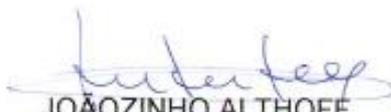
ENTIDADE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADM. REGIONAL DE SANTA CATARINA – SENAR-AR/SC

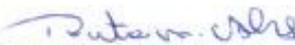
DOCUMENTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

O Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina – SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 30 de março de 2015, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 item II do Regimento Interno, examinou, os Relatórios Gerencial/Contábeis e demais documentos relativos à **Prestação de Contas do Exercício de 2014**, e em vista dos trabalhos executados atenderem as normas contábeis e demais legislações a que o SENAR está sujeito, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, e assim submetemos este PARECER ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, para sua consideração.

Florianópolis, 30 de março de 2015.


ALFEDO SEIDEL FILHO
Presidente do Conselho


JOÃOZINHO ALTHOFF
Conselheiro


RITA MARISA ALVES
Conselheira

Parecer do Conselho Administrativo

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC

ADMINISTRAÇÃO – Administração Regional do Estado de Santa Catarina

DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício 2014

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 31 de março do ano de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 18, inciso IV do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, após análise das demonstrações financeiras e demais peças componentes da Prestação de Contas referente ao Exercício de 2014, baseando-se no parecer do Conselho Fiscal, resolve:

- **Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2014**

Este parecer vai assinado pelos membros presentes à reunião, a seguir identificados:

José Zeferino Pedrozo

Presidente



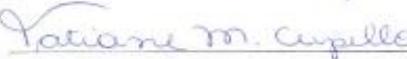
Gilmar Antônio Zanluchi

Superintendente



Tatiane Mecâbo Cupello

Conselheira



Matias Weber

Conselheiro



Geci Pungam

Conselheiro



José Walter Dresch

Conselheiro

